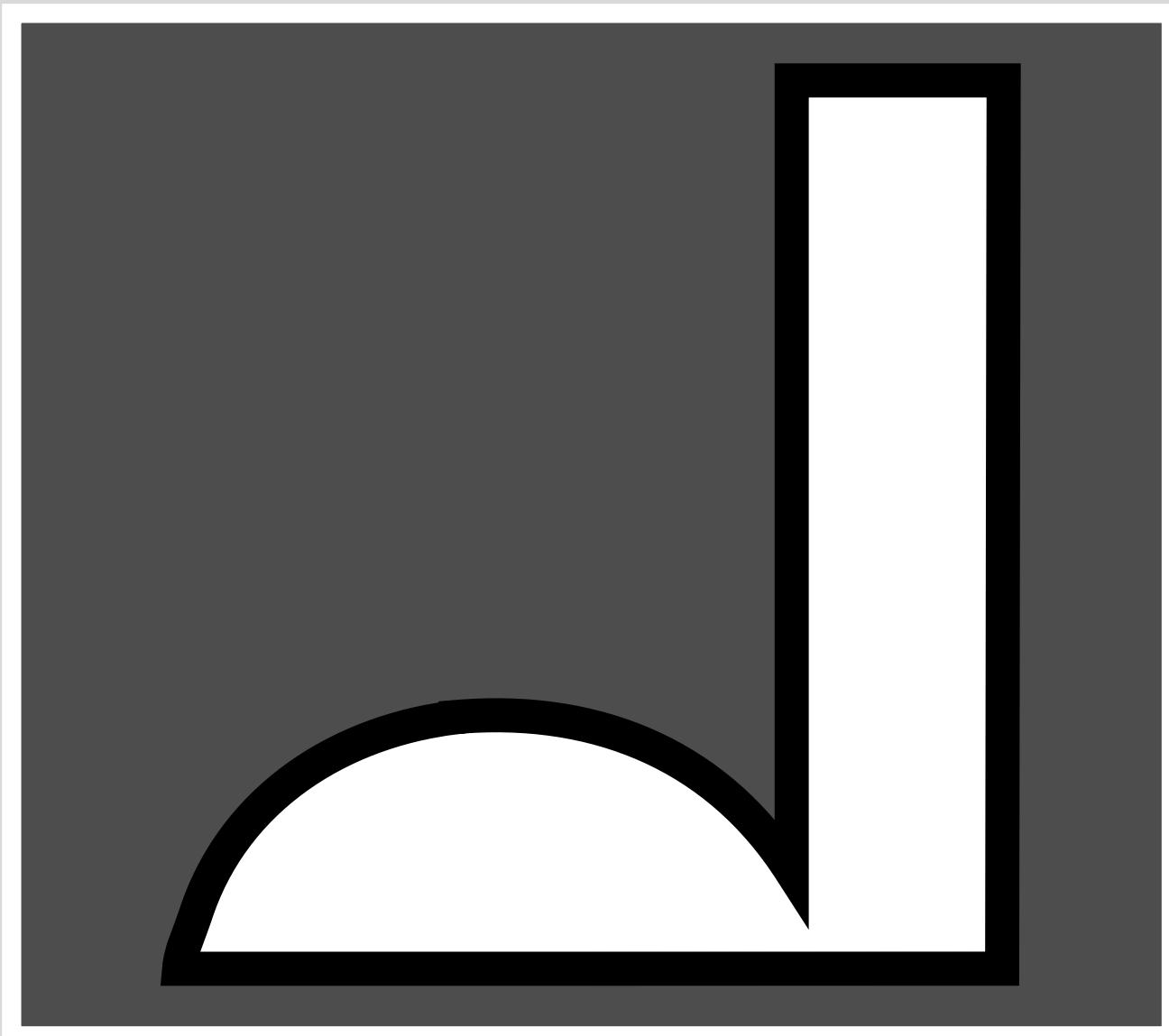




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX - N° 192 - QUARTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2004-BRASILIA-DF

MESA		
Presidente <i>José Sarney – PMDB – AP</i> 1º Vice-Presidente <i>Paulo Paim – PT – RS</i> 2º Vice-Presidente <i>Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</i> 1º Secretário <i>Romeu Tuma – PFL - SP</i> 2º Secretário <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i>	3º Secretário <i>Heráclito Fortes – PFL – PI</i> 4º Secretário <i>Sérgio Zambiassi – PTB – RS</i> Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Shlessarenko – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (1) <i>Romeu Tuma – PFL - SP</i> Corregedores Substitutos (1) <i>Hélio Costa – PMDB - MG</i> <i>Delcídio Amaral – PT - MS</i> <i>Teotônio Vilela Filho – PSDB - AL</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24 (PT, PSB, PTB, PL) Líder Tião Viana Vice-Líderes Antonio Cartos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Aloizio Mercadante Vice-Líder João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes	LIDERANÇA DO PMDB - 20 Líder Renan Calheiros Vice-Líderes Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho LIDERANÇA DO PFL - 18 Líder José Agripino Vice-Líderes Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres Efraim Moraes Rodolpho Tourinho José Jorge	LIDERANÇA DO PSDB – 12 Líder Arthur Virgílio Vice-Líderes Romero Jucá Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan LIDERANÇA DO PDT - 4 Líder Jefferson Péres Vice-Líderes Almeida Lima Alvaro Dias LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder Mozarildo Cavalcanti Vice-Líder Patrícia Saboya Gomes

(1) Eleitos em 25/03/2003.

EXPEDIENTE	
Agaciol da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 25. 03. 2003

CONGRESSO NACIONAL

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 217, de 27 de setembro de 2004, que “abre crédito extraordinário aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 27 de novembro de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 23 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 218, de 27 de setembro de 2004, que “autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos, no combate à praga de gafanhotos”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 27 de novembro de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 23 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 167ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear o grande líder da causa palestina, Yasser Arafat, recentemente falecido, de acordo com o Requerimento nº 1.408, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, continuando abertas as inscrições para referida homenagem.....

37504

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2004, de autoria do Senador Marco Maciel, que altera o art. 236 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965...

37504

Projeto de Lei do Senado nº 339, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que altera o art. 62 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para autorizar o voto em trânsito no sistema eletrônico de votação e adota outras providências.....

37506

1.2.3 – Leitura de Projeto de Lei do Congresso Nacional

Nº 130, de 2004-CN, que altera a redação dos itens II.2.II e III.3 do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004. (Mensagem nº 262, de 2004-CN, nº 769/2004, na origem). *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.*

37508

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 1.460, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando Voto de Pesar pelo falecimento do economista, acadêmico e ex-Ministro Celso Furtado, ocorrido no dia 20 do corrente.....

37509

Nº 1.461, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, destinada a homenagear a memória de Celso Furtado.....

37510

Nº 1.462, de 2004, de autoria do Senador Edison Lobão, solicitando a remessa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2001, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de

1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, no capítulo referente à proteção contratual.....

37510

1.2.5 – Ofício

Nº 908/2004, de 23 do corrente, da Vice-Liderança do PL/PSL na Câmara dos Deputados, de substituições de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

37510

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR HÉLIO COSTA, como Líder – Repúdio ao assassinato, no último sábado, em Felisburgo/MG, de integrantes do MST.....

37511

SENADOR TIÃO VIANA – Desoneração fiscal, pelo Governo Lula, da produção de livros no Brasil.....

37512

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Justificativas a ofício dirigido ao Primeiro-Secretário do Senado sobre procedimentos na utilização de passagens aéreas custeadas pela instituição. Preocupação pelos atos de vandalismo praticados em Vitória/ES recentemente.....

37513

SENADOR MÃO SANTA – Reflexões sobre os questionamentos do PMDB a respeito da permanência do partido na base governista.....

37515

SENADOR EFRAIM MORAIS – Apoio a manifesto dos governadores sobre a necessidade de uma reforma tributária que desonere municípios e estados e possibilite o desenvolvimento econômico.

37518

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Elogios ao atual governo de Minas Gerais pelo equilíbrio nas contas do estado.....

37521

1.2.7 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.459, de 2004, do Senador João Thomé Mestrinho, lido em sessão anterior, de licença para tratar de interesses particulares. **Aprovado.** *A Presidência tomará as providências necessárias no sentido de ser convocado o Segundo Suplente.*

37522

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA IDELI SALVATTI – Lançamento, amanhã, da Frente Parlamentar Mista em defesa da indústria cinematográfica brasileira. Registro do

crescimento, no último mês, do emprego formal em diversos setores produtivos.	37522	Item 4 Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. Não houve oradores na quinta e última sessão de discussão em primeiro turno. Votação transferida para amanhã.....	37528
SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Remessa à Mesa do Senado Federal de Relatório completo sobre a participação de S.Exa. nos trabalhos da ONU como ouvinte, ressaltando a questão da participação das tropas brasileiras no Haiti.....	37523		
SENADOR PAULO PAIM – Repúdio ao assassinato de trabalhadores integrantes do MST, em Felisburgo/MG. Celeridade para aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.....	37525		
SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Satisfação pela atuação do Ibama e do Incra para solucionar impasse dos moradores da Floresta Nacional de Bom Futuro e do Rio Pardo, em Rondônia.....	37527		
1.2.9 – Comunicação da Presidência			
Recebimento da Mensagem nº 187, de 2004 (nº 770/2004, na origem), de 19 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 24.075.000,00 (vinte e quatro milhões e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a Prefeitura Municipal de Betim, Estado de Minas Gerais, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Betim.	37527	Item 5 Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes). Não houve oradores na primeira sessão de discussão, em primeiro turno.	37529
1.3 – ORDEM DO DIA			
Item 1			
Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). Votação transferida para amanhã	37528	Item 6 Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). Não houve oradores na primeira sessão de discussão, em primeiro turno.	37529
Item 2			
Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Votação transferida para amanhã	37528	Item 7 Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2000 (nº 291/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de afiação, nas peças de roupas íntimas produzidas ou comercializadas no País, de etiqueta de advertência sobre a importância da prevenção do câncer de colo de útero e do diagnóstico precoce dos cânceres de colo de útero, de mama, e de próstata, altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que define as infrações sanitárias, e dá outras providências. Discussão encerrada, sem apresentação de emendas. O Substitutivo é dado como definitivamente adotado. À Câmara dos Deputados....	37529
Item 3			
Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios. Votação transferida para amanhã	37528	Item 8 Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002 (nº 3.077/2000, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para explicitar que as ações assistenciais e as atividades preventivas oferecidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS incluem aquelas executadas no âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas. Discussão encerrada, sem apresentação de emendas. O Substitutivo é dado como definitivamente adotado. À Câmara dos Deputados.....	37530
Item 9			
		Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2004 (nº 5.246/2001, na Casa de origem), que insere na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o art. 27-A, para indicar um conjunto de temas transversais que devem ser contemplados nos currículos plenos do ensino fun-	

damental e médio. Discussão encerrada, sem apresentação de emendas. O Substitutivo é dado como definitivamente adotado. À Câmara dos Deputados.	37531	Item 18 Requerimento nº 1.171, de 2004, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso à iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, pela campanha “Voto não tem preço, tem consequência”, contra a corrupção eleitoral. Aprovado	37533
Item 10 Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2001 (nº 1.071/1999, na Casa de origem), que dispõe sobre normas gerais para celebração de consórcios públicos, nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 1997. Discussão encerrada. Votação transferida para amanhã.	37531	Item 19 Requerimento nº 1.206, de 2004, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao editor William Bonner, do Jornal Nacional, ganhador do “Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo”, como destaque em sua categoria. Aprovado	37534
Item 11 Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2003 (nº 6.057/2002, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha – MG – Carlos Drummond de Andrade” o aeroporto da cidade de Belo Horizonte – MG. Discussão encerrada. Votação transferida para amanhã.	37531	Item 20 Requerimento nº 1.259, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à colunista Miriam Leitão, do jornal O Globo, ganhadora do “Prêmio Comunique-se de Jornalismo”, edição de 2004. Aprovado	37534
Item 12 Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. (Apropriação indébita contra associação ou fundação). Discussão encerrada. Votação transferida para amanhã.	37532	Item 21 Requerimento nº 1.260, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao colunista Ancelmo Gois, do jornal O Globo, ganhador do “Prêmio Comunique-se de Jornalismo”, edição de 2004. Aprovado	37534
Item 13 Projeto de Resolução nº 35, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senhores Senadores, que altera o Regimento Interno do Senado Federal criando a Comissão de Desenvolvimento Regional. Discussão encerrada. Votação transferida para amanhã.	37532	1.3.1 – Discursos apóis a Ordem do Dia <i>SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES</i> , como Líder – Contestação à nomeação do Sr. Reginaldo para Ouvidor-Geral do Ministério da Saúde. Cobranças de explicações pelo Ministério da Justiça dos critérios adotados para indenização dos anistiados do regime militar. Comentários à demissão do ex-Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa.	37535
Item 14 Requerimento nº 520, de 2004, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, solicitando voto de aplauso ao Grupo RBS, pela passagem de seu aniversário em 1º de maio de 2004, e ao Jornal Zero Hora, pelos seus 40 anos, no dia 4 de maio de 2004. Aprovado	37533	1.3.2 – Prestação do compromisso regimental e posse do Senhor Gilberto Miranda, 2º suplente convocado da representação do Estado do Amazonas, em virtude de licença do 1º Suplente, Senador João Thomé Mestrinho.	37541
Item 15 Requerimento nº 629, de 2004, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando voto de aplauso ao Superintendente-Geral do Instituto Nacional de Altos Estudos, Doutor João Paulo dos Reis Velloso, pela realização do XVI Fórum Nacional Sobre Economia do Conhecimento, Crescimento Sustentado e Inclusão Social. Aprovado	37533	1.3.3 – Comunicação Do Senador Gilberto Miranda, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar.	37541
Item 16 Requerimento nº 631, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela inauguração, em São Paulo, no dia 22 de maio de 2004, do Instituto Fernando Henrique Cardoso. Aprovado ...	37533	1.3.4 – Discursos apóis a Ordem do Dia (continuação) <i>SENADOR ALVARO DIAS</i> – Contribuições dos partidos de oposição, no Congresso Nacional, ao governo federal.....	37541
Item 17 Requerimento nº 681, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à revista Época, pelo transcurso do 6º aniversário de sua criação. Aprovado	37533	<i>SENADOR MAGUITO VILELA</i> – A importância da eleição do ex-Senador Íris Rezende para prefeita de Goiânia.	37545
		<i>SENADOR EDUARDO SUPLICY</i> – Pesar pelas mortes de trabalhadores sem-terra no município de Felisburgo/MG.	37548
		<i>SENADOR SIBÁ MACHADO</i> – Acordo nuclear celebrado entre o Brasil e a Alemanha. Queimadas na região Amazônica.	37551
		1.3.5 – Leitura de requerimentos Nº 1.463, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando a prorrogação do prazo	

para desempenhar missão no exterior, no período de 25.11.2004 a 09.12.2004. Aprovado.	37554
Nº 1.464, de 2004, de autoria do Senador Mário Calixto, solicitando autorização do Senado Federal para participar da Décima Conferência das Partes (COP-10) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Buenos Aires, Argentina, no período de 6 a 17.12.2004.	
Aprovado.	37554
1.3.6 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)	
SENADOR JOSÉ JORGE – Estranheza da reunião do Presidente Lula com os Ministros do PT.....	37554
1.3.7 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Importância da atuação da Embrapa para o desenvolvimento econômico de Roraima.	37554
SENADOR JOÃO RIBEIRO – Importância mundial da última eleição para Presidente dos Estados Unidos.....	37555
SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA – Precariedade da Rodovia BR-316, especialmente no trecho entre o povoado Zé Chicão e o Município de Santa Luzia do Paruá, na Microrregião Pindaré, no Estado do Maranhão.....	37557
SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários ao Relatório do Desenvolvimento Humano de 2003, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.	37558
SENADOR RENAN CALHEIROS – Homenagens ao economista Celso Furtado, recém-falecido.	37559
SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Presença hoje do Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomas Bastos, em Roraima.	37560

1.3.8 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 37561

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – RETIFICAÇÃO**

Ata da 171ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 18 de outubro de 1995 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente. 37563

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.949 a 1.957, de 2004. 37566

SENADO FEDERAL**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 52ª LEGISLATURA****5 – SECRETARIA DE COMISSÕES****6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 167^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 23 de novembro de 2004

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Papaléo Paes, Maguito Vilela, Luiz Otávio, Magno Malta, Augusto Botelho, Sibá Machado e Antonio Carlos Valadares

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:**

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Caripa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – Delcidio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldis Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marco Maciel – Mário Calixto – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da ses-

são deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear o Presidente Nacional da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, recentemente falecido, de acordo com o Requerimento nº 1.408, de 2004, do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, DE 2004

Altera o art. 236 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 236 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 236. Nenhuma autoridade poderá, desde 15 (quinze) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer candidato, salvo em flagrante delito.

§ 1º Os membros das mesas receptoras e os fiscais de partido, durante o exercício de suas funções, não poderão ser detidos ou presos, salvo o caso de flagrante delito.

§ 2º Ocorrendo qualquer prisão de candidato ou de membro de mesa receptora e de fiscal de partido, o preso será imediatamente conduzido à presença do juiz competente que, se verificar a ilegalidade da detenção, a relaxará e promoverá a responsabilidade do coator.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O dispositivo inscrito no art. 236 do Código Eleitoral trata de garantia conferida aos cidadãos, com

vistas a assegurar que nenhum indivíduo se veja impedido de exercer seu direito nas urnas devido a perseguições políticas, por eventual ocorrência de prisão com intenções obscuras, para favorecer determinado candidato.

As garantias constitucionais existem para assegurar as liberdades. No caso do processo eleitoral, elas constituem-se em instrumentos assecuratórios do voto, e assim o legislador julgou por bem estabelecer a previsão contida no art. 236, para que não haja nenhuma forma de impedimento ou embaraço ao exercício do sufrágio.

Entretanto, muito equívoco tem ocorrido em relação à interpretação do verdadeiro sentido da garantia inscuspida no citado preceito, que não veda, em absoluto, a prisão por flagrante delito, e nem mesmo em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável.

O dispositivo do Código não difere substancialmente do enunciado contido no inciso LXI do art. 5º da Lei Maior, segundo o qual ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

A nossa proposta tem por objetivo limitar a garantia contida no art. 236 do Código Eleitoral apenas aos candidatos, que, assim, não poderão ser detidos por ocasião das eleições nem mesmo por ordem escrita e fundamentada de autoridade competente. A alteração sugerida não tenciona estabelecer favoritismos, nem tem como objetivo privilegiar alguns, os candidatos, em detrimento do eleitorado. Não se traduz, de forma alguma, em estabelecer desigualdades, mas apenas em ratificar a intenção do legislador, impedindo que opositores mal intencionados tenham a possibilidade de embaraçar o direito dos postulantes com vistas a ganhar a eleição de forma fraudulenta, sem contudo possibilitar que elementos tendentes à criminalidade vejam na cláusula a oportunidade de praticar delitos sem a consequente sanção, trazendo insegurança para a sociedade.

Os concorrentes aos cargos eletivos necessitam de total garantia para o exercício do voto e eventual vitória nas urnas, livres do receio de que algum opositor possa engendrar algum motivo infundado para sua detenção, e assim vencer nas urnas a qualquer preço.

Pensamos que, com a alteração oferecida, a coletividade e os cidadãos não ficarão desprotegidos, porque, de toda maneira, todos estão permanentemente sob o abrigo do citado dispositivo magno, que impede a prisão salvo nos casos ali arrolados. Por outro lado, a limitação proposta perpetua a intenção e o espírito

contido no art. 236, favorecendo o concurso eleitoral em igualdade de condições entre os candidatos, por garantir que não venha a ocorrer nenhuma fraude no tocante a prisões sem o devido fundamento.

No intuito, pois, de colaborar para o aprimoramento da legislação eleitoral brasileira, esperamos de nossos ilustres pares a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2004.
– Senador **Marco Maciel**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 44/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94.

TÍTULO II Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXI – ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LEI N° 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965

Institui o Código Eleitoral.

Art. 236. Nenhuma autoridade poderá, desde 05 (cinco) dias antes e 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto.

§ 1º Os membros das Mesas Receptoras e os Fiscais de partido, durante o exercício de suas funções, não poderão ser detidos ou presos, salvo o caso de flagrante delito; da mesma garantia gozarão os candidatos desde 15 (quinze) dias antes da eleição.

§ 2º Ocorrendo qualquer prisão, o preso será imediatamente conduzido à presença do Juiz competente,

que, se verificar a ilegalidade da detenção, a relaxará e promoverá a responsabilidade do coator.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa*).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 339, DE 2004

Altera o art. 62 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para autorizar o voto em trânsito no sistema eletrônico de votação e adota outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 62 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 62. É autorizado o voto em trânsito nas eleições realizadas por sistema eletrônico de votação.

Parágrafo único. O direito previsto no **caput** fica condicionado à existência das condições financeiras, técnicas e operacionais necessárias à sua efetivação, que poderá ser gradual quanto ao âmbito das eleições e de eleitores atendidos, resguardados o sigilo do voto e a segurança do processo de votação.

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal.

Justificação

A presente iniciativa tem o objetivo de autorizar o voto em trânsito nas eleições realizadas por sistema eletrônico de votação.

Com efeito, como é sabido, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabeleceu normas permanentes para as eleições, apesar de ter, pelo seu art. 103, estendido a possibilidade do voto em trânsito aos policiais militares em serviço, na prática, e contraditóriamente, sustou esse direito ao estabelecer, no seu art. 62, caput, que nas seções em que for adotada a urna eletrônica, somente poderão votar eleitores cujos nomes estiverem nas respectivas folhas de votação, não se aplicando o art. 145 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), que facilita a determinados eleitores o voto fora de sua seção eleitoral.

Tal fato gerou situação contraditória. Ao passo que se modernizou e aperfeiçoou o sistema de votação, com a adoção da urna eletrônica, sobreposto-se o direito ao voto em trânsito, ainda que restrito a alguns eleitores específicos.

Essa situação contraria as tendências de ampliação dos direitos políticos a que estamos assistindo em todo o mundo e vai de encontro ao processo de intercomunicação que também vem se ampliando e tem prejudicado milhões de cidadãos brasileiros que, estando fora do seu local de votação por razões diversas, não podem fazer a sua escolha pessoal por ocasião dos pleitos eleitorais.

Por outro lado, não esquecemos que a efetivação do direito ao voto em trânsito depende da existência de condições financeiras, técnicas e operacionais necessárias à sua efetivação. Da mesma forma, há que se resguardar o sigilo do voto e a segurança do processo de votação.

Outrossim, temos consciência de que o direito ao voto em trânsito deverá ser implementado gradualmente, não de inopino, seja em relação ao âmbito das eleições, seja em relação aos eleitores beneficiados.

Todos esses cuidados e precauções estão previstos na presente proposição que, ademais, adjudica a quem de direito, vale dizer, o Tribunal Superior Eleitoral, a regulamentação da matéria.

Como conclusão, em face do interesse público de que se reveste o projeto de lei ora apresentado, solicitamos o apoio dos nobres pares com vista ao seu aperfeiçoamento e ulterior aprovação.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2004.
– Senador **Arthur Virgílio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Disposições Gerais

Art. 59. A votação e a totalização dos votos são feitas por sistema eletrônico, podendo o Tribunal Superior Eleitoral autorizar, em caráter excepcional, a aplicação das regras fixadas nos arts. 83 a 89.

§ 1º A votação eletrônica será feita no número do candidato ou da legenda partidária, devendo o nome e fotografia do candidato e o nome do partido ou a legenda partidária aparecer no painel da urna eletrônica, com a expressão designadora do cargo disputado no masculino ou feminino, conforme o caso.

§ 2º Na votação para as eleições proporcionais, serão computados para a legenda partidária os votos em que não seja possível a identificação do candida-

to, desde que o número identificador do partido seja digitado de forma correta.

§ 3º A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, em seguida, os referentes às eleições majoritárias.

Art. 60. No sistema eletrônico de votação considerar-se-á voto de legenda quando o eleitor assinalar o número do partido no momento de votar para determinado cargo e somente para este será computado.

Art. 61. A urna eletrônica contabilizará cada voto, assegurando-lhe o sigilo e inviolabilidade, garantida aos partidos políticos, coligações e candidatos ampla fiscalização.

Art. 62. Nas Seções em que for adotada a urna eletrônica, somente poderão votar eleitores cujos nomes estiverem nas respectivas folhas de votação, não se aplicando a ressalva a que se refere o art. 148, § 1º, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1995 – Código Eleitoral.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral disciplinará a hipótese de falha na urna eletrônica que prejudique o regular processo de votação.

Das Mesas Receptoras

LEI Nº 4.737 – DE 15 DE JULHO DE 1965

Institui o Código Eleitoral

Parte Primeira

Introdução

CAPÍTULO III Do início da votação

Art. 142. No dia marcado para a eleição, às 7 (sete) horas, o presidente da mesa receptora, os mesários e os secretários verificarão se no lugar designado estão em ordem o material remetido pelo juiz e a urna destinada a recolher os votos, bem como se estão presentes os fiscais de partido.

Art. 143. Às 8 (oito) horas, supridas as deficiências declarará o presidente iniciados os trabalhos, procedendo-se em seguida à votação, que começará pelos candidatos e eleitores presentes.

Parágrafo único. Os membros da mesa e os fiscais de partido deverão votar no correr da votação, depois que tiverem votado os eleitores que já se encontravam presentes no momento da abertura dos trabalhos, ou no encerramento da votação.

Art. 144. O recebimento dos votos começará às 8 (oito) e terminará, salvo o disposto no art. 153, às 17 (dezessete) horas.

Art. 145. O presidente, mesários, secretários e fiscais de partido votarão perante as mesas em que servirem, estes desde que a credencial esteja visada na forma do art. 131, § 3º, quando eleitores de outras seções, seus votos serão tomados em separado.

1º O suplente de mesário que não for convocado para substituição decorrente de falta somente poderá votar na seção em que estiver incluído o seu nome.

2º Com as cautelas constantes do art. 147, § 2º, poderão ainda votar fora da respectiva seção:

I – o juiz eleitoral, em qualquer seção da zona sob sua jurisdição, salvo em eleições municipais, nas quais poderá votar em qualquer seção do município em que for eleitor;

II – O Presidente da República, o qual poderá votar em qualquer seção eleitoral do país, nas eleições presidenciais; em qualquer seção do Estado em que for eleitor, nas eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual; em qualquer seção do município em que estiver inscrito, nas eleições para prefeito, vice-prefeito e vereador;

III – os candidatos à Presidência da República, em qualquer seção eleitoral do país, nas eleições presidenciais, e, em qualquer seção do Estado em que forem eleitores, nas eleições de âmbito estadual;

IV – os governadores, vice-governadores, senadores, deputados federais e estaduais, em qualquer seção do Estado, nas eleições de âmbito nacional e estadual; em qualquer seção do município de que sejam eleitores, nas eleições municipais;

V – os candidatos a governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual, em qualquer seção do Estado de que sejam eleitores, nas eleições de âmbito nacional e estadual;

VI – os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, em qualquer seção de município que representarem, desde que eleitores do Estado, sendo que, no caso de eleições municipais, nelas somente poderão votar se inscritos no município;

VII – os candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador, em qualquer seção de município, desde que dele sejam eleitores;

VIII – os militares, removidos ou transferidos dentro do período de 6 (seis) meses antes do pleito, poderão votar nas eleições para presidente e vice-presidente da República na localidade em que estiverem servindo.

3º Os eleitores referidos neste artigo votarão mediante as cautelas enumeradas no art. 147, § 2º, não sendo, porém, os seus votos, recolhidos à urna, e sim a um invólucro especial de papel ou pano forte, o qual será lacrado e rubricado pelos membros da mesa e fiscais presentes e encaminhado à Junta Eleitoral com a urna e demais documentos da eleição.

CAPÍTULO IV

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 130, DE 2004-CN

MENSAGEM Nº 262, DE 2004-CN

(Nº 769/2004, na origem)

Altera a redação dos itens II.2.II e III.3 do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os itens II.2.II e III.3 do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“II –

.....

2) Poder Judiciário

.....

II. Superior Tribunal de Justiça

Límite de R\$14.866.482,00 destinados ao provimento de até 845 cargos e funções vagos, criados ou transformados.

.....” (NR)

“III –

.....

3) Ministério Público da União

Límite de R\$65.169.924,00 destinados à continuidade da reestruturação de que trata a Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

EM Nº 385/2004/MP

Brasília, 4 de novembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de alteração dos itens II.2.II e III.3 do Anexo VII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004 – Lei Orçamentária de 2004 – LOA-2004.

2. Essa proposta de alteração do Anexo VII da LOA-2004 tem por objetivo adequar:

a) no item II.2.II, o limite financeiro da autorização para provimento de cargos em comissão e funções comissionadas, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – STJ, mediante a ampliação em R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) do limite financeiro ali previsto e o acréscimo, às autorizações de que trata esse item, de 116 cargos em comissão e funções comissionadas criados pela Lei nº 10.943, de 16 de setembro de 2004; e

b) no item III.3, o limite financeiro destinado à reestruturação de carreiras, no âmbito do Ministério Público da União – MPU, mediante a ampliação em R\$12.033.739,00 (doze milhões, trinta e três mil, setecentos e trinta e nove reais) do limite financeiro ali previsto, com vistas à antecipação, de fevereiro de 2005 para novembro de 2004, da parcela do Plano de Carreira de que trata a Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002.

3. A medida em proposição visa a dar cumprimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, combinado com o art. 82, § 1º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2004 (Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003), o qual determina que esse Anexo conterá “a quantificação e o valor das admissões ou contratações, bem como o valor referente às demais alterações propostas”.

4. Cumpre destacar que consta do Projeto de Lei nº 87/2004-CN, ora em tramitação no Congresso Nacional, proposta de abertura de crédito suplementar destinado ao pagamento de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, que contempla o acréscimo de despesas no âmbito do STJ e do MPU correspondente à ampliação de limites em pauta.

5. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar as alterações propostas.

Respeitosamente,

MENSAGEM Nº 769

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “altera a redação dos itens II.2.II e III.3 do Anexo VII da Lei nº 1.837, de 16 de janeiro de 2004.

Brasília, 18 de novembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI Nº 10.837, DE 16 DE JANEIRO DE 2004****Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2004.****ANEXO VII**(ver **DOU** de 19-1-04)**LEI Nº 10.476, DE 27 DE JUNHO DE 2002****Altera dispositivos da Lei nº 9.953, de 4 de janeiro de 2000, reestrutura a Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União, e dá outras providências.****LEI Nº 10.943, DE 16 DE SETEMBRO DE 2004****Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça, e dá outras providências.****LEI Nº 10.707, DE 30 DE JULHO DE 2003****MENSAGEM DE VETO****Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2004, e dá outras providências.**

Art. 82. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargo, emprego e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, constantes de anexo específico da lei orçamentária.

§ 1º O anexo previsto no **caput** conterá a quantificação e o valor das admissões ou contratações, bem como o valor referente às demais alterações propostas.

§ 2º Para fins de elaboração do anexo específico referido no **caput**, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União informarão, e os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal submeterão a relação das modificações de que trata o **caput** ao órgão central do referido Sistema, junto com

sus respectivas propostas orçamentárias, demonstrando sua compatibilidade com as referidas propostas e com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 3º Os Poderes e o Ministério Público da União publicarão até 30 (trinta) dias após a sanção da Lei Orçamentária de 2004 demonstrativo dos saldos das autorizações mencionadas no **caput**, constantes do anexo específico da Lei Orçamentária de 2003, que poderão ser utilizadas no exercício de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN (Ofícios CN nºs 823 e 824, de 2004), a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 28/11 Prazo para publicação e distribuição em avulsos;

Até 12/12 Prazo para realização de audiências públicas;

15/12 Encerramento da sessão legislativa.

O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.460, DE 2004

Requerem Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Ministro e Acadêmico Celso Furtado.

Requeremos, nos termos do art 218, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos Anais Voto de Pesar pelo falecimento do Acadêmico, Economista e ex-Ministro Celso Furtado, ocorrido no dia 20 de novembro de 2004.

Requeremos, ainda, que o presente voto seja levado ao conhecimento da viúva do ilustre brasileiro, jornalista Rosa Freire D'Aguiar Furtado e à Academia Brasileira de Letras.

Justificação

O economista Celso Furtado foi um referencial na História contemporânea brasileira, dedicando ao País toda a sua vida, 40 obras publicadas, destacando-se pela sua permanente atuação em favor do desenvolvimento nacional e para a redução das desigualdades regionais. Essa sua grande preocupação levou-o a propor, com êxito, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2004.
– Artur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.461, DE 2004

Requerem a realização de Sessão Especial, destinada a homenagear a memória de Celso Furtado.

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a realização de Sessão Solene Especial do Senado, destinado a reverenciar a memória do Acadêmico e Ex-Ministro Celso Furtado, o grande economista a quem se deve a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Justificação

A Sessão Solene Especial do Senado da República é mais do que justa e merecida. O Economista Celso Furtado, ex-Ministro e Acadêmico da Academia Brasileira de Letras, dedicou sua vida à Pátria, escrevendo mais de 40 livros em defesa das teses que sempre foram sua razão de existir.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2004. – **Arthur Virgílio – Lúcia Vânia – Sérgio Guerra – Antero Paes de Barros – Alvaro Dias – Eduardo Azeredo.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência informa que a sessão especial está marcada para o dia 7 de dezembro próximo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.462 DE 2004

Solicita a remessa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2001, que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, no capítulo referente à proteção contratual”.

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, c, 12, combinado com o art. 101 do Regimento Interno, a remessa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2001 (PL nº 56, de 1995, na origem), que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre

a proteção do consumidor e dá outras providências”, no capítulo referente à proteção contratual”.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2004.

– Senador **Edison Lobão**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, II, “c”, item 12, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício da Vice-Liderança do PL/PSL na Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 908/04-BLP

Brasília, 23 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Na oportunidade em que o saúdo respeitosamente, venho solicitar especial deferência de V. Ex^a, em relação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no sentido de substituir o Deputado Milton Monti (PL/SP), na titularidade, pelo Deputado Welinton Fagundes (PL/MT).

Solicito, ainda, seja designado para a suplência da referida Comissão o Deputado Milton Monti (PL/SP), em substituição ao Deputado Welinton Fagundes (PL/MT).

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Miguel de Souza**, Vice-Líder do Bloco PL/PSL.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos, mas V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a minha inscrição para uma breve comunicação no horário oportuno e solicito a minha inscrição para falar amanhã, oportunidade em que prestarei uma homenagem póstuma ao ex-líder Yasser Arafat.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na segunda questão, V. Ex^a pode se dirigir à Mesa e assinar o livro, porque está assegurada sua fala. Quanto à primeira questão, está garantido o seu pronunciamento nas comunicações inadiáveis como primeiro inscrito.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Como segundo, Sr. Presidente. O primeiro é o Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Vou passar minha opção de primeiro orador inscrito para as comunicações imediatas ao Senador Eduardo Siqueira Campos e me inscreverei para falar imediatamente pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurado a V. Ex^a, conforme documento que chegou à Mesa, a palavra pela Liderança.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra o nosso amigo e querido Vice-Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço a gentileza do Senador Hélio Costa e procedo à minha inscrição para falar em primeiro lugar nas breves considerações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurada a palavra a V. Ex^a.

O terceiro orador é o Senador Paulo Paim, conforme a ordem de chegada aqui na Casa.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço que me inscreva na suplência, se houver tempo, para que eu possa dispor desse importante momento para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Sibá Machado será o primeiro suplente para as comunicações inadiáveis.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, pela Liderança do PMDB.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, no começo do ano, mais precisamente no dia 28 de janeiro, ocorreu uma lamentável tragédia no interior de Minas Gerais. Na cidade de Unaí, no noroeste do Estado, cinco auditores fiscais do Ministério do Trabalho e um motorista foram assassinados de uma forma brutal, que revoltou toda a comunidade, o Estado e a Nação. Infelizmente, levamos nove meses para apresentar à Justiça os culpados por esse brutal assassinato, que até hoje não teve o seu julgamento definitivo. Ainda não podemos sequer dizer

quem é o responsável por essa matança ocorrida em Unaí, no Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, no último final de semana a tragédia se repetiu. Desta vez na cidade de Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, quase na fronteira com a Bahia. E, infelizmente, dessa vez, de uma forma ainda mais violenta e mais brutal do que a chacina de Unaí. Lá, quinze homens armados e encapuzados entraram num acampamento de sem-terra e fuzilaram, sem nenhuma oportunidade de defesa, cinco daqueles homens e mulheres que estavam acampados dentro da Fazenda Felicidade. Procurei ver a descrição do que realmente aconteceu em Felisburgo e anotei aqui, Ex^{as}s., a descrição do momento feita pela Polícia Militar ao chegar lá, que diz seguinte: “Os cadáveres estavam crivados de balas de escopetas, calibre 12, na barriga, no peito e nas costas. Em um deles, o de Miguel Jorge dos Santos, os legistas encontraram treze ferimentos provocados por tiros de escopeta no peito e na barriga”.

Olhe a violência! Que coisa terrível!

Uma disputa de terras que mais uma vez leva a uma situação que compromete até a nossa sanidade como povo.

Infelizmente, estamos vivendo essas tragédias em quase todas as regiões do País e no meu Estado de Minas Gerais, conforme disse. Estábamos nos recuperando da tragédia de Unaí, quando veio a tragédia de Felisburgo.

Senador Romeu Tuma, V. Ex^a que tem uma vida dedicada exatamente à manutenção da ordem pública, por seu passado, por seu histórico, há de compreender como é que os mineiros estão se sentindo hoje, diminuídos pelo que aconteceu, até porque quando alguém é assassinado de uma forma brutal, como vimos, em Felisburgo, parece que tiraram um pedaço de cada um de nós, conterrâneos dessas vítimas. Isso tudo, evidentemente, exige ações imediatas. Faço este pronunciamento, Sr. Presidente, primeiro, para manifestar o meu repúdio a esse lamentável acontecimento, a essa tragédia, e, ao mesmo tempo, para dizer que o Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, que considerou extremamente grave o caso, já determinou evidentemente que a Polícia Federal desloque uma equipe para acompanhar as investigações e está acompanhando ele mesmo diretamente todas as ações de investigação sobre esse caso.

O Ministro Nilmário Miranda, que tem uma história de proteção dos direitos humanos, tem acompanhado rigorosamente os acontecimento, tanto na questão de Unaí quanto na de Felisburgo, para que possamos evitar que, no futuro, isso volte a acontecer.

O SR. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Hélio Costa, não sei se há tempo, mas eu gostaria de fazer um aparte.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Ouço com prazer o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Peço licença à Mesa, porque se trata de um assunto que realmente nos chocou. Apesar de minha experiência na direção do trabalho de polícia por mais de 50 anos, esses são fatos, Senador, que ultrapassam o limite da tolerância humana. O assassinato covarde de pessoas desarmadas, a ação de pessoas que querem fazer justiça pelas próprias mãos, contratando matadores de aluguel, é uma violência que o Brasil não pode aceitar de forma nenhuma. A ação das autoridades brasileiras tem que ser mais rápida do que o raio. Isso porque a cada ação como essa podemos ter uma reação mais grave ou a imitação do fato, no intuito de demonstrarem que têm algum direito. Quando se trata de terra devoluta, não há conversa, a ação do Governo no sentido da desapropriação da área e de sua legalização tem que ser rápida. Em São Paulo, por exemplo, temos sentido isso. Há uma dificuldade de ordem econômica para ressarcir os bens e não a terra, porque ela não tem proprietário, pertence ao Estado. O crédito de cinco corpos é uma violência inaceitável. Cumprimento V. Ex^a por seu pronunciamento, Senador. Penso que temos que orar para que haja um pouco de consciência na cabeça de alguns fazendeiros que não têm tido escrúpulos, na tentativa de manutenção de terras que ilegalmente possuem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Incorporo suas palavras ao meu pronunciamento.

Conforme disse, Sr. Presidente, esta minha fala na tribuna do Senado é exatamente em repúdio a mais essa lamentável chacina que ocorreu em meu Estado de Minas Gerais, onde vítimas inocentes, pais, mães e crianças sofrem permanentemente essa angústia de não saber se amanhã estarão entre os corpos que são contados praticamente todos os meses por esse Brasil afora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por permuta feita com o Senador Mão Santa.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a minha

inscrição, como Líder do meu Partido, para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está inscrito e falará logo após o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, agradeço inicialmente a generosa sensibilidade demonstrada pelo Senador Mão Santa. Ciente de que terei um compromisso daqui a pouco em um Ministério, S. Ex^a me cedeu a oportunidade de fazer essa permuta a fim de emitir uma opinião que julgo importante para o País.

Refiro-me à decisão tomada pelo Governo do Presidente Lula, juntamente com o Ministro Antonio Palocci, de anunciar o fim da oneração fiscal dos livros no Brasil, isentando definitivamente de contribuições como PIS, Cofins e Pasep qualquer editora ou qualquer comercialização de livros no Brasil. Havia recentemente um incentivo para a redução de livros técnicos ou científicos, e agora, de maneira formal e definitiva, o Governo do Presidente Lula anuncia, juntamente com o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, com a presença do Presidente desta Casa, Senador José Sarney, e de todos aqueles que se empenham pelo acesso à leitura pela população brasileira, o fim dessa oneração fiscal, que de fato causava um impacto muito negativo, dificultava o acesso à leitura e complicava nosso índice de competitividade, envolvendo o Brasil em um dos mais precários índices de acesso à leitura.

Temos uma média mundial constrangedora de acesso a livro em comparação a outros países. A Finlândia, por exemplo, tem uma leitura de mais de 26 livros **per capita** ao ano; países de primeiro mundo possuem uma média de leitura de 6 a 8 livros ao ano; e o Brasil se afirma em um índice de leitura abaixo de 2 livros **per capita** ao ano.

O Ministro Palocci, durante aquela solenidade, enfatizou, com todo o entusiasmo e com toda a responsabilidade que o caracterizou como Prefeito de Ribeirão Preto, sua marcante gestão no que se refere ao acesso à leitura, tema que particularizou em sua administração. Em Ribeirão Preto foram criadas mais de 80 bibliotecas, em apenas três anos. Nesse período, o índice de leitura daquela cidade, que era da ordem de 2 livros **per capita** ao ano, aumentou para 9 livros por habitantes.

Esse dado extraordinário vem confirmar a importância dessa matéria. O instrumento capaz de levar definitivamente uma sociedade a se libertar de dogmas, de atrasos, de preconceitos, de amarras a uma visão de cidadania está sem dúvida alguma na dificuldade do acesso à leitura. Quando verificamos as desigual-

dades na oferta de livros em regiões deste País, ficamos mais preocupados ainda. No Brasil, há mais de mil Municípios sem bibliotecas municipais, há milhares de Municípios brasileiros sem livrarias, sem bancas de jornais. E agora temos uma medida efetiva, que contribui para que possamos assegurar o acesso do cidadão brasileiro à leitura. A médio e a longo prazo, de maneira segura, teremos uma redução de custo de pelo menos 10% para todo e qualquer livro editado em nosso País. Essa matéria diz muito.

O Presidente Sarney faz parte dessa história, por ter sido autor, anos atrás, de uma matéria legislativa que definia a chamada “Lei do Livro”, com uma grande importância na história do incentivo à leitura no Brasil. Como S. Ex^a afirmou ontem, o nosso eminente, imortal e marcante Celso Furtado foi Ministro da Cultura e também participou do estímulo direto e de um empenho forte para que houvesse redução de custos na aquisição de um produto literário, por meio de redução de impostos e de subsídios para o acesso à leitura. E agora temos o Governo Federal, na figura do Presidente Lula, assumindo, juntamente com os Ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e da Cultura, Gilberto Gil, uma decisiva manifestação a favor do cidadão brasileiro, para que ele possa ler, para que ele possa entender melhor a vida, entender melhor o mundo e construir de fato um instrumento de cidadania a partir da informação.

Fico feliz de ter sido informado, segundo dados fornecidos pelos Ministérios, que nesse evento contamos com a presença de inúmeros e importantes movimentos editoriais brasileiros, de livrarias, equipes de editorias e equipes que estão ligadas à cultura no Brasil. Uma matéria dessas não poderia passar em branco no Plenário do Senado Federal. Ela confirma a responsabilidade no caminho da cidadania, que move o Governo brasileiro, e de fato consolida um novo horizonte para a leitura neste País.

Espero, sinceramente, que o exemplo localizado em Ribeirão Preto, com mais de 80 bibliotecas construídas em menos de três anos, e que o fato de se ter conseguido promover o acesso à leitura de 2 livros para mais de 9 livros/**per capita** ao ano possa contaminar o Brasil inteiro e que possamos ter um País em competitividade de informação com qualquer país do mundo.

O livro – vale lembrar – não diz respeito apenas a um componente da intelectualidade, da informação e da elucidação do que é a vida neste País; diz respeito também a uma parte da cadeia produtiva de toda a economia nacional e muito pode significar para o Brasil nos próximos anos.

Sr. Presidente, era o que eu desejava dizer, confirmado essa grande notícia e, portanto, elogiar o Governo brasileiro pela atitude que toma a favor da cultura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, V. Ex^a dispõe da palavra por cinco minutos pela Liderança do PL.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, público que assiste a TV Senado, senhoras e senhores que visitam o Senado, sei que o tempo é meu inimigo, mas gostaria de poder tratar rapidamente de três assuntos. Um deles diz respeito a um ofício que encaminhei ao Senador Tuma, 1º Secretário desta Casa, devido a uma situação vexatória que vivi – e falo por mim, não sei se outros Senadores já a viveram – ontem no aeroporto.

É verdade que temos quotas de passagem para viajar, e essa quota é transferida para a empresa de turismo que ganhou uma licitação nesta Casa. Para minha surpresa, a moça no balcão me disse: “As passagens do senhor não foram pagas. O senhor deve R\$400,00 para a GOL”. Eu disse: “Filha, eu não pago. Eu não compro passagem com dinheiro na GOL. Quem efetua a compra é o Senado, por uma empresa”.

Ela disse: “Não, mas aqui está o nome de uma pessoa física, que está tentando pagar com cartão, mas o cartão dele está bloqueado. José ‘não sei das quantas’”. Falei: “Tem alguma coisa errada nisso”. José é o dono da empresa, e ele estava comprando a minha passagem com seu cartão pessoal.

E a moça me disse na frente de todo mundo: “O cartão do senhor está bloqueado, e seu nome está no Serasa”. Falei: “O meu?! Minha filha, eu me chamo Magno Malta”. E minha maior estranheza foi isso ter acontecido no meu Estado. De 1,1 milhão de votos válidos, obtive 900 mil, e ainda há pessoas que não me conhecem.

Julguei o fato muito estranho e tomei providências rápidas, enviando ao nosso 1º Secretário um ofício relatando esse vexame. Se há uma empresa que ganhou uma licitação, as passagens dos Senadores não podem estar sendo compradas com o cartão pessoal do dono da empresa. Há algo errado nisso.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Pois não, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Realmente, recebi o ofício hoje pela manhã e chamei a estrutura que cuida dessa parte. Esse não foi o primeiro incidente. Já tínhamos aberto uma sindicância contra a empresa e estamos preparando um edital para substituí-la

por ter feito um trabalho negativo dentro do contrato que foi assinado, dentro da lisura da concorrência em que ela foi vencedora. Dessa forma, agradeço a V. Ex^a pelo ofício, que vem respaldar as providências que estamos tomando. A empresa será substituída no mais curto tempo possível.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Mas o mais grave disso é que, depois, a moça me chamou e disse: “Olhe, a sua passagem foi paga agora, mas foi paga com o outro cartão, porque o primeiro estava bloqueado”. E eu quero lá saber disso?

Eu, então, fiquei com “cara de tacho” lá no aeroporto e não consegui embarcar, porque o avião partiu. Na verdade, não tenho intenção alguma de prejudicar ninguém, mas acho que uma das nossas prerrogativas é fiscalizar, fiscalizar não só os atos do Executivo, mas fiscalizar absolutamente tudo, porque o procedimento não é correto. Não tenho, Senador Romeu Tuma, a intenção de prejudicar quem quer que seja, mas acho que não tem o menor cabimento, Senador Paulo Paim, as passagens dos Srs. Senadores serem compradas por uma empresa com o cartão do dono da empresa.

Sr. Presidente, estou com algumas manchetes, dos jornais **A Tribuna** e **A Gazeta**, dois dos jornais de grande circulação no meu Estado, que dão notícia, assim como o faz a mídia nacional, do vandalismo e da violência que têm ocorrido na Grande Vitória. Em dois dias, Senador Ramez Tebet, foram 10 ônibus incendiados. Embora tenhamos no Secretário de Segurança, Dr. Rodney Miranda, por quem tenho muito respeito, um homem dos quadros da Polícia Federal, esse vandalismo, num Estado pequeno como o nosso e na Grande Vitória, que não é muito grande, decretou, como dizia o eterno policial Senador Romeu Tuma, a prisão coletiva da sociedade do Estado do Espírito Santo.

Em função do que vem ocorrendo, o Governo Federal, na pessoa do Ministro da Justiça, atendeu ao pedido do Sr. Governador e mandou para lá tropas federais. E o Exército foi para as ruas para poder guardar os pontos de ônibus e proteger as empresas que estão tendo o seu patrimônio destruído pelo vandalismo de usuários de drogas, de traficantes de morros, não os que fazem a manutenção e que ganham muito com as drogas, porque eles não moram no morro, mas dos gerentes de boca no morro. Isso resulta numa situação de presídio no Estado do Espírito Santo.

Hoje, vi uma matéria que tratava dos presídios. O Mosesp, por exemplo, em Viana, que é uma penitenciária, tem dois agentes, dizia o Secretário de Justiça. Como dois agentes podem tomar conta de uma penitenciária? Dizia ele: e o pior é que esses dois agentes ficam se escondendo dos presos. Os presos saem à

noite com a chave do cadeado, assaltam, delinquem e voltam com documentos de pessoas que eles roubam nas ruas.

É preciso que haja uma ação coordenada, incisiva, para que, depois que o Exército for embora, depois que os soldados do 38º BI forem recolhidos e os soldados que se deslocaram de outros Estados para lá forem embora, esse vandalismo não continue.

Entendo como importante a medida tomada pelo Governador Paulo Hartung, que acionou o Ministro da Justiça. O Secretário de Segurança, Dr. Rodnei Miranda, é um homem digno, mas não posso concordar com seu pedido para que a população não vá à escola, não vá à universidade. As aulas foram suspensas. A cidade parou e com isso foi decretada a prisão da sociedade civil.

Se não forem tomadas medidas duras contra o crime organizado, contra o crime de periferia, movido pelo uso das drogas e pelo roubo de periferia, o bandido ficará fortalecido, ficarão fortalecidas as quadrilhas, que vêm nas autoridades e na sociedade o amedrontamento. Portanto, eles crescem na briga e ficam mais fortalecidos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Magno Malta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, o tempo do orador já terminou.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não vou pedir um aparte. É apenas para ver se o Senador Magno Malta aceita, porque para mim não é ação de vandalismo, mas de terrorismo mesmo.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Estou encerrando, Sr. Presidente.

Na verdade, é ação de terrorismo. Foram incendiados dez ônibus em dois dias. Temos um Secretário digno, como eu disse. A ação do Governador é admirável, mas não podemos conviver com essa situação. Quantos anos vamos ficar com o Exército nas ruas? Então, é preciso uma medida dura no sentido de dar tranquilidade à sociedade da Grande Vitória, que hoje está trancafiada em casa. As crianças, os estudantes, os trabalhadores, todos estão com medo.

Há quem diga, Senador Papaléo Paes, que é uma disputa de sindicatos. E é por isso que é importante que a Inteligência da Polícia Federal, que tanto prezo, que a Inteligência do Ministério Público, da Polícia Civil do meu Estado trabalhem e façam um trabalho coordenado para que tenhamos uma solução para esse problema rapidamente, para colocar em liberdade a sociedade da Grande Vitória, da região metropolitana do meu Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos a palavra, de imediato, ao Senador Mão Santa, como primeiro orador inscrito.

A Mesa pede o apoio dos Srs. Senadores para que fiquem dentro do tempo devido às reclamações dos próprios Senadores que vêm chegando à Mesa. O Senador Mão Santa, eu sei, cumpre na íntegra o tempo permitido pelo Regimento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, mais generoso na exigência do tempo, uma bênção de Deus, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pela sistema de comunicação do Senado, dirijo-me ao Senador Ramez Tebet, cujo nome escolhi por se igualar a Rui Barbosa no amor à justiça, com uma diferença: V. Exª, Senador Ramez Tebet, tem maior admiração minha por ser do PMDB.

Senador Efraim Morais, sob os céus há um tempo determinado para cada propósito, e agora é o destino do PMDB. Pois Rui Barbosa, em um imbróglio como este, disse: “não troco a trouxa das minhas convicções por um ministério”. Que beleza, hein, Rui!

Escutai, PMDB! PMDB de Ulysses Guimarães, encantado no fundo do mar, escutai a voz rouca das ruas! Vamos ouvir as ruas, o povo.

O homem é um animal social, como já disseram filósofos como Aristóteles e outros. E o homem sempre procurou uma forma de governo. E por muito tempo o governo foi uma monarquia, foi dos reis.

Senador Magno Malta, na Bíblia estão os reis: rei Saul, rei Davi, rei Salomão. Por quê? Porque se assemelhava à paternidade, à família: um manda, todos obedecem. Mas na nossa sociedade, Senador Romeu Tuma, ficou muito bom para quem estava no Palácio. Para o povo mesmo, explorado, esquecido, decepcionado, humilhado... Esse povo foi às ruas e gritou por liberdade, igualdade e fraternidade. Assim, as Repúblicas da Velha Grécia foram melhorando.

Senador Heráclito Fortes, caíram todos os reis que representavam aquele “l'état c'est moi”, de Luís XIV. E aqui nas Américas um líder definiu governo como governo do povo, pelo povo e para o povo.

Estou muito à vontade no PMDB, porque vi essa identidade com o povo. O PMDB é isso; o seu compromisso era com o povo, com a coragem, com o ideal do povo.

Senador Efraim Morais, lembro-me de que, quando estava no Rio de Janeiro, fazendo a minha pós-graduação em cirurgia, na década de 60. Comprei o jornal e li, entusiasmado, o discurso de Ulysses, o anticandidato, sem chance alguma pelas regras do

jogo, dando a nossa mensagem de conquista do Governo pelo povo.

O meu PMDB é o de Heráclito. Em convenção, vi S. Exª, com força física, defendendo essa bandeira. Naquele tempo, Ulysses, sem chance, mas com a chama da liberdade e da igualdade, saiu à luta. Agora, esse PMDB, grandioso pelo seu passado, também tem de sê-lo pelo nosso presente, pela nossa presença e pela nossa luta. Com 1 mil prefeitos e 8 mil vereadores, é o maior Partido, Senador Maguito Vilela. Nunca antes, no pluripartidarismo, desde os tempos de Rui Barbosa, houve uma bancada tamanha como esta.

Dizem que está resolvido e que não há candidato em combatividade. **Errare humanum est.** Erramos na vez passada, quando tínhamos dois excelentes e extraordinários candidatos: o pai do combate à inflação, Itamar Franco, ex-Presidente austero e honrado; e Pedro Simon, símbolo das virtudes e da tradição gaúcha daquele povo que foi o primeiro a gritar pela liberdade dos negros, pela Guerra Farroupilha e pela República. O nacionalismo de Pasqualini, de Getúlio, de Jango e de Brizola estava sintetizado em Pedro Simon, assim como o espírito cristão de São Francisco, quem mais se assemelhou a Cristo. E recusamos.

O Partido é para isso, e quem sabe é o povo mesmo.

Senador Magno Malta, Ulysses Guimarães disse: “Escutai a voz rouca das ruas”. O que eu vejo nas ruas do meu Piauí e do Brasil é que time que não entra em campo não ganha e perde a torcida. Não vamos ganhar nunca. Partido é para chegar ao poder – não ao poder pelo poder, Senador Ramez Tebet –, mas como instrumento. Cristo disse: “Não para ser servido, mas para servir”. Este PMDB tem de buscar aquela luz, aquela chama e aquela tocha do anticandidato Ulysses.

Agora chega alguém e diz que está resolvido. O coronel do PT que quis cubanizar este País disse que o nosso Partido não tem combatividade. Lamentamos, Senador Papaléo.

Materia do jornal **Correio Braziliense**, que cada vez está melhor – que se cuidem os jornais do Rio e de São Paulo – traz: “Queda de Braço – PMDB em crise”. Segundo o jornal, aumenta a guerra dentro do Partidos entre os aliados de Lula e os que insistem em sair do Governo.

Entendemos e queremos deixar bem claro. Eu sou cirurgião. Primeiro, há que se ter a teoria. Depois do estudo, é preciso ver os outros operarem, ajudar, para, então, operar. Na política também funciona assim, pois, se se estuda até para jogar futebol, como é que para ser político não se vai estudar?

Maquiavel, autor de **O Príncipe**, na Era do Renascimento, na Itália, ensinou que é muito difícil governar

afastado do povo. Presidente Lula, atentai para o que Maquiavel disse. Não adianta trazer alguns atraídos pelo queijo dos cargos. Vamos atrair o povo.

Senador Ramez Tebet, Abraham Lincoln, jurista como V. Ex^a, dizia o que está na Bíblia: “casa dividida é facilmente derrubada”. Este País não pode ser metade livre e metade escravo. O PMDB tem que ter essa unidade. É bíblico saber onde está a sua força: no povo, como ensina a teoria de Maquiavel. Atentai também para a reflexão de Abraham Lincoln: “Tudo o que se faz com a opinião pública tem êxito. Tudo o que se faz contra a opinião pública malogra”.

O Sr. Magno Malta (PL – ES) – Peço um aparte, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Essa busca tresloucada por cargos contraria o povo. O povo é soberano na democracia. E Juscelino Kubitschek, esse democrata, Senador Papaléo Paes, chegava a seus mais íntimos – José Maria Alkmin, Israel Pinheiro – e dizia onde estava, no Palácio de Minas, em Brasília, no Rio de Janeiro: “Como vai o monstro?” O monstro era o povo. O Presidente da República tem que saber isto: como vai o monstro, o povo, o povo, o povo; e não como vão alguns líderes, que querem cargos, cargos, cargos, contrariando Rui Barbosa.

É isso que entendemos, e posso dizer isso, porque governei o Piauí, Senador Papaléo Paes, e cantava como uma reza: “O povo é o poder”.

O essencial é invisível aos olhos; quem vê bem vê com o coração. Ensinei no Piauí a se acreditar no povo, a se respeitar o povo, a se trabalhar pelo povo e até amar o povo. Eis o que nos fez Senador da República.

Estou com o nosso Presidente, mas o do Partido. Michel Temer deu uma declaração, que está aqui no jornal: “É melhor termos um partido menor, se for o caso, mas com uma consciência absoluta de sua tarefa, de sua função no Senado Nacional, do que um grande partido fragmentado”. Ele foi mais longe ainda ao dizer a Lula que não participa desses almoços porque pode parecer uma tentativa de cooptação.

Diria, Senador Maguito, que não vai ser almoço e nem jantar. Aliás, com esse negócio de comida, ele não tem acertado. No Fome Zero, não acabou com a fome, ficou só com a nota zero. Senador Maguito, ele tem que reconhecer o esforço. E o nosso voto é de graça, é pela consciência, é pelo povo, é pela Pátria. Eu trabalhei, lutei, votei para ver Lula presidente. Era daqueles que tinha esperança. Mas, Senador Maguito, votei contra a reforma da Previdência, porque achei que não era boa, e eles mesmo acharam isso. Quanta luta. Olha a PEC paralela, o resultado disso. Votei contra

a reforma tributária, porque tornou o Brasil o país em que mais se paga imposto.

Lembro-me de que, quando Cristo passou pelo mundo, perguntaram-lhe se era justo pagar impostos a César. Ele respondeu: “Dai a César o que é de César e a Deus, o que é de Deus”. Mas, se Cristo andasse no Brasil, Senador Papaléo, ele diria: “Não pague não, porque já levaram demais do povo”.

De doze meses trabalhados, cinco vão para os impostos. É a brasileira e o brasileiro na luta, porque têm que trabalhar a mulher e as crianças. Todo mundo tem de trabalhar para ter uma renda mínima. Decresceu como nunca, nesses últimos anos, o poder aquisitivo do dinheiro e do salário mínimo. A classe média está aí, mas não é mais média. Média sim, porque ela tem nota três.

Então, o que queremos dizer é que votamos contra, mas votaremos de graça em favor de qualquer lei boa e justa, pelo Brasil, pelo Piauí e pelo povo! É para isso que estamos aqui, para votarmos em troca de nenhum cargo, embora exijamos que renasça a esperança, que está morrendo. E sabemos que a esperança é a última que deve morrer, Senador Papaléo, mas está morrendo. E não podemos deixar acabar, Senador Magno, a esperança da Pátria na democracia, pela qual passa o PMDB.

Senador Magno Malta, tem a palavra V. Ex^a, que se inspira em Deus e o representa aqui como um dos seus ministros.

O Sr. Magno Malta (PL – ES) – Senador Mão Santa, V. Ex^a expõe as divergências internas do seu partido com muita transparência e clareza, mas não posso me intrometer nos problemas dele, até porque a ele não pertenço e a mim não me cabe nem opinar. Pedi o aparte apenas para contribuir, porque o que a Bíblia diz de fato é que uma casa dividida não subsistirá.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, é isso mesmo. Queremos a unidade.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a tem todo o direito porque foi um dos mais competentes e corajosos presidentes do PMDB. E eu estava aqui na posse de V. Ex^a para trazer-lhe o apoio do nosso Piauí.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Muito obrigado. Cumprimento V. Ex^a por abordar os problemas de um partido tão importante para o Brasil quanto o PMDB. Já fiz isso de outra feita, também desta tribuna, e fui criticado depois pela cúpula do PMDB por abordar aqui problemas do partido. Na época, respondi que o PMDB era um partido ramificado, com capilaridade em todo o País, que dizia respeito ao povo brasileiro.

Então, todos têm que ter interesse pelo nosso partido e saber qual é o caminho mais correto que ele deve trilhar. Há mais de oito anos, venho lutando para que o PMDB tenha candidato próprio à Presidência da República. Lutei por isso no passado e continuo lutando para o futuro. Ninguém, em sã consciência, pode admitir que um partido com a grandeza e a história do PMDB não participe das principais eleições deste País, que são as presidenciais. O PMDB não tem participado delas. Eu me candidatei à reeleição para presidente do partido com essa bandeira e perdi. Quem venceu o fez também com a obrigatoriedade de lançar candidato à Presidência da República. O PMDB não tem, sistematicamente, participado das principais eleições do Brasil, mas precisa fazê-lo. Eu defendo essa participação com muita veemência. V. Ex^a se lembra de que, no início, eu dizia o mesmo que V. Ex^a está dizendo hoje: o partido pode apoiar o Governo no que consulta aos interesses do País e do povo, independentemente de cargos, de ministérios. Está registrado nos Anais da Casa que eu disse que o PMDB deveria dispensar os ministérios e apoiar o Governo Lula, pois a governabilidade é importante para o País. Se a maioria do povo brasileiro elegeu este Governo, nós temos que apoiá-lo, até para que ele possa encontrar o melhor caminho para o País e para o povo, independentemente de cargos. O PMDB tem feito ministros, mas não tem participado de decisões. Assim, defendo um partido independente, que caminhe com suas próprias pernas, que escreva a sua própria história, e com responsabilidade. É lógico que não se pode ficar aqui fazendo oposição raivosa, obstruindo, deixando de votar. Acho que o partido tem que ter responsabilidade e tem que ajudar na governabilidade. Mas, nessa questão de cargos, V. Ex^a tem razão. Eu nunca troquei a trouxa das minhas convicções por cargo nenhum. E não foi por falta de oferecimento, pois, no Governo passado, tive convites do meu partido para assumir ministérios. Não aceitei, nunca pleiteei e nunca vou pleitear ministério algum. Não é do meu feitio, e acho, inclusive, que o partido ficaria muito mais à vontade sem os ministérios. Parabéns pela sua fala.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, que incorporo. Reconheço a liderança extraordinária que V. Ex^a teve à frente do PMDB. V. Ex^a reviveu o conceito de Winston Churchill, que disse: “Política é como a guerra, com a diferença de que, na guerra, só se morre uma vez”. O PMDB de Goiás acabou de ressurgir. É disso que se precisa!

Agora concedo um aparte ao Senador Papaléo Paes, do PMDB.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, como companheiro de partido e observador do quadro político nacional, eu não poderia deixar de emitir minha opinião. Primeiramente, parabenizo V. Ex^a pelo brilhante discurso, que faz com que não só peemedebistas mas outros políticos e até o povo despertem para a situação por que está passando nosso grande PMDB. Cheguei a ter o atrevimento de dizer que o PMDB está subsistindo às custas de suas glórias do passado. Então, não consigo admitir que um partido tão grande como o PMDB, criado pelo próprio povo, pois foi o povo que deu a ele todo esse *know how*, esteja hoje como um partido “reboqueiro”, um partido de aluguel – eu não queria dizer de aluguel, mas acabei dizendo –, um partido no qual realmente não sentimos um posicionamento firme, no sentido de ajudar a tornar governável o País, sem se deixar levar para uma situação que o apequene. Entendo, lamento profundamente que o PMDB, que tem nesta Casa 23 Senadores e a maior representatividade, participe de um jantar com o Presidente da República às vésperas de uma convenção que vai decidir se o partido continuar ou não apoiando o Governo da forma como está apoiando, a reboque. E achei inabilidade do Governo convidar os Senadores para esse jantar, sabendo dessa convenção, dando a impressão para a população de que, no jantar, seriam resolvidos problemas não do partido, porque ali estavam só Senadores, mas, sim, questões individuais dos Senadores, para que o partido continue no Governo. Lamento essa situação e quero dizer que a posição do Partido deverá ser coerente. Jamais viraríamos as costas para a governabilidade por uma decisão do PMDB; mas viraríamos, sim, para o troca-troca. Não aceito que um Partido como o PMDB se troque por cargos, por ministérios, seja pelo que for. Então, Senador Mão Santa, estou no PMDB e nele entrei pelas suas figuras importantes, de repercussão nacional; figuras importantes, respeitáveis, mas que devem ter uma posição coerente com a grandeza do nosso Partido. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Um quadro vale por dez mil palavras, e V. Ex^a é esse quadro, Senador Papaléo, é o PMDB novo, não só da grandeza de Ulysses, de Teotônio, de Tancredo, mas o PMDB de hoje, que tem um compromisso com seu passado e com o povo. E que tem nomes extraordinários, como o Presidente Sarney. A política é isso. A Polônia elegeu um trabalhador, um sindicalista, depois, um intelectual. Governadores como Roriz, esse homem de desenvolvimento, que tem a inspiração de Juscelino; Luís Henrique; Germano Rigotto, vencedor. Machado de Assis já dizia: “ao vencedor, as batatas”.

Requião; Jarbas, de Pernambuco; o Garotinho; Íris Resende, figura extraordinária, pode ser candidato; Renan, o nosso Líder Renan, que já foi Ministro, nos lidera aqui no Senado; Ramez Tebet.

Quero deixar claro que a nossa posição está no Hino do Piauí: "Numa guerra, o seu filho é o primeiro que chega", e sou o primeiro a dizer que luto pelo PMDB de Ulysses, independente, mas sem abandonar o País, a governabilidade e o povo, de graça abençoados por Deus.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição como Líder do PSDB, após a fala do Senador Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência registra a inscrição de V. Ex^a e lhe concederá a palavra logo após o término das palavras do nobre Senador Efraim Morais, do PFL da Paraíba, próximo orador inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Solicito a V. Ex^a a minha inscrição, autorizado pelo Senador Arthur Virgílio, para fazer uso da palavra após a Ordem do Dia, pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a será inscrito, nobre Líder Alvaro Dias, para uma comunicação de interesse partidário, após a Ordem do Dia.

Senador Efraim Morais, V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o teor do assunto de que

tratarei não é político-partidário. Não se trata de uma questão de um partido, de Governo **versus** Oposição, mas uma questão nacional.

Digo questão nacional, Sr. Presidente, porque a crise federativa do Brasil, alimentada há anos por um sistema tributário injusto e infeliz, resultou, semana passada, em mais um manifesto de governadores pedindo providências ao Presidente da República.

Os governadores manifestam preocupação – e a ela me associo plenamente – com o agravamento contínuo da situação de Estados e Municípios, que fragilizam o sistema federativo brasileiro e ameaçam a própria governabilidade.

Sendo o Senado a instância parlamentar representativa da Federação, penso que temos o dever de nos associar a essa luta, que não pode estar circunscrita à esfera meramente regional. Trata-se de uma anomalia que decorre da preservação de um modelo em que os tributos arrecadados, repartidos com os Estados, vêm sofrendo drásticas reduções, que decorrem da criação, por parte da União, das assim chamadas "contribuições" não compartilhadas com os demais entes federativos.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, temos aí a anomalia que mencionei. Enquanto a União registra recordes de arrecadação, de que se jactam os Ministros da área econômica, Estados e Municípios vivem inversamente, em profunda penúria.

Como a vida real não acontece, Sr. Presidente, no âmbito da União – que é mera abstração jurídica –, temos que a qualidade de vida do cidadão contribuinte, que sustenta, com os seus impostos, a máquina administrativa em seus três níveis (municipal, estadual e federal), vai de mal a pior.

Vive-se concretamente no município. É lá que se desenrola a vida real e surgem os problemas e os desafios da vida em sociedade. Os Estados e a União têm os seus respectivos e intransferíveis papéis a desempenhar; mas não se pode perder de vista que é o cidadão munícipe que trabalha e gera riquezas, das quais se extraem os impostos.

Os Estados têm sido os parceiros corretos e sensíveis das prefeituras, mas a União tem sido egoísta, injusta mesmo, na repartição dos recursos.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ouço, com o maior prazer, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Nobre Senador Efraim Morais, V. Ex^a procede muito bem quando ocupa a tribuna para defender a Federação brasileira. V. Ex^a, ao preconizar uma reforma tributária à altura,

defende a Federação Brasileira. Não é mais possível continuar assim porque isso está trazendo uma insegurança institucional até para quem quer investir. Qual a carga tributária brasileira, que percentual do PIB ela representa? Sendo uma das mais altas do mundo, o investidor não sabe que carga tributária terá de pagar sobre seu investimento. Sabe hoje, mas amanhã não, tamanhas as alterações pontuais. E essas alterações, como vimos nesta Casa quando da reforma tributária, foram feitas para favorecer a União. Aquilo que poderia ajudar Estados e Municípios foi devolvido à Câmara dos Deputados, e lá se encontra paralisado. Portanto, V. Ex^a faz muito bem ao abordar este assunto. V. Ex^a defende a Federação Brasileira, a cidadania, o contribuinte brasileiro. Urge que todos nós desenvolvamos esforços, principalmente o Poder Executivo, para que se faça uma reforma tributária à altura dos interesses da Nação, da Federação Brasileira. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet. O aparte de V. Ex^a vem diretamente ao encontro do que pensamos e que é conteúdo do nosso pronunciamento. Que seja feita justiça aos Estados e Municípios. O cidadão comum não consegue entender o excesso de arrecadação propalado em todos os canais de televisão, em todos os jornais, em todas as rádios do Governo. Por que tanto superávit? Por que tanto dinheiro? Por que está sobrando dinheiro no país e não chega dinheiro para os Estados e Municípios? E as obras, onde estão? V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, tem toda razão no aparte que faz.

E a manutenção desse quadro, Sr. Presidente, provoca exaustão econômica dos Estados e Municípios, conforme denunciaram no manifesto da semana passada os Governadores. E isso é ainda mais grave quando se trata de regiões que vivem historicamente em estado de carência, como o norte, o centro-oeste e o nordeste.

Para um Governo que assumiu sob o compromisso prioritário de investir no social é no mínimo espantoso e contraditório mostrar-se insensível a esse quadro.

Os Governadores sustentam que, seguidamente, tem ocorrido queda brusca no repasse constitucional.

Na segunda parcela deste mês, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, por exemplo, liberada no último dia 20, o repasse chegou ao patamar de 46% a menos do que a Secretaria do Tesouro Nacional havia informado aos Estados.

Deixe-me esclarecer bem essa informação. No quinto dia útil, o Governo Federal, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional, informou a previsão aos

Prefeitos no que diz respeito ao FPM e aos Governadores quanto ao FPE.

Dada essa informação, os Prefeitos e Governadores programaram-se, de acordo com o que foi dito pelo próprio Governo Federal, mas, para surpresa de todos, houve uma queda de 46% da quantia prevista pelo Tesouro Nacional.

Sr. Presidente, a previsão inicial, feita no dia 19 deste mês, era no sentido de distribuir R\$640 milhões do Fundo de Participação dos Estados (FPE), e R\$670 milhões do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), mas, concretamente, o repasse foi bem menor, quase a metade. Para o FPE, que iria receber R\$640 milhões, foram repassados apenas R\$348 milhões. O Governo, por meio do Tesouro Nacional, repassou R\$364 milhões para os Municípios, quando deveriam ser repassados para todos os Municípios deste País R\$670 milhões.

Pois bem, Sr. Presidente, disso resulta um quadro de insolvência e ingovernabilidade para prefeituras e governos estaduais. Mais uma vez, veremos repetir um quadro tristemente rotineiro na administração pública brasileira: um Natal sem que os funcionários possam desfrutá-lo de posse do seu 13º salário.

Talvez os Governadores e os Prefeitos paguem o 13º, mas não paguem o salário do mês dezembro, porque a própria Lei de Responsabilidade Fiscal o permite. Portanto, dá no mesmo. Não adianta pagar o 13º e não pagar o salário do mês de dezembro. Em virtude dessa decisão do Tesouro, ou melhor, por causa desse pequeno erro que o Tesouro diz que cometeu – essa foi a justificativa –, os funcionários de Prefeituras e Estados de nossa Federação dificilmente receberão o 13º salário e o salário de dezembro pagos no próximo mês.

Sabemos, Sr. Presidente, o quanto é importante o pagamento desse direito trabalhista não apenas para o trabalhador, mas também para a economia. Ele representa, segundo informa o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a injeção de nada menos do que R\$40,2 bilhões na economia brasileira, num prazo curto, gerando benefícios sociais e tributários para o Governo. Isso representa simplesmente 2,55% do PIB.

Sem o repasse dos recursos que a União lhes deve, como podem Governadores e Prefeitos cumprir essa obrigação trabalhista? Eles arcam com o ônus da impopularidade e com a pecha de caloteiros e maus administradores por um delito que não praticaram. Como se não bastasse, correm o risco de ser encarcerados na Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê penas as quais vão desde a prisão até a inelegibilidade por oito anos. No entanto, quem a está infringindo

é a União, que não cumpre a obrigação de repassar recursos que não lhe pertencem. Convém lembrar que a escassez dos repasses contraria pacto selado pelo Governo Federal com esta Casa e as Prefeituras.

Quando votamos a reforma tributária, no ano passado, o Governo se comprometeu com os Prefeitos – e fomos fiadores desse compromisso – a aumentar em 23,5% o Fundo de Participação dos Municípios, o FPM. Sem esses repasses, Sr^{as}s e Srs. Senadores, segundo informa o jornal **O Globo**, do dia 9 passado, 50% dos Municípios não honrarão o pagamento do 13º salário. Creio que o jornal **O Globo** está sendo bondoso ao dizer que 50% dos Municípios pagarão o décimo terceiro salário. Repito: 90% dos Municípios brasileiros pagarão o décimo terceiro, mas não pagarão o salário do mês de dezembro. Em outras palavras, não haverá pagamento do décimo terceiro.

Ouço V. Ex^a, Senador José Jorge, com muito prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Efraim Morais, V. Ex^a traz um assunto do momento e o trata do modo correto. Estive em Pernambuco e soube da preocupação do Governador Jarbas Vasconcelos e dos Prefeitos relativa ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Quando votamos a reforma tributária – todos sabemos disso – prometeram que os prefeitos receberiam um adicional correspondente ao décimo terceiro até o final do ano para que pudessem pagar esse direito trabalhista a seus funcionários. A reforma tributária está na Câmara, mas não foi votada até agora. O mesmo acontece com a PEC paralela, a reforma da Previdência, e com outras matérias que votamos aqui de comum acordo, de boa-fé. Na realidade, o Governo não cumpre os acordos. Penso que devemos paralisar os trabalhos do Senado até que a Câmara aprove aquilo que foi prometido sob pena de passarmos para os nossos eleitores e para o povo brasileiro a idéia de que acreditamos em Papai Noel. Solidarizo-me com V. Ex^a e vejo com grande preocupação que os Municípios brasileiros não poderão, no final do ano, pagar o décimo terceiro, principalmente neste que é o último mês da gestão dos prefeitos atuais, que sairão dos seus cargos, de certa maneira, desmoralizados por não conseguirem quitar a folha de pagamento. Muito obrigado.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Tem razão V. Ex^a, Senador José Jorge, quando registra a situação daqueles prefeitos que estão deixando os mandatos, prefeitos que, com certeza, desejariam cumprir a sua responsabilidade com o funcionalismo público, pagando o 13º salário. Mas repito que, da forma como o Tesouro Nacional está tratando estados e municípios, dificilmente isso acontecerá. Trata V. Ex^a exatamente da

questão da reforma tributária, e os prefeitos querem, com toda razão, urgência na solução desse impasse, que seria aquele recurso equivalente ao 13º salário. Mas querem retirar do texto da emenda paralela, da reforma tributária; quer dizer, da outra emenda que virou moda aqui – e quantas vezes nós, desta tribuna, dissemos que a emenda paralela era como duas retas paralelas que só vão se encontrar no infinito? Temos o exemplo da reforma previdenciária e, agora, da reforma tributária.

Então, não há a menor chance de a Câmara dos Deputados votar essa matéria, se não houver uma solução possível. Da mesma forma que criamos aqui a figura da PEC paralela para a previdência, podemos criar essa outra situação. Basta, Sr. Presidente, que se faça uma votação em separado do art. 159, que trata justamente desse aumento prometido e não concedido. Se assim fizer esse destaque, por força exatamente de um entendimento entre Lideranças e Governo, teremos a solução. Cabe só ao Governo, cabe só à Maioria, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – principalmente na Câmara dos Deputados, nesse momento –, votar o art. 159, isto é, retirar o art. 159 da reforma tributária, votá-lo em separado. Ele foi aprovado nesta Casa, será aprovado na outra, será promulgado, e o Governo, que está dizendo que tem dinheiro sobrando, paga o que deve aos governos estaduais e às prefeituras.

Sr. Presidente, o próprio Governo, no entanto, apesar de ter selado o pacto com os prefeitos, resiste a fazer esse destaque de que falei, porque quer forçar os governadores a aceitar a unificação do ICMS.

O Governo Federal alega cautela para evitar impactos em suas contas, mas como ficam os municípios? Um dos efeitos colaterais desse quadro, a meu ver preocupante, é a pressão por flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa lei representou – e representa – um avanço, um marco na modernização gerencial do País, um escudo protetor contra o aventurirismo administrativo. Não é justo, nem cabível, que uma distorção (a concentração de recursos na União) gere outra – no caso, a violação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outra idéia defendida pelos prefeitos é a de alongar os prazos de pagamento de débitos caso a arrecadação dos municípios caia por decisões dos estados ou da União. Sabemos que isso é possível quando os governos federal e estadual diminuem as alíquotas de IPI e ICMS, para desonerar a produção ou atrair investimentos – mas uma distorção desse modelo tributário a reclamar correção.

Finalizo, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, lendo a advertência com que os governadores con-

cluem seu manifesto da semana passada, que reputo documento de altíssima importância, a merecer profunda reflexão desta Casa.

Diz o trecho final do Manifesto dos Governadores:

O agravamento permanente desse tratamento desigual dado aos Estados trará consequências sociais e econômicas insustentáveis também para a sociedade.

Simplesmente a este parágrafo final do Manifesto dos Governadores eu acrescento o tratamento desigual aos estados e municípios.

Solidarizo-me plenamente com os termos desse manifesto e peço ao Presidente Lula, de cuja seriedade e preocupação com os temas que expus não duvido, que não permita que estas palavras se diluam no vento. Aja, Sr. Presidente, e terá o nosso apoio.

Repto, da mesma forma que iniciei o meu pronunciamento: esta não é uma questão político-partidária, de Governo **versus** Oposição. É uma questão nacional – e estamos a seu lado para resolvê-la, em nome da Federação, em nome da União em nome dos governos estaduais e em nome dos municípios brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Maguito Vilela.

Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, o Sr. Maguito Vilela, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Líder Arthur Virgílio para uma comunicação de interesse partidário.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Senador Eduardo Azeredo, ontem, fez referência à oportuna matéria da revista **Veja**, que ressalta o esforço de ajuste fiscal feito pelo Governador Aécio Neves, militante dos mais respeitados e mais acatados do meu Partido, o PSDB.

O Governador Aécio Neves fez exatamente o que cumpre a alguém com maturidade administrativa: detectou uma situação de desequilíbrio e partiu para atacar na base o problema. O resultado é que hoje, em Minas, nesta mesma hora, o Governador faz uma justa, frugal, porém necessária comemoração: comemora hoje ter atingido o déficit zero. Ou seja, o Governador

Aécio Neves e sua equipe plantaram e agora vão colher, durante dois anos que restam, nesta primeira etapa do seu governo em Minas Gerais, dois anos que restam serão de absoluta colheita. O Governador, daqui para frente, terá mais investimentos; o Governador, daqui para frente, vai gerar mais empregos; o Governador, daqui para frente, impulsionará de maneira ainda mais forte o crescimento deste Estado pujante e admirável, que são as Minas Gerais.

É bem verdade que esse esforço pela austeridade administrativa começou ainda no período em que governava Minas Gerais o Governador Eduardo Azeredo, hoje brilhante Senador, vice-Líder da Minoría nesta Casa. Mas o Governador Aécio Neves fez, com muita felicidade, algo que foi ditado pelo seu talento, pela sua experiência de ex-Presidente da Câmara e ex-Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, alguém que tem um futuro a perder de vista neste País: partiu para contrariar todos os interesses imediatistas, seguro de que, se assim fizesse, teria dois anos de bonança. E ele está preparado até para dois anos de crise internacional, até para dois anos de crise federal. Terá dois anos de equilíbrio e de bonança em Minas Gerais porque tornou o Estado absolutamente independente, auto-suficiente, capaz, portanto, de executar as obras e os projetos que atendam as suas necessidades básicas com recursos de Minas Gerais.

A equipe de Aécio é um verdadeiro Ministério, e ele fez algo essencial: soube, a partir dos seus Secretários de Fazenda e de Economia e Finanças, poupar no custeio para que sobrassem recursos para os investimentos; soube focar nas políticas sociais essenciais, jogando para elas os poucos recursos que estivessem à disposição dessas políticas públicas para virarem realidade melhor para o povo das Minas Gerais. O Governador Aécio Neves, portanto, demonstrou o que é uma lógica do meu Partido, ou seja, a lógica de governar sem escândalos, a lógica de governar com ajuste fiscal, a lógica de governar não desperdiçando, a lógica de governar investindo cada tostão. Não adiantaria, por exemplo, o sonho, que viraria delírio, de um governador que dissesse que iria realizar tudo que queria já, pura e simplesmente aumentando a dívida do Estado e comprometendo a situação fiscal de Minas Gerais.

Não! Ele se preparou para o grande momento. Não basta boa vontade para realizar boas obras sociais. É essencial ter a capacidade plena de conseguir gerar os excedentes econômicos e financeiros que financiem as boas intenções do governante. Governante munido apenas de boa intenção é mais um daqueles que vai conviver num inferno cheio de gente que também tem boa intenção. Haveria uma superpopulação. Ao mesmo

tempo, um governante insensível transformaria o Estado em números e não se preocuparia com políticas públicas de investimento no social. Isso também não significaria a maturação plena da capacidade de Minas Gerais de realizar os anseios do seu povo.

O Governador Aécio Neves sabe que a economia é um meio para se chegar a um fim, que é a sociedade. Mas ele não a atropelou. Ele atropelaria a sociedade, se ignorasse esse meio fundamental, sem o qual se inviabiliza o fim, que é realizar o ajuste fiscal, realizar o ajuste econômico do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, eu não vou me demorar, porque esta é na verdade uma ocasião em que dou até de certa forma uma trégua ao Governo, quando venho aqui cumprir o dever de Líder do meu Partido, para elogiar um Governador que desenvolve trabalho brilhante, reconhecido hoje em todo o País, como exemplo de ajuste fiscal, ajuste fiscal que está servindo de exemplo inclusive para essa figura experiente, competente e capaz que haverá de ser um grande prefeito de São Paulo, o ex-Senador, Ministro e Presidente do meu Partido José Serra. S. Ex^a está imbuído da necessidade e do dever de trabalhar nos moldes em que trabalhou Aécio Neves para fazer o seu ajuste. E não foi diferente do que fez Mário Covas, junto com Geraldo Alckmin, que consertaram mesmo a situação econômica de São Paulo. E o povo de São Paulo reconhece isso a cada eleição, reconhece isso a cada pesquisa, reconhece isso a cada passo.

Portanto, é uma marca do PSDB a de governar com seriedade. Não governa endividando, governa pagando dívidas; não governa desperdiçando, governa aproveitando cada tostão; não governa no delírio, mas governa no sonho e o verdadeiro e legítimo sonho se realiza no trabalho do dia-a-dia e o trabalho do dia-a-dia do Governador Aécio Neves acaba de ser premiado com o reconhecimento do Brasil de que ali se fez para valer o plantio, através do ajuste fiscal e da reforma administrativa sérios, para que se possam colher em dois anos de Governo que lhe restam nesta primeira etapa os melhores frutos em favor do povo das Minas Gerais.

Está de parabéns o Estado de Minas Gerais, está de parabéns esse povo de tantas tradições e está de parabéns o Governador Aécio Neves, que, tão jovem, mas já tão experimentado, é alçado à elite dos administradores brasileiros, na medida em que mostra sua capacidade de intervir sobre a realidade com recursos escassos, dando a melhor demonstração de competência, de sensibilidade, de equilíbrio e de capacidade de servir à coisa pública, Sr. Presidente!

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, para uma comunicação de interesse partidário, a Presidência comunica ao Plenário que na sessão não deliberativa de ontem foi lido o **Requerimento nº 1.459, de 2004**, do nobre Senador João Thomé Mestrinho, de licença para tratar de interesses particulares.

Ficou pendente a votação do presente requerimento.

A Presidência aproveita o momento para colocá-lo em votação.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A Presidência tomará as providências necessárias no sentido de ser convocado o Segundo Suplente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, para uma comunicação de interesse partidário, à nobre Líder Ideli Salvatti.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a primeira questão que trago à tribuna é um convite. Estamos lançando amanhã, às 8 horas e 30 minutos, no Salão Nobre do Senado, a Frente Parlamentar Mista em defesa da indústria cinematográfica brasileira. Vários Senadores e Senadoras já assinaram este documento. E gostaríamos de solicitar que quem mais desejar aderir à Frente poderá ainda assiná-la ao longo desta tarde. Amanhã, gostaríamos muito de contar com a presença de todos os Senadores e Senadoras no lançamento da Frente, cujo objetivo é para nós tão importante e relevante: o de fortalecer a maravilhosa indústria cinematográfica brasileira.

Gostaríamos, a propósito, de registrar a presença aqui no Plenário, até porque hoje é a abertura do Festival do Cinema de Brasília, do Geraldo Moraes, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, do Wladimir Carvalho, cineasta que estará sendo homenageado hoje pelo Festival do Cinema Brasileiro, e César Cavalcanti, cineasta e representante do cinema catarinense.

Mais uma vez quero reforçar o convite para que todos os parlamentares possam comparecer amanhã, às 8 horas e 30 minutos, no Salão Nobre, para o lançamento da Frente Parlamentar Mista em defesa da indústria cinematográfica brasileira.

E o que me traz à tribuna, além desse convite, dessa agenda, não diria *light*, mas importantíssima, que é de reforçar essa área produtiva que tem tudo a

ver com a cultura e o reforço da identidade nacional, são também as matérias que estão na imprensa ontem e hoje, dando conta da continuidade – são sete meses consecutivos – do crescimento do emprego com carteira assinada. Então, eu gostaria aqui de trazer os dados e, mais uma vez, reforçar a importância de indicativo tão importante como o crescimento do emprego no nosso País.

No mês de outubro houve um saldo positivo de 130 mil vagas formais, uma variação de 0,52% em relação ao estoque do mês anterior, mas acumulando, em dez meses, 7,7%. São um milhão e oitocentos mil empregos com carteira assinada no País e esse crescimento é recorde. Desde 1992 não tínhamos um dado tão significativo do crescimento e não se trata apenas de uma “bolha” de crescimento como alguns, infelizmente, tentam caracterizar.

Os dados mostram que o crescimento está a ocorrer em diversos setores da economia, de forma consistente. Há, portanto, uma interessante sinergia nas diversas cadeias produtivas, o que nos permite afirmar que está a ocorrer um movimento positivo na nossa economia. A título de ilustração, gostaríamos de dar aqui os dados, porque todos eles demonstram a espiral positiva dos diversos setores que vêm demandando, cada vez mais, um volume maior de insumos, de matérias-primas, de recursos de outros setores, o que amplia cada vez mais as possibilidades de ganhos e de geração de emprego por toda a cadeia produtiva.

A indústria de transformação teve um acréscimo de 52 mil vagas; o comércio, um acréscimo de 48 mil postos de trabalho; e a construção civil, um setor que durante muito tempo esteve praticamente paralisado, em decréscimo da sua atividade produtiva e de contratação, teve 100 mil postos criados agora neste período. São dados que comprovam a tese de que ocorre, de fato, um espraiamento positivo do emprego, ou seja, o emprego não só cresce como se espraia, se estende e alcança os diversos setores de todas as regiões do nosso País.

No acumulado do ano, a indústria de transformação registrou 11,28% a mais de postos de trabalho formais. Portanto, o crescimento do emprego na indústria é superior à média de todo o crescimento, que foi de 7,7%.

É importante registrar também que, nesses resultados positivos da geração de emprego de carteira assinada, está confirmado e configurado o aumento significativo das exportações brasileiras no primeiro semestre e também a recuperação da renda do brasileiro, porque muitos dos setores que cresceram e geraram emprego são aqueles voltados para o consumo interno, para o consumo da população, não só de bens

duráveis, mas de alimentos, de roupas, ou seja, daquele produto utilizado também pela população de mais baixa renda. Por isso cumpre destacar que a criação desses novos postos de trabalho representou o dobro das vagas criadas no interior, ou seja, nós tivemos o dobro das vagas criadas nas nove maiores regiões metropolitanas do que das vagas criadas no interior dessas regiões. Foram criados 877 mil empregos no interior e, nos grandes centros urbanos, 516 mil postos de trabalho. Portanto, faço aqui este registro, que já tive a oportunidade de fazer em pronunciamento anterior: com o aumento do número de empregos com carteira assinada, também cresceu a arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, dando para o próximo ano uma perspectiva de 2,5 bilhões a mais de arrecadação no Fundo, que será aplicado em saneamento e habitação popular pelo programa administrado pela Caixa Econômica.

Por isso, Sr. Presidente, trago esses dados importantes da retomada efetiva, sólida do crescimento com a geração de emprego e, também, criação e ampliação da renda.

E mais uma vez, como alguns Senadores adentraram o plenário apenas recentemente, volto a insistir no convite para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Cinematográfica, amanhã, às 8 horas e 30 minutos, no Salão Nobre do Senado. Espero contar com a presença do Senador Eduardo Siqueira Campos, do Senador Jefferson Péres e do Senador Luiz Otávio.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência agradece o convite, nobre Líder.

A Presidência prorroga a Hora do Expediente para ouvirmos os Senadores inscritos para comunicações inadiáveis. (Pausa.)

O Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Como primeiro inscrito, tem a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos, do Estado do Tocantins.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Nobre Senador Luiz Otávio, que preside esta sessão, meus nobres Pares, telespectadores da TV Senado, da Rádio Senado FM, da Rádio Senado em ondas curtas que chega até a gente morena do meu querido Tocantins, pretendo enviar à Mesa rela-

tório completo da sessão de observação que fiz junto à Organização das Nações Unidas, como representante desta Casa.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, destaco o mais elevado nível de todos os diplomatas e funcionários do nosso Embaixador junto à Organização das Nações Unidas que desempenham um importante papel perante essa Organização tão cara para todas as Nações e para todos aqueles que entendem ser o caminho da paz a solução para os problemas do mundo.

Sr. Presidente, ao comunicar que enviarei à Mesa um relatório completo desta observação, destaco hoje um primeiro ponto. Em contatos que mantive com os conselheiros militares, a respeito da missão que o Brasil está à frente no Haiti, uma missão aprovada pela ONU, que não tem um papel intervencionista, mas é absolutamente pacífica, posso dizer que teve a melhor acolhida do povo haitiano. É uma missão que vem, até o presente momento, tendo um êxito absoluto. Porém, Sr. Presidente, passados alguns meses, passado o episódio da ida da Seleção Brasileira e do Presidente da República àquele país, onde todos foram recebidos com grande festa, é importante destacar o carinho da população do Haiti com as tropas brasileiras, a compreensão que tem o povo haitiano da presença pacifista do Exército Brasileiro, das Forças Armadas Brasileiras, repito, com objetivo eminentemente pacífico, ordenador, colaboracionista, para a reorganização das instituições do Haiti.

Porém, Sr. Presidente, fica claro que toda participação, mesmo que pacífica, de Forças Armadas de um país, ainda que em nome da ONU, em um outro determinado país, com o passar do tempo, há o desgaste natural se isso não vier acompanhado de medidas complementares, como a presença e a ocupação do solo haitiano, pelas tropas brasileiras, que necessita de ações para dotar de infra-estrutura, reorganizar e gerar o desenvolvimento do país. Estamos falando de ajuda. É lógico que a expectativa da população é muito forte em relação à presença dos brasileiros porque talvez não haja povo mais querido em todos os cantos do mundo que o brasileiro, exatamente pelo nosso caráter pacifista, pelo nosso futebol, pelas nossas características, pelo nosso continente.

O que me traz a abordar especificamente esse ponto é que há uma preocupação dos especialistas, analistas e conselheiros militares brasileiros junto à Organização das Nações Unidas de que, se não for enviado, num curto prazo, uma companhia de engenharia de construção que estaria encarregada exatamente de começar a reconstruir tudo aquilo que é expectativa do povo haitiano.

O quadro, Sr. Presidente, é dramático. Falta de saneamento básico, de água, de escolas, de infra-estrutura, de telefonia, de pontes. O Haiti atravessa um dos momentos mais difíceis de toda a sua história. Ora, houve aprovação por parte da ONU e coube ao Brasil chefiar essa missão. Mas estamos correndo o risco, Sr. Presidente, se não houver um apoio imediato para a construção dessa infra-estrutura que há de ser custeada pela ONU, de haver uma desmoralização das tropas brasileiras.

Sr. Presidente, quanto ao Exército brasileiro, a Aeronáutica e a Marinha, quem são eles, senão brasileiros que assumem a farda de uma dessas Armas para, com o mais profundo sentimento hierárquico, zelar e velar pelo interesse nacional?

Sr. Presidente, sou daqueles que acreditam que o Projeto Calha Norte, o Projeto Sivam, o fortalecimento das Forças Armadas, a dotação orçamentária condizente com o papel e com a responsabilidade do Brasil não só no Haiti, mas para o território nacional, é uma obrigação nossa, deste Congresso.

Digo isso, Senador Romeu Tuma, sabendo que V. Ex^a passou pela ONU, esteve lá com os nossos diplomatas, participou da observação dos debates promovidos pelas diversas Câmaras Temáticas da Organização das Nações Unidas, pôde sentir também que é grande a apreensão.

O Brasil é um pretendente ao Conselho de Segurança da ONU, tem recebido apoio de diversos e importantes países, mas essa missão do Haiti, se não for revestida do apoio necessário para a reconstrução do Haiti, pode transformar-se em uma mácula negativa para o papel do Brasil junto a outras missões na ONU.

Por isso, Sr. Presidente, estou aqui trazendo para o Plenário, como o farei por meio do relatório que submeterei à Mesa, esta preocupação de que deve chegar a esta Casa um pedido de autorização para o envio de um batalhão de engenharia e construção para o Haiti. Tudo isso são custos da ONU. Mas, se não ocorrer, o Brasil corre o sério risco de perder todo o trabalho executado até o presente momento.

Sr. Presidente, alerto para o fato de que, não havendo o devido apoio e a devida infra-estrutura, poderá não tardar conflitos armados com as tropas brasileiras. Como disse, é grande o carinho do povo haitiano, mas existe a milícia, a desorganização, inexiste um poder constituído. Existe toda uma situação que levou a uma convulsão social.

Sr. Presidente, parabenizo o Comandante do Exército, General Francisco Roberto de Albuquerque; o Comandante da Marinha, Almirante Roberto de Guimarães Carvalho; o Comandante Brigadeiro Luiz Carlos

Bueno, e dizer que, como parlamentar, estarei atento ao orçamento das nossas Forças Armadas, porque o caráter de instrução, de dotação de melhores condições, de reestruturação das Forças Armadas, tanto do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, são imprescindíveis para o País.

Se tivemos, Senador Romeu Tuma e meus nobres pares, uma guerra em função do petróleo, e nós, que somos detentores da biodiversidade, das águas e de todas as condições, inclusive da Floresta Amazônica, corremos o risco – segundo estudos da ONU – de, em meados deste século, termos guerra em função da água.

Sr. Presidente, nós, que somos extremamente pacifistas, que estamos intimamente ligados à formação da ONU, não podemos deixar, sob pena de desmoralizar todo o trabalho das nossas tropas no Haiti, que a ação brasileira venha desacompanhada da infra-estrutura para reconstrução, sobre a qual poderemos falar mais detalhadamente no relatório que pretendo enviar a essa Presidência, Senador Romeu Tuma.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB

– TO) – Portanto, quero deixar aqui os meus cumprimentos à Força Aérea, ao Exército e à Marinha, e dizer que nós Parlamentares estaremos atentos ao Orçamento. Cumprimento o trabalho exercido pelo Ministro Viegas, que o deixou, acredito, nas melhores mãos, do Vice-Presidente José Alencar, que tem não só o apoio desta Casa, mas o respeito da Nação brasileira.

Que as tropas brasileiras no Haiti passem a ser uma preocupação deste Congresso e da Presidência da República, mas acima de tudo da Organização das Nações Unidas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para uma comunicação inadiável.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, serei rápido. Primeiro, encaminho à Mesa um pronunciamento que fiz, demonstrando a minha indignação, compartilhada por todo o povo brasileiro, sobre os assassinatos acontecidos no último sábado, em Felisburgo, Minas Gerais, quando um acampamento legítimo, inclusive apoiado

pela Justiça, foi invadido por pistoleiros. Cinco trabalhadores foram covardemente assassinados, e outros quinze estão hospitalizados.

Sr. Presidente, hoje pela manhã, no Auditório Nereu Ramos, e à tarde, no Auditório Petrônio Portella, participei de um protesto em relação ao que vem acontecendo no País: trabalhadores são assassinados ao buscar o direito de trabalhar na terra. Em meu pronunciamento, deixo muito claro que, quando estávamos esperançosos, a partir do momento em que a Justiça tinha decidido a prisão dos policiais militares pelo massacre de Eldorado dos Carajás, outro massacre acontece em Minas Gerais.

No documento que encaminho à Mesa, fica registrada não só nossa indignação, mas também a revolta do conjunto do movimento sindical, que assina o documento. Entendemos que a reforma agrária é uma das maneiras de diminuir a violência neste País e assegurar o direito de os agricultores trabalharem na terra. Se acontecesse a reforma agrária, estaríamos gerando mais de 12 milhões de empregos.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que encaminho esse meu pronunciamento, também apresento outro documento que faz uma análise da luta contra o desemprego no País, reconhecendo que o Governo Lula chega à marca de 1,8 milhão novos empregos por um lado, mas, por outro lado, os dados do Dieese demonstram que o combate ao desemprego evoluiu na área urbana, mas não na rural. Por isso, a importância da reforma agrária.

Os dados também demonstram outro aspecto, Sr. Presidente. Se analisarmos o que vem ocorrendo nos últimos 25 anos no combate à miséria e ao desemprego, perceberemos que a miséria e o desemprego têm cor; e essa cor é preta. Os negros continuam excluídos. Não avançaram na chamada ascensão social e continuam, pelos dados aqui demonstrados, recebendo os piores salários.

Outro dado do Dieese revela que 39,2% dos não-negros recebem até dois salários míнимos por mês, enquanto ficam nessa faixa 63,9% dos negros. Em razão disso, é preciso que esta Casa e o Congresso Nacional aproven rapidamente o Estatuto da Igualdade Racial, apresentado por nós há mais de cinco anos.

O capítulo do Estatuto que considero mais importante refere-se à inclusão do pobres e dos negros no mercado de trabalho. Tenho dito e repetido que o Estatuto da Igualdade Racial é a verdadeira carta de alforria que não ocorreu em 13 de maio de 1888. Essa é a grande oportunidade que o Congresso brasileiro tem de elaborar uma lei que contemple não apenas os interesses dos negros. Digo sempre, Sr. Presidente, que a luta contra os preconceitos e contra as discri-

minações são de brancos e negros que sonham com um País onde haja, efetivamente, a liberdade, a igualdade e a justiça.

Sr. Presidente, trabalhei muito nesta Casa e digo, com orgulho, que fui autor do Estatuto do Idoso, assim como o Senador Flávio Arns, que chega ao plenário neste momento, é o relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Este último só não foi aprovado ainda, embora o Senador tenha feito um belíssimo trabalho, porque setores organizados dessa área não chegaram ainda a um grande entendimento. Sei que, pela capacidade e pela habilidade do Senador Flávio Arns, o Estatuto será aprovado provavelmente no próximo ano. Mas percebo que, na discussão do Estatuto da Igualdade Racial, sempre há uma polêmica criada por algum setor que não é o dos negros, que comungam com a redação final dada e gostariam de ver o Estatuto aprovado.

Por isso, Sr. Presidente, faço mais um apelo não só ao Senado, mas ao Congresso Nacional, para que aprove o Estatuto da Igualdade Racial, que garante inclusiva a titularidade da terra aos remanescentes dos quilombolas, que atuam na mesma linha do MST, ou seja, querem ter o direito da titularidade da terra que já ocupam e onde trabalham há mais de cem anos, os chamados quilombos. Eles querem ter a titularidade para evitar que conflitos lamentáveis como esse, em que trabalhadores são covardemente assassinados, voltem a acontecer contra brancos e contra negros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Obrigado.

***SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, queremos registrar a divulgação de mais uma pesquisa sobre mercado de trabalho e desigualdades raciais.

Trata-se da pesquisa “A população negra em mercados de trabalho metropolitanos”, divulgada na semana passada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

Em todas as regiões, o salário pago aos afro-brasileiros é menor em relação aos trabalhadores brancos. Os mesmos dados já haviam sido apresentados pelo IBGE, no último mês de março.

Em sua pesquisa mensal de emprego, segundo a cor em seis regiões metropolitanas, o IBGE afirmava, em março, que as informações sobre os rendimentos do trabalho mostravam que os pretos e os pardos recebiam por hora trabalhada menos que os brancos.

Enquanto os brancos recebiam R\$6,52/hora, os negros e pardos recebiam R\$3,18/hora.

Os dados do Dieese são coincidentes. O setor industrial criou mais ocupações, a geração de empregos cresceu pelo quinto mês consecutivo, mas as desigualdades raciais permanecem.

Enquanto 39,2% dos brancos recebem até 2 salários mínimos por mês, para os pretos e pardos este percentual atinge 63,9%.

Somos também a maioria dos desempregados. Mesmo em Salvador, cidade de maioria absoluta de afro-brasileiros, a falta de ocupação atinge 26,9% dos negros, enquanto que, para os não-negros, este patamar é de 18,4%.

O Estatuto da Igualdade Racial, que tramita há cinco anos, tem um capítulo sobre mercado de trabalho. Em nove artigos, sugerimos um conjunto de políticas voltadas para a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho.

Lamentamos que a exclusão dos afro-brasileiros do mercado de trabalho, uma injustiça desumana contra aqueles que, com o seu trabalho, construíram este país, não motive o Congresso para o debate do Estatuto.

Nem sensibilize o governo federal, que permanece surdo aos apelos da população negra.

Ampliamos nossa base de dados, com as pesquisas do Dieese e do IBGE, mas continuamos sem vontade política para enfrentar o racismo e as desigualdades raciais.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu gostaria de me pronunciar sobre um outro assunto. Quando nos confortava a decisão da Justiça de determinar a prisão dos policiais militares condenados pelo massacre de Eldorado dos Carajás, a Nação brasileira é mais uma vez sacudida por mais uma atrocidade cometida contra indefesos trabalhadores rurais.

Na tarde do último sábado, em Felisburgo, Minas Gerais, quando um acampamento de trabalhadores rurais sem terra foi invadido por pistoleiros que mataram cinco pessoas, deixaram feridas outras duas dezenas e ainda queimaram os barracos e a escola do acampamento.

A fazenda Nova Alegria, onde ocorreu o massacre, tem uma área de 600 hectares, considerados devolutos. Essa área era ocupada por cerca de 140 famílias, que lá estavam acampadas desde 2002.

Segundo informa em sua edição de hoje o jornal **O Globo**, o superintendente do INCRA em Minas Gerais Marcos Helênio disse que os colonos estavam ocupando o espaço legalmente, por decisão da Justiça e não havia sequer um pedido de reintegração de posse.

De acordo com os sobreviventes, pelo menos 15 pessoas teriam participado da invasão. Ainda que em

menores proporções, o que não diminui em nada a nossa indignação, o massacre de Eldorado dos Carajás repete-se em Minas Gerais, escrevendo-se mais uma vez com o sangue dos trabalhadores rurais e de suas famílias outra triste página da nossa história.

Esperamos que a decisão da Justiça de mandar para a cadeia os responsáveis pelo massacre de Eldorado dos Carajás sirva de lição e inspire igualmente o Poder Judiciário para que esse novo genocídio não fique impune.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, e José Sarney, Presidente, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AC)

– Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, aproveito o momento para anunciar que conseguimos resolver o conflito que já durava quatro dias no Estado de Rondônia, originado por uma medida judicial que determinava o despejo de moradores da Floresta Nacional de Bom Futuro, a reserva florestal nacional, e do Rio Pardo.

O conflito levou aqueles moradores a interditar a BR-364 na sexta-feira, causando isolamento dos Estados do Acre, do Amazonas e de parte do Estado de Rondônia, durante quatro dias. Após negociação com lideranças e também com o compromisso da Ministra Marina Silva e do Ministro Miguel Rossetto de encaminhar hoje dirigentes do Incra e do Ibama para a cidade de Porto Velho, para conversarem com as lideranças, conseguimos ontem, às 17 horas, fazer com que o bloqueio à BR fosse finalizado.

Assim, Sr. Presidente, quero aqui agradecer aos Ministros que prontamente se colocaram à disposição para a resolução do problema. Hoje, na cidade de Porto Velho, realizou-se uma reunião com dez lideranças do movimento, com o ouvidor agrário do Incra e com o Procurador-Geral do Ibama, que começou às 9 horas e demorou até este momento. Como fruto dessa reunião, ficou acordado que o Incra e o Ibama de Rondônia vão costurar uma proposta com o Ministério Público Federal e Estadual, a Ouvidoria-Geral do Incra, a Justiça Federal – uma vez que o problema foi originado por uma medida do Poder Judiciário Federal –, a Polícia Ambiental, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, a Assembléia Legislativa de Rondônia, o Governo do Estado de Rondônia e a Bancada Federal do Estado. E no dia 14 de dezembro será realizada uma nova

rodada de negociação com os moradores da reserva para buscar um saída para o problema.

Sr. Presidente, quero também fazer um agradecimento à Polícia Rodoviária Federal do meu Estado e à Polícia Federal, que nos ajudaram a construir um consenso, o que possibilitou a saída desse impasse.

Era o que eu tinha a informar. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência recebeu a Mensagem nº 187, de 2004 (nº 770/2004, na origem), de 19 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 24,075,000.00 (vinte e quatro milhões e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a Prefeitura Municipal de Betim, Estado de Minas Gerais, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Betim.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM N° 187, DE 2004

(Nº 770/2004, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$24,075,000.00 (vinte e quatro milhões e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, e a Prefeitura Municipal de Betim, Estado de Minas Gerais, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação ambiental da Bacia do Rio Betim, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 19 de novembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Devido à falta de quórum qualificado, a votação das matérias constantes dos itens 1, 2 e 3 fica adiada para a próxima sessão.

São os seguintes os itens adiados:

1**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.274, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Waldeck Ornelas, favorável com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

2**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *incluir § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)*.

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece.

3**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Nº 1, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios.

Parecer sob nº 549, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável,

nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)– **Item 4:****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Nº 57, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura*.

Parecer sob nº 549, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

Em discussão. (Pausa.)

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pergunto a V. Ex^a se o item em discussão refere-se à proposta do Senador Eduardo Suplicy que trata do comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa para leitura de sua mensagem sobre o Estado da Nação.**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Não, essa matéria consta do item 1. Estamos no item 4, que trata do Plano Nacional de Cultura.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã para o prosseguimento da discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com respeito ao item 1, cuja votação V. Ex^a transferiu para amanhã em virtude da falta de quórum, quero informar

ao Plenário desta Casa que consultei o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se faria qualquer objeção a votarmos esta proposta de emenda à Constituição, segundo a qual o Presidente da República lê sua Mensagem sobre o Estado da Nação no início do ano legislativo, normalmente no dia 15 de fevereiro. Sua Excelência disse que não faz qualquer objeção a que seja aprovada essa proposta.

Então, quero informar as Srs e os Srs. Senadores a respeito da posição favorável do Presidente Lula, assim como do Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Era a informação que eu gostaria de acrescentar, uma vez que só falta agora votarmos a matéria, tendo em vista que já tivemos as cinco sessões de discussão dessa PEC.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A informação de V. Ex^a será registrada pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item 5:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão prosseguirá na sessão deliberativa ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item 6:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89

do Ato das Disposições Constitucionais (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão prosseguirá na sessão deliberativa ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item 7:**

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2000 (nº 291/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, nas peças de roupas íntimas produzidas ou comercializadas no País, de etiqueta de advertência sobre a importância da prevenção do câncer de colo de útero e do diagnóstico precoce dos cânceres de colo de útero, de mama, e de próstata, altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que define as infrações sanitárias, e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.409, de 2004, da Comissão Diretora, Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos, oferecendo a redação do vencido.

Discussão do Substitutivo em turno suplementar. (Pausa.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Desejo apenas alertar a Mesa de que há uma decisão das Lideranças do PMDB e do PLF no sentido de solicitar verificação de quórum.

Por essa razão, fazemos essa comunicação à Mesa antecipadamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O item que a Mesa acaba de ler independe de votação, na forma do art. 284 do Regimento Interno.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente

adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O anúncio vale para o projeto que for submetido à votação. Apenas estamos antecipando nossa decisão para que V. Ex^a possa tomar providências.

É a seguinte a matéria que vai à Câmara dos Deputados:

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PLC 88, DE 2000

PARECER Nº 1.409, DE 2004

(Da Comissão Diretora)

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2000 nº 261, de 1999, na Casa da origem).

Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, nas peças de roupas íntimas produzidas ou comercializadas no País, de etiqueta com advertência sobre a importância da prevenção do câncer de colo de útero e do diagnóstico dos cânceres de colo de útero, de mama, e de próstata, altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que define as infrações sanitárias, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatória a afixação, em cuecas de tamanhos para adultos, produzidas ou comercializadas no País, de etiqueta com advertência sobre a importância de os homens com mais de 40 (quarenta) anos de idade realizarem periodicamente exames de detecção precoce do câncer de próstata.

Art. 2º É obrigatória a afixação, em calcinhas de tamanhos para adultos, produzidas ou comercializadas no País, de etiquetas com advertência sobre a importância do uso de preservativos como forma de prevenção do câncer de colo de útero e da realização periódica, por todas as mulheres com vida sexual ativa, de exame de detecção precoce dessa doença.

Art. 3º É obrigatória a afixação, em sutiãs produzidos ou comercializados no País, de etiquetas com advertência sobre a importância e orientação sobre a realização do auto-exame dos seios, com vistas à detecção precoce de sinais indicativos de câncer de mama.

Art. 4º O Ministério da Saúde deverá estabelecer condições para a aplicação desta lei e a fiscalização do cumprimento de suas determinações.

Art. 5º O inciso XXIX do art. 1º da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, alterado pela Medida Provisória

nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.

.....
XXIX – inobservância de disposições legais relativas à promoção, proteção e recuperação da saúde e à preservação de doenças:

Pena – advertência, apreensão e interdição do produto; suspensão de venda e/ou de fabricação do produto, cancelamento do registro do produto; interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento, proibição de propaganda;

.....”(NR)

Art. 6º A inobservância às disposições desta lei configura infração sanitária nos termos do inciso XXIX do art. 1º da Lei nº 6.437, de 1977, sujeitando o infrator às penalidades previstas naquele diploma legal.

Art. 7º Respondem solidariamente pelo descumprimento das disposições desta lei o fabricante, o importador, o distribuidor e o comerciante que produzir, fabricar, importar, embalar, distribuir, expor ou colocar à venda cuecas, calcinhas e sutiãs sem as etiquetas de que tratam, respectivamente, os arts. 1º, 2º e 3º desta lei.

Art. 8º É conferida às autoridades sanitárias competentes do Ministério Saúde, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atribuição para a fiscalização do cumprimento das disposições desta lei, bem como para a apuração da infração sanitária correspondente, a instauração do devido processo administrativo e a aplicação das penalidades cabíveis, segundo dispõe a Lei nº 6.437, de 1977.

Art. 9º Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Item 8:

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002 (nº 3.077/2000, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para explicitar que as ações assistenciais e as atividades preventivas oferecidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS incluem aquelas executadas no âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas.

Parecer sob nº 1.379, de 2004, da Comissão Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação do vencido.

Discussão do Substitutivo em turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

É a seguinte a matéria que vai à Câmara dos Deputados:

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PLC Nº 3, DE 2002

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº3, de 2002 (nº 3.077, de 2000, na Casa de origem).

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para explicitar que as ações assistenciais e as atividades preventivas oferecidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS incluem aquelas executadas no âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 5º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 5º

.....

III – a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas executadas no Âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Item 9:

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2004

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2004 (nº 5.246/2001, na Casa de origem), que *insere na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o art. 27-A, para indicar um conjunto de temas transversais que devem ser contemplados nos currículos plenos do ensino fundamental e médio.*

devem ser contemplados nos currículos plenos do ensino fundamental e médio.

Parecer sob nº 1.384, de 2004, da Comissão Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação do vencido.

Discussão do Substitutivo em turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

É a seguinte a matéria que vai à Câmara dos Deputados:

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PLC Nº 23, DE 2004

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2004 (nº 5.246, de 2001, na Casa de origem).

Insere na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o art. 27-A, para indicar um conjunto de temas transversais que devem ser contempladas nos currículos plenos do ensino fundamental e médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 27-A:

“Art. 27-A. Nos currículos plenos do ensino fundamental e médio, observadas as disposições do respectivo sistema de ensino, inserem-se, entre outros, os seguintes temas transversais:

- I – educação ambiental;
- II – educação para o trânsito;
- III – defesa do consumidor;
- IV – sexualidade humana;
- V – questões da violência contra a mulher;
- VI – direitos da criança, adolescentes e idosos;
- VII – saúde e prevenção ao uso de drogas;
- VIII – educação tributária;
- IX – ética e política;
- X – proteção aos deficientes,”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Item 10:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2001 (nº 1.071/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre normas gerais para celebração de consórcios públicos, nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 1997.*

Parecer sob nº 1.383, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

Discussão do projeto e das emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada para a próxima sessão deliberativa ordinária em virtude da falta de quórum.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item 11:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2003 (nº 6.057/2002, na Casa de origem), que *denomina “Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha – MG – Carlos Drummond de Andrade” o aeroporto da cidade de Belo Horizonte – MG.*

Parecer favorável, sob nº 101, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senador Aelton Freitas.

Durante o prazo regimental, perante a Mesa não foram oferecidas emendas.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada para a próxima sessão deliberativa ordinária por falta de quórum.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item 12:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. (Apropriação indébita contra associação ou fundação).*

Parecer sob nº 1.693, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favo-

rável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria não recebeu emendas de Plenário. Em discussão o projeto e a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada para a próxima sessão deliberativa ordinária por falta de quórum.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– **Item 13:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 35, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senhores Senadores, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal criando a Comissão de Desenvolvimento Regional.*

Pareceres sob nºs 1.728 e 1.729, de 2004, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– Diretora, Relator: Senador Alberto Silva, favorável, com a Emenda nº 3 –CDIR (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 18, quando teve sua discussão adiada para esta data.

Discussão, em turno único, do projeto e das emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada para a próxima sessão deliberativa ordinária por falta de quórum.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pela ordem.) – Eu gostaria apenas de informar a V. Ex^a que o PT, inclusive, apóia o projeto original e não o que veio da Comissão Diretora. Acredito que o PSDB também pense da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A votação dessa matéria é simbólica e a Mesa está adiando a votação em face da comunicação do Senador Alvaro Dias de que não admitiria qualquer votação na sessão de hoje, senão pediria verificação de quórum.

Porém, se o Senador Alvaro Dias concordar, submetemos a matéria à votação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O PSDB não concorda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A matéria será apreciada na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Srs. Senadores, podemos votar os itens nºs 14 a 21 da Ordem do Dia, que se referem a requerimentos de votos de aplauso? (Pausa.)

14

REQUERIMENTO Nº 520, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 520, de 2004, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, solicitando voto de aplauso ao Grupo RBS, pela passagem de seu aniversário em 1º de maio de 2004, e ao Jornal Zero Hora, pelos seus 40 anos, no dia 4 de maio de 2004.

Parecer favorável, sob nº 1.755, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Slhessarenko.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa cumprirá a decisão do Plenário.

15

REQUERIMENTO Nº 629, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 629, de 2004, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando voto de aplauso ao Superintendente-Geral do Instituto Nacional de Altos Estudos, Doutor João Paulo dos Reis Velloso, pela realização do XVI Fórum Nacional Sobre Economia do Conhecimento, Crescimento Sustentado e Inclusão Social.

Parecer favorável, sob nº 1.756, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa cumprirá a decisão do Plenário.

16

REQUERIMENTO Nº 631, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 631, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela inauguração, em São Paulo, no dia 22 de maio de 2004, do Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Parecer favorável, sob nº 1.757, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa cumprirá a decisão do Plenário.

17

REQUERIMENTO Nº 681, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 681, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à revista Época, pelo transcurso do 6º aniversário de sua criação.

Parecer favorável, sob nº 1.758, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa cumprirá a decisão do Plenário.

18

REQUERIMENTO Nº 1.171, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.171, de 2004, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso à iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, pela campanha “Voto não tem preço, tem consequência”, contra a corrupção eleitoral.

Parecer favorável, sob nº 1.759, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Slhessarenko.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa cumprirá a decisão do Plenário.

19

REQUERIMENTO Nº 1.206, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.206, de 2004, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao editor William Bonner, do Jornal Nacional, ganhador do “Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo”, como destaque em sua categoria.

Parecer favorável, sob nº 1.760, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa cumprirá a decisão do Plenário.

20

REQUERIMENTO Nº 1.259, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.259, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à colunista Miriam Leitão, do jornal O Globo, ganhadora do “Prêmio Comunique-se de Jornalismo”, edição de 2004.

Parecer favorável, sob nº 1.761, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa cumprirá a decisão do Plenário.

21

REQUERIMENTO Nº 1.260, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.260, de 2004, do Senador Arthur Vir-

gílio, solicitando voto de aplauso ao colunista Ancelmo Gois, do jornal O Globo, ganhador do “Prêmio Comunique-se de Jornalismo”, edição de 2004.

Parecer favorável, sob nº 1.762, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa cumprirá a decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito este momento após a Ordem do Dia para fazer um apelo a todos os companheiros Senadores.

Amanhã constará da pauta da Ordem do Dia – estava na pauta de hoje, mas foi adiada – a Proposta de Emenda à Constituição nº 29/2002, cujo primeiro signatário é o Senador Francisco Escórcio e o relator sou eu.

Considero essa PEC muito importante, porque prorroga a vigência do Fundef por mais 10 anos e permite que se defina, de uma forma objetiva, quais são os critérios de alocação de recursos para o Fundef. Entendo que é muito importante, principalmente para os Estados do Norte e do Nordeste, para o nosso Estado de Pernambuco, para o Maranhão, para o Estado de V. Ex^a, para o Acre do Senador Tião Viana. Enfim, será importante, para todos os Estados do Norte e do Nordeste, que estejamos presentes amanhã para votar essa Proposta de Emenda à Constituição, que, de certa maneira, fará justiça aos Estados que têm menos recursos para oferecer um ensino de 1º grau de melhor de qualidade.

Esse é o apelo que faço a V. Ex^a e a todos os nossos companheiros, de que é importante que estejamos presentes, amanhã, para votarmos essa PEC.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Ex^a que me inscreva para falar pela Liderança do PFL, na ocasião oportuna.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O Senador Alvaro Dias é o próximo orador e, em seguida, falará V. Ex^a. (Pausa.)

S. Ex^a, o Senador Alvaro Dias, permutou a vez com V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.)

– Agradeço a S. Ex^a.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nunca assomei a esta tribuna com tantos assuntos para falar. São assuntos importantes, que merecem o debate.

Sr. Presidente, começo por congratular-me com o Presidente da República e também com o Ministro da Saúde pelo retorno de um “vampiro” aos quadros do Ministério. O “vampiro” foi afastado por irregularidades envolvendo hemoderivados e, em muito pouco tempo, volta ao Ministério no cargo de Ouvidor da Secretaria de Vigilância Sanitária. Veja V. Ex^a como procede este Governo. Por que não pedir, então, uma moção de aplauso ao Presidente da República ou mesmo a concessão da Ordem do Mérito ao “vampiro” que retorna?

Isso é um escândalo, Sr Presidente! Mas este não é o único escândalo, existem tantos outros que estarrecem a Nação e, mais do que isso, levam a uma situação que realmente entristece ao Poder Legislativo, que assiste a tudo isso sem poder tomar qualquer providência.

Essa Operação Vampiro só fez fortalecer o Ministro Humberto Costa, porque um “vampiro” de longa data agia na terra dos Senadores José Jorge e Marco Maciel, mas agia no âmbito restrito de Recife, e, agora, com a maior desenvoltura, o “vampiro” volta, é preso, afastado e retorna ao Ministério como Ouvidor-Geral.

Ora, Sr. Presidente, não peço a V. Ex^a porque sei dos laços que o une ao Presidente da República, mas peço ao Líder do Governo que leve uma proposta minha ao Presidente: que conceda a Ordem do Mérito ao “vampiro” que retornou. Faltam outros, são mais de dezenove que vão retornar aos poucos, porque esse é o desejo do vampiro-mor, que é o Ministro.

Tudo isso, Sr. Presidente, não pode continuar neste País. Nós precisamos dar um basta o mais rápido possível.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Com prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, eu também estranhei bastante quando o Dr. Reginaldo, que tinha sido afastado da função

durante a Operação Vampiro, voltou ao Ministério da Saúde aparentemente inocentado. Mas, na realidade, o que mais me estranhou foi o fato de ele ter sido nomeado para a função de Ouvidor. Ora, ele era Presidente da Fundação Nacional de Saúde, exatamente o local por onde passava a liberação de todas essas verbas que estão sob suspeição, ou onde comprovadamente houve fraude. Então, se ele era Presidente do Fundo Nacional de Saúde, vamos partir da hipótese de que não estivesse participando das falcatruas descobertas no Ministério, imagino que ele devesse pelo menos ouvir falar o que estava ocorrendo. Então, creio que ele poderia até voltar para exercer outra função, mas voltar para ser ouvidor?! Porque se pressupõe que um ouvidor tenha um bom ouvido, tenha boa vista para examinar aquilo que está acontecendo. Na realidade, é estranha a volta do Dr. Reginaldo; e mais estranha ainda é ele exercer a função de ouvidor, para a qual me parece que ele não tem nenhuma aptidão, porque se tivesse, certamente que, como Presidente da Fundação Nacional de Saúde, ele teria ouvido muito barulho ali. Para se fazer todas as falcatruas que foram feitas algum barulho tem que ser feito, e quem tem bom ouvido sempre ouve um barulho pequeno, quanto mais um tão grande. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – V. Ex^a tem absoluta razão, e entendo o que V. Ex^a deseja: V. Ex^a pede, com muita propriedade, um exame para se detectar se o Dr. Reginaldo sofre ou não de surdez. O Dr. Reginaldo deve ser surdo. Ele não vai ouvir coisa alguma como ouvidor. Sendo assim, que o Ministro Humberto Costa ponha, para mostrar a sua isenção, uma junta médica para examinar os ouvidos do novo ouvidor e ver se ele tem condições de exercer a função. Sabemos que o Ministro tem deficiência visual, mas queremos saber agora se o ouvidor sofre de surdez.

V. Ex^a tem absoluta razão. Aborda a matéria com conhecimento de causa, porque já o conhece de Pernambuco, com todas as suas “qualidades” e fica penalizado, como eu, com essa situação do País.

Há outras coisas a tratar.

Sr. Presidente, aqui está a reportagem: “Ex-piloto terá R\$2,5 milhões de indenização e ainda uma mensalidade”. É um dos anistiados, que já recebia pensão do INSS. E isso continua a ocorrer neste Governo.

Vale a pena, realmente, ser beneficiário de uma pensão tão grande e da maior indenização de todas: dois milhões e meio! Não sei o que diz o Presidente José Genoíno sobre isso; se, no Araguaia, alguém sofreu tanto; se, nos porões da ditadura, que eles tanto falam, alguém recebeu essa indenização; se o soldado Mário Kozel Filho, assassinado na porta do Quartel-

General do Ibirapuera, recebe essa indenização ou qualquer outra.

Sr. Presidente, evidentemente, o que se deseja – e estou sentindo isto – é provocar as Forças Armadas. Isso é um erro do Presidente. Não será o nosso ex-colega José Alencar que vai segurar esse assunto quando os militares forem tratar, em conjunto, das vítimas desse período militar.

Sr. Presidente, um piloto chamado Lavorato – ou nome parecido – receberá R\$2,5 milhões de indenização, fora a pensão que ainda recebe. Vamos parar com isso! Chega! Dêem um basta!

Peço ao meu querido amigo Márcio Thomaz Bastos que informe alguma coisa a este Plenário sobre esses anistiados.

Ainda há poucos dias, o Presidente Fernando Henrique chamou a atenção para esse fato, dizendo que era um absurdo esse tipo de anistia. Como a lei é do seu período, certamente não foi seu propósito que isso ocorresse. Se foi, ele também é culpado. Vamos esclarecer, de uma vez por todas, como são pagas as anistias, e quem ganha essas indenizações milionárias.

Não sei se o Senador Suplicy poderia me informar se conhece este assunto da indenização de R\$ 2,5 milhões do piloto, que já recebe uma pensão de R\$ 6.600,00 do INSS. Se V. Ex^a puder nos informar, agradeço-lhe bastante, porque sinto que o Senador Tião Viana não quer comentar o assunto, e V. Ex^a, às vezes, tem coragem de comentá-lo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, então, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Claro! V. Ex^a é quem vai esclarecer isso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Na semana passada, sugeri algo a V. Ex^a, e, em seguida, na mesma sessão, V. Ex^a tomou a iniciativa de fazê-lo. Houve uma lei aos anistiados, aprovada pelo Congresso Nacional, que estabelece os critérios de pagamento de anistia. Como está previsto nessa lei, há uma Comissão de Anistia, atualmente presidida pelo ex-Presidente da OAB, Dr. Marcelo Lavenère, uma pessoa por todos reconhecida como de grande saber jurídico e sempre um grande defensor dos interesses da cidadania. Dessa forma, a sugestão que formulei é que V. Ex^a – e, neste sentido, teve o meu apoio – solicite ao Ministro da Justiça que o Senado seja informado sobre quais os critérios que estão sendo levados em consideração, tendo em vista a lei que V. Ex^a, eu e todos nós aqui aprovamos. É possível que haja um decreto que regulamente esses direitos. Não conheço o detalhamento dos critérios. Então, considero mais do que justo que essa informação seja dada ao Congresso

Nacional e ao Senado, em especial. Portanto, avalio que, tendo a Mesa recebido o requerimento de V. Ex^a, e uma vez aprovado pela Mesa, ele seja encaminhado ao Ministro. E S. Ex^a, a partir do momento que receber o documento, terá 30 dias de prazo para avaliá-lo, conforme V. Ex^a sabe muito melhor do que eu, por ter sido Presidente desta Casa. Acredito que a informação que V. Ex^a receber será de interesse de todos os Senadores e, obviamente, da opinião pública.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a não decepciona, pois sempre segue a mesma linha. Podemos ter divergências aqui e ali, mas V. Ex^a é firme em suas convicções e não muda ao sabor de cada dia do Governo. Nesse ponto, V. Ex^a é *hors-concours* nesta Casa. Por isso, agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a a sua colaboração.

Então peço ao Ministro Márcio Thomaz Bastos que responda ao ofício aprovado pela Mesa e já endereçado ao Palácio da Justiça no sentido de explicar os critérios inacreditáveis em que se dá uma indenização a um piloto de R\$2,5 milhões, além de uma pensão que já recebe de R\$13 mil e outra de R\$6,6 mil do INSS. Isso é um escândalo! E esse escândalo precisa terminar, queiramos ou não. É um dever deste Senado mostrar a sua existência e verberar veementemente esse fato.

São milhares de anistiados, mas não sabemos quantos. Ainda na semana passada, eu mostrava a V. Ex^a que um Secretário de Estado de meu Governo, no regime militar, recebeu uma indenização de R\$1,3 milhão e ainda recebe uma pensão de, aproximadamente, R\$10 mil. Secretário meu, veja bem, conforme diz a Oposição, da pior fase daquele regime, do Governo Médici. Por aí veja V. Ex^a como está Fernando Talma Sarmento Sampaio. Eu disse isso. Há outros que virão por aí, pedindo e não falo sequer do Controlador da República, que não controla as suas aposentadorias, as quais somam mais de R\$20 mil.

Por isso, quero, mais uma vez, pedir a V. Ex^a que tome conhecimento desses fatos e reitere ao Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos, um homem de bem, mas que está demorando para explicar à Casa dos representantes do povo, que é o Senado Federal, este assunto.

Eu gostaria também de falar de outro tema e sei que vou enfrentar a maioria da Casa, mas quero ser coerente comigo mesmo, como o Estado de São Paulo está sendo com o fato. Trata-se da demissão do Sr. Carlos Lessa do BNDES. Toda a Nação pedia a demissão do Sr. Carlos Lessa, menos, é claro, o Senador Aloizio Mercadante e a economista que trabalha com ele, pois ambos são fãs do Carlos Lessa.

Carlos Lessa estava sendo um desastre no Banco Nacional de Desenvolvimento. Não foi pior porque também não colocaram um substituto à altura de um grande economista. Queriam tirar o Guido Mantega e este foi para o BNDES. Resultado: saiu um ruim e entrou um igual, para não dizer pior.

Há tantos economistas de valor neste País e, neste instante, presto homenagem ao saudoso Celso Furtado, criador da Sudene, um homem que merece os aplausos desta Casa. Homens como Celso Furtado poderiam ter ido para o BNDES, mas não foram. É o jogo político. Até quando vamos aguardar esse jogo político que, agora, é inacreditável, se transforma também em jogo de futebol?

No sábado, na Granja do Torto, residência do Senhor Presidente da República, vão jogar o PMDB e os Ministros do Governo. Se o jogo for sério, vai acabar em zero a zero, a não ser que coloquem o Suassuna como goleiro.

Realmente, não se podem mais resolver problemas dessa forma, Senador Tião Viana. V. Ex^a é uma das figuras melhores do Parlamento. V. Ex^a, que deveria estar no Ministério da Saúde, que foi um grande Líder nesta Casa, não pode aceitar que os problemas brasileiros, tão graves, sejam resolvidos com futebol, na Granja do Torto.

Não entrarei nos detalhes do intervalo. Esse, realmente, pode ser de qualquer maneira, porque não entro na privacidade de nossos companheiros, sejam Deputados, Senadores, Ministros ou seja o Presidente da República. Não entrarei nos detalhes, mas não se resolve a política brasileira com futebol na Granja do Torto. Não precisava de nada disso, pois o PMDB não romperia nunca com o Governo. V. Ex^a, aliás, sabia disso e a Senadora também. Todos sabiam que não haveria esse rompimento. Esse rompimento não existiria nunca, mas o Governo faz questão de criar uma onda tão grande que torna esse acontecimento, que é mínimo, em máximo.

O Presidente da República não está sendo bem aconselhado. A técnica que usa, de colocar derrotados no Ministério, não tem dado resultado. Ao contrário, só tem atrapalhado a vida da Nação, e bastante, porque não é com derrotados que se alcançam vitórias. Vitórias se alcançam com aqueles que merecem vencer.

Homens como V. Ex^a, Sr. Presidente, que tem a experiência não só de Presidente desta Casa como de Presidente da República, sabem como resolver problemas difíceis, mas, infelizmente, o Presidente da República nem sempre ouve aqueles que podem ajudá-lo.

Quero, nesta hora, não vou dizer trazer solidariedade, pois V. Ex^a não precisa de solidariedade, até

porque nunca se envolveu nesse assunto de reeleição. Poderia até, intimamente, desejar-lá, mas nunca deu um passo para que ela se efetivasse. Se V. Ex^a não for reeleito, quem perde é a Nação, é o Parlamento, mas, evidentemente, não V. Ex^a.

Quero pedir a transcrição de dois artigos que julgo importantes, do **O Estado de S. Paulo**, publicados no sábado: “A Evidência do Desgoverno”, é o Governo Lula; e “O Fim de um Desastre”, que é a saída do Carlos Lessa do BNDES.

Quero que V. Ex^a faça transcrever esses dois artigos e, ao mesmo tempo, peço que arranje um meio de transmitir, se não ao Presidente da República, ao Líder do Governo o aplauso desta Casa pela nomeação de um surdo para a Ouvidoria. Que o Sr. Reginaldo ouça as coisas que lhe vão ser ditas, sobretudo desta tribuna.

Não estamos mais na fase de aceitar as medidas provisórias como chegam aqui. Jamais deixarei de pedir vista em qualquer relatório verbal sobre medida provisória. Tem que se formar Comissão, esta tem que votar o parecer e o parecer tem que ser distribuído para todos os Senadores. Só assim poderemos votar qualquer medida provisória.

Algumas vêm da Câmara para trancar a pauta e V. Ex^a, que tanto esforço fez – já votou a reforma do Judiciário, tem votado muitas matérias importantes –, vai ficar tolhido para dar o andamento que o Senado tem dado a essas matérias. Mas V. Ex^a tem que cumprir o que está escrito.

O ideal era acabar de vez com as medidas provisórias. Se vamos conseguir isso não sei, mas temos que encontrar uma maneira de dificultar a votação dessas medidas provisórias. O Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo, está com 19 medidas provisórias para serem enviadas a esta Casa.

Sr. Presidente, como será este fim de ano se houver uma obstrução? V. Ex^a poderá pagar uma culpa que não tem. E é bom que V. Ex^a avise logo à Nação que, se isso acontecer, V. Ex^a, Presidente José Sarney, não é o responsável. A responsabilidade é da outra Casa, porque não examina a urgência e a relevância dessas medidas provisórias; se as examinasse, de 200 medidas provisórias, talvez passassem duas ou três.

Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy gosta de me apartear.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, PMDB – AP) – O tempo do orador está esgotado. De maneira que V. Ex^a não pode, neste momento, conceder-lhe o aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não vou descumprir o Regimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a o tempo que me concedeu.

Antes, porém, deixarei, aqui, um Ofício do Prefeito Antonio Imbassay – peço ao Senador Tião Viana que o faça – para ser entregue à Senadora Ideli Salvatti, que declara jamais ter recebido um centavo sequer da Petrobras para a organização de Cooperativa de Catadores e Recicladores de Lixo, conforme manifestação da Senadora. Não quero, evidentemente, travar debate sobre o assunto. Sei que S. Ex^a ficaria em uma situação difícil; não quero deixá-la em situação difícil, nem a quem quer que seja. Portanto, peço a V. Ex^a que entregue à nossa Senadora o Ofício do Prefeito Antonio Imbassay.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade que V. Ex^a me concedeu de usar da palavra para que eu pudesse dizer o que deveria ser dito neste Plená-

rio para advertir o Governo dos erros repetidos que vem cometendo, sangrando a Nação com recursos públicos fornecidos indevidamente a pessoas que não tinham direito.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- “A evidência do desgoverno”;
- “O fim de um desastre”.

VOTAÇÃO INFORMAÇÕES

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

A evidência do desgoverno

Governar é decidir, decidir é escolher - e escolher tem hora. Nada disso é trivial, imune a conflitos ou isento de custos. Mas, também, nada custa tanto como o excesso de indecisão e o acúmulo de escolhas adiadas. Que o diga o presidente Lula, mais uma vez às voltas com uma fatura política acrecida de pesados juros de mora, com os quais não teria de arcar se não tivesse tardado tanto a tomar uma decisão que se impunha flagrantemente desde o primeiro momento - demitir o economista Carlos Lessa da presidência do BNDES.

Já no discurso de posse, o apadrinhado da professora Maria Conceição Tavares – com quem compartilha ideias e maneiras – deixou claro que pretendia seguir curso próprio, à revelia do ministro do Desenvolvimento, ao qual o banco responde e em confronto explícito com a política econômica do ministro Palocci. Não tendo sido de imediato enquadrado pelo Planalto, decerto interpretou o silêncio como consentimento. Desde então, se excedeu, uma vez e outras mais, com absoluta falta de compostura, nos seus ataques à política monetária do governo e nas suas teorias conspiratórias.

“Estou convencido”, chegou a dizer, “de que o

presidente do Banco Central faz parte de uma articulação para desmontar o BNDES” – tarefa, aliás (desmontar o BNDES), que ele executou com uma eficiência que foi a exceção na sua gestão marcada por uma incompetência que irritou o Planalto (ver, abaixo, editorial *Fim de um desastre*), ao se traduzir no emperramento das operações da instituição e, afinal, no ritmo insatisfatório das liberações de créditos – que ele pretendeu explicar com a costumeira arrogância: “O BNDES não opera como uma padaria.”

Claro que Lessa tinha apoios fortes entre alguns dos interlocutores mais próximos de Lula, no Congresso, no PT e nos meios empresariais saudosos dos bons tempos do capitalismo sem riscos, com internação assegurada, em caso de necessidade, no hospital do BNDES, e todas as despesas pagas pela sociedade. Mas o presidente parece não se ter dado conta – aliás, como em outras ocasiões – de que, ao não confrontar os aliados de um subordinado que só lhe criava problemas, maiores ficariam não só os problemas, como também os custos da solução.

Uma parte desse acréscimo resulta do desempenho aquém das expectativas do PT na disputa

pelas prefeituras das maiores cidades. E a esquerda do partido, com a vista ainda mais embacada do que de hábito, logo vislumbrou um bode expiatório para as derrotas em capitais como São Paulo e Porto Alegre – a política econômica. Nesse clima, a demissão de Lessa deverá provocar barulho na reunião do diretório nacional do PT deste fim de semana em São Paulo. (Sua demissão não encerra uma crise, mas, sim, exacerba a crise intermitente que dilacerou as hostes petistas.)

Servirá também para ampliar a divulgação, segunda-feira, no Rio, de um manifesto preparado por economistas da agremiação, intitulado “E nada mudou”, contra “o caráter excluente e pauperizador da política econômica.” Para complicar, a expressão desse descontentamento, uma óbvia forma de pressão sobre Lula, coincide com a total desestruturação das relações entre o governo e o Congresso. A tal ponto que o presidente petista da Câmara não consegue reunir os líderes das bancadas para definir a pauta de votações até o fim do ano.

Já o presidente da República marca e desmar-

ca almoços com deputados do PMDB – que proclama a intenção de romper com o Planalto –, tendo falta de quórum. Para acalmar os peerne-debistas, o presidente fez anunciar pelo senador Aloizio Mercadante o seu intuito de formar um “governo de coalizão”, com maior espaço para a sigla e, ao que se diz, uma vaga até para o PP. Assim, segundo elc, Lula “está escalando a melhor seleção do País” (!!!). O que nos leva a perguntar o que andou fazendo até agora o “capitão” desse time que ainda não foi escalado.

Claramente afliito também com o rendimento abaixo da crítica da maioria dos seus ministros, Lula teria resolvido inaugurar, segundo fontes palacianas, o “ciclo da eficiência”, com a substituição de amigos e companheiros incompetentes por auxiliares presumivelmente competentes, não necessariamente amigos nem companheiros. Diz tudo o fato de que só agora, a menos de dois meses da metade do mandato, Lula coloque a eficiência no lugar onde deveria estar desde janeiro de 2003. Se a sucessão no BNDES servir de exemplo, não será fácil atrair os bons: foi preciso “rebaixar” o ministro Guido Mantega para o BNDES depois que outros nomes, fora do governo, foram procurados e não aceitados.

(*) Orinal Inlegível Fornecido pelo autor

O fim de um desastre

Ademissão de Carlos Lessa da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem sido apresentada por economistas, políticos e também por vários jornalistas como vitória da ortodoxia contra o desenvolvimentismo. Um empregário de um setor muito dependente do governo chegou a afirmar que a alta finançaria do governo Lula não era mais preconciliar, mas sim progressista. Lula, que é uma das vultuosas notas a Lúcio, presidente da BNDES, foi demitido por insensibilidade perante ao governo no qual participava. Fora这点 porque o presidente da República, seu amigo, não pode suportar por muito tempo a falta de compostura de seu funcionário incapaz de aceitar sua posição e sua responsabilidade na administração federal.

Se, no entanto, fosse menos tolerante com a incompetência de seus amigos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderia tê-lo demitido muito antes, não só por indisciplina, mas também pela péssima gestão de um dos maiores bancos de desenvolvimento de todo o mundo.

Essa administração minuciosamente desastrosa começou há quase dois anos, pelo desmonte do sistema de chefia da instituição.

Carlos Lessa e o vice-presidente por ele escolhido, Darc Costa, fizeram tábua rasa da competência profissional de centenas de funcionários. Demolidaram, integralmente, quatro níveis de chefia, afastando não só diretores, mas também superintendentes, chefes de departamento e gerentes. No ataque final, foram eliminadas

244 pessoas.

O banco passou meses quase paralisado, no começo da gestão de Carlos Lessa e Darc Costa. Não poderia funcionar, porque a sua estrutura de análise e decisão havia sido arrasada. A primeira providência de ambos foi ajustar os quadros do banco às suas preferências ideológicas. Essa motivação foi evidente e não haveria outra explicação, em termos meramente administrativos, para uma alteração tão grande, em tão pouco tempo, na estrutura gerencial.

Mas a nova cúpula da instituição nunca pareceu descontentável

CARLOS LESSA E SEU VICE DESMONTARAM O MECANISMO QUE MOVIA O BNDES

diana das evidências de mau desempenho. O presidente e o vice ficaram ocupados durante a maior parte do tempo, fazendo agitação contra a política econômica do governo e inventando fórmulas para mudar os critérios e objetivos do banco. Segundo seus admiradores, o presidente e o vice tentaram reestruturar o BNDES, voltando ao original.

Também essa explicação envolve um grande engano. O BNDES nunca deixou de ser um financiador do desenvolvimento. Sua orientação pode ter mudado, ao longo de mais de meio século, mas sua vocação nunca foi renegada e, nesse aspecto, honestamente, afirmou-se sempre. Tinha sido. Tampouco é verdade afirmar que os programas sociais do banco sejam inovação desse governo. Programas desse tipo já existiam e se expandiram, ainda que

O que tentaram realmente Lessa e Costa não foi uma reorientação do banco à sua vontade, nem mesmo um reformismo. Pelo contrário, o que ocorreu é que o BNDES, que é um presidente de governo, não é um presidente de banco. O desenvolvimentismo está do lado de fora. Por exemplo, o que é muito diferente é empregar um banco federal e a sua diretoria, de Carlos Estanguet, como a de uma grande corporação, que é o que o BNDES é. Eles tentaram, assim, aplicar uma política industrializada dirigista e muito diferente daquela adotada, com aprovação do presidente Lula, pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Furlan.

Outro erro dos diretores demitidos da BNDES levou governantes e empresários de países da região a acreditarem que suas indústrias seriam financeiradas por uma instituição oficial brasileira. Foi esse erro que as pessoas sensatas criticaram, não o ato de demissão de Lessa e Costa.

Além disso, é falso dizer que um banco oficial dirige-se, de vez, desculpado para aplicar todos os critérios disponíveis em seu campo. O substituto de Lessa, o economista Sérgio Lapa, expôs, em seu relatório, os tradicionais critérios de avaliação do BNDES, que são: a eficiência, a produtividade, a rentabilidade, a diversificação, a

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Antes de conceder a palavra ao Senador Alvaro Dias, a Presidência informa que se encontra na Casa o Sr. Gilberto Miranda Batista, Segundo Suplente do Senador Gilberto Mestrinho, da representação do Estado

do Amazonas, convocado em virtude de licenças do titular e do Primeiro Suplente.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o original do diploma, que será publicado na forma regimental e demais documentos exigidos por lei.

É o seguinte o diploma encaminhado:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 215, da Lei 4.737, de 15 julho de 1965, expede o DIPLOMA de

2º Suplente de Senador da República Pelo Estado do Amazonas
ao Sr. Gilberto Miranda Batista
eleito para esta Circunscrição e registrado pela Superintendência do Eleitorado do Amazonas
005.131
votos nominais apurados nas eleições de 04.10.98
conforme consta da Sessão do mesmo Tribunal, realizada
em 04.12.98

Manaus, 04 de Dezembro de 1998
Amaldo Gama da Cunha
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Designo comissão formada pelos Srs. Senadores Valdir Raupp, Hélio Costa e Alvaro Dias para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

(O Sr. Gilberto Miranda é conduzido ao plenário e presta, junto à Mesa, o compromisso.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE JOSÉ SARNEY (PMDB

– AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acredito que tenha sido designada para amanhã a homenagem, durante o Pequeno Expediente, ao Presidente Yasser Arafat, da Autoridade Nacional Palestina.

Normalmente, nessas ocasiões, são convidados embaixadores, sobretudo, no caso, da comunidade dos Países Árabes. No entanto, Sr. Presidente, acabo de receber a comunicação do Embaixador da Autoridade Nacional Palestina de que eles os demais ainda não receberam os convites. Pediria a gentileza de o cerimonial da Presidência encaminhá-los, por fax ou e-mail, o mais rapidamente, para que possam estar aqui os embaixadores dos Países Árabes na homenagem que será prestada ao Presidente da Autoridade Nacional Palestina Yasser Arafat amanhã, às 12 horas e 30 minutos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Essas providências já estão sendo tomadas pelo serviço de Relações Públicas do Senado.

Solicito que todos os presentes permaneçam de pé para o compromisso de posse.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do meu País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Gilberto Miranda Baptista, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lida a seguinte:

**COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
E NOME PARLAMENTAR**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Senado Federal, em substituição ao Senador João Thomé Mestrinho, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do partido PFL.

Nome parlamentar: **Gilberto Miranda**.

Sala das Sessões,



O SR PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O expediente lido vai à publicação.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, neste momento, o Líder do PFL, Senador José Agripino, e o do PSDB, Senador Arthur Virgílio, concedem entrevista coletiva à Imprensa anunciando as condições estabelecidas para que a Oposição, nesta Casa, continue a oferecer a valiosa colaboração que tem prestado para a aprovação de matérias importantes para cá encaminhadas pelo Poder Executivo, com a preocupação de oferecer condições de governabilidade, fazendo oposição responsável aos erros do Governo, sem no entanto se opor ao País e aos seus objetivos essenciais.

As preocupações que salientam os Líderes à Imprensa na tarde de hoje dizem respeito às excessivas demissões e crises no Executivo, evidenciando uma desordem gerencial e administrativa. A pauta da Câmara está sendo atropelada pelo excesso de medidas provisórias e a governabilidade, sustentada pela Oposição, não pode ficar restrita ao âmbito federal, tem que chegar aos Estados e aos Municípios.

A Oposição apresenta essa pauta como condição para manter a postura colaborativa, que tem marcado sua linha no Senado Federal.

As demandas não atendidas dizem respeito aos escândalos não esclarecidos, como o caso dos Vampiros. O Ministro não compareceu até hoje ao Senado. Da mesma forma, o Presidente do Banco Central ainda não foi à Comissão de Assuntos Econômicos para esclarecer os fatos que envolvem seu nome. Não refere a nota das Lideranças Oposicionistas à estratégia do abafa-CPI, com o impedimento de que se instalem CPIs importantes no Congresso Nacional para

apuração de escândalos denunciados fartamente pela mídia nacional.

Convocações dos Ministros: estão na pauta do Senado, aguardando votação.

Requerimentos de Informações: os requerimentos de informações sobre os escândalos noticiados pela mídia não têm a celeridade necessária, apesar de tratar-se de prerrogativa constitucional dos Parlamentares.

Medidas Provisórias: o excesso de medidas provisórias e a falta de articulação política do Governo estão fazendo com que fiquem na Câmara por quase 120 dias, inviabilizando qualquer discussão no Senado Federal. Hoje estão na Câmara dos Deputados 28 medidas provisórias pendentes de votação, das quais sete terão os 120 dias vencendo até a próxima terça-feira, dia 30.

Orcamento de 2005.

O Orçamento Geral da União, de 2005, não será votado sem solução para os seguintes itens:

Correção da tabela do Imposto de Renda: a inflação nos últimos anos onerou excessivamente os contribuintes. Em função disso, muitos assalariados foram alcançados pela tabela, em virtude de aumentos nominais de salário. Além disso, o Presidente Lula, por várias vezes, manifestou-se favorável à correção da tabela. Portanto, pede-se a votação do projeto do Senador Antero Paes de Barros, que se encontra na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

– Lei Kandir. Faltam regras para a compensação de Estados e Municípios em 2005. A proposta do Orçamento Geral da União para o próximo ano, encaminhado pelo Executivo ao Congresso, não contempla recursos para compensar Estados e Municípios no próximo ano.

– Transparência Orçamentária. Pede-se transparência na elaboração do Orçamento, tendo em vista que o prazo de quatro meses de discussão foi reduzido para apenas um mês; além disso, exige-se, também, transparência na execução da organização do Orçamento Geral da União de 2004, em função das últimas notícias sobre a liberação de recursos para a base aliada.

Aliás, Sr. Presidente, o anúncio da liberação desses recursos deixa a imagem de que há realmente uma relação promíscua entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Isso faz mal à imagem do Congresso Nacional e contribui para que a descrença se generalize a cada momento.

– Créditos Pendentes no Congresso. Do jeito que as coisas estão, somente votaremos crédito para pessoal, civil e militar, e excepcionalidades.

Pendências da Reforma Tributária:

– Aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Foi acordado aumento de um ponto percentual nos repasses do FPM, para entrar em vigor ainda em 2005. A matéria foi aprovada no Senado no ano passado e está parada na Câmara dos Deputados;

– Redução da alíquota da CPMF/Cofins. Também na discussão da reforma tributária no Senado foram estabelecidas as condições para redução da alíquota da CPMF/Cofins: aumento da arrecadação tributária da União; redução da relação dívida/PIB; e redução da taxa de juros. Como se vê, as três condições foram alcançadas;

– Limite de endividamento da União. Os Estados e Municípios já têm os seus limites de endividamento. Qual a razão para a União não ter o seu? Temos que aprovar a resolução do Senado que estabelece esse limite. Como aprovaremos as parcerias público-privadas sem o limite de endividamento da União?;

– Receita líquida real. Projeto de resolução do Senador Antero Paes de Barros que redefine o conceito de receita líquida real, excluindo as transferências constitucionais para educação e saúde; e

– Fundo de Desenvolvimento Regional. Beneficia regiões mais carentes em função da extinção dos incentivos fiscais.

Outras demandas da Oposição:

– Salário mínimo. Definição do valor, com ganho real para o salário mínimo, ainda na tramitação do Orçamento Geral da União de 2005 no Congresso Nacional;

– Recursos para a saúde. Cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, no Orçamento Geral da União do próximo ano;

– Conselho Federal de Jornalismo. Retirada do projeto que cria o Conselho;

– Agências reguladoras. Retirada do projeto que limita a autonomia das Agências Reguladoras;

– Ancinav. Somos contrários ao encaminhamento do projeto de lei que cria a Ancinav; e

– Convocação do Congresso. Somos contrários à convocação extraordinária do Congresso Nacional em janeiro de 2005.

Matérias pendentes na Câmara dos Deputados:

O Governo prometeu ao Senado Federal as matérias abaixo sem combinar com a Câmara dos Deputados:

– Projeto sobre Biossegurança. Culpa do Governo e suas medidas provisórias;

– Projeto sobre Lei de Falência. Culpa do Governo e suas medidas provisórias;

– PEC Paralela da Previdência. Exemplo cabal da leviandade com que o Governo Lula trata o Senado

Federal e, inclusive, alguns Senadores da sua base aliada. A proposta está parada na Câmara dos Deputados desde o início do ano, o que nos leva a não celebrar novos acordos, sem a anuência prévia da Mesa e dos Líderes da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, essas são as principais condições que impõe agora a Oposição para manter a sua postura de colaboração no Senado Federal. É evidente que aguardamos a resposta do Governo, exatamente no momento em que fica patente a gestão administrativa caótica empreendida pelo PT à frente do Governo Federal.

Se a gestão administrativa do PT é caótica, a gestão política é, no mínimo, temerária. Isso levou D. Paulo Evaristo Arns a afirmar, numa entrevista para a revista dos bancários: "Que o Lula continua a mesma pessoa bondosa de sempre, mas não estava preparado para ser Presidente da República, então entrega tudo para aqueles que parecem estar preparados e esses muitas vezes enganam".

Sr. Presidente, neste momento de grande preocupação em relação à governabilidade do País, anuncia-se a reforma ministerial; certamente, ao ser anunciada, despertaria esperanças na população de que teríamos mudança de rumos. Mas, lamentavelmente, os critérios adotados pelo Presidente da República para promover essa reforma ministerial jogam por terra qualquer expectativa dessa natureza.

O que pretende o Governo com a reforma ministerial? Aplacar os ânimos na base aliada, oferecer o alimento para saciar a sede de poder de muitos que não se conformam com o espaço que já ocuparam e criam dificuldades para encontrar facilidades – e criam dificuldades para adquirir facilidades. E exatamente esse critério de composição do Governo trabalha contra a eficiência.

A reforma ministerial poderia significar esperança de um novo rumo na gestão pública do País se calcada nos critérios da competência, da eficiência, da probidade e, sobretudo, da responsabilidade pública. No entanto, o Governo substitui o interesse pela eficiência administrativa em favor da acomodação de natureza política. O que preocupa o Governo não é a incapacidade de gerenciamento daqueles que ocupam Ministérios atualmente. O que preocupa o Governo é a possibilidade de perder apoio no Congresso Nacional, de inviabilizar a aprovação de matérias que remete às duas Casas do Poder Legislativo. Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não é essa a reforma que interessa à sociedade brasileira.

Vejo que o Senador Eduardo Suplicy deseja fazer um aparte. Antes de prosseguir, concedo-lhe um aparte com satisfação. Comungo da opinião do ora-

dor que me antecedeu na tribuna, Senador Antonio Carlos Magalhães, de que o Senador Eduardo Suplicy é uma referência de ética, de responsabilidade e, sobretudo, de respeito aos seus companheiros do Senado Federal.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Alvaro Dias, tendo em vista que V. Ex^a leu, há pouco, a manifestação dos Líderes do PSDB e do PFL sobre as condições para chegarmos a um entendimento, eu gostaria de transmitir o que avalio seja o sentimento do povo brasileiro, que mantém um olhar muito atento sobre os trabalhos do Congresso Nacional e, em especial, do Senado Federal, que é a nossa Casa. V. Ex^a há de convir que, nos últimos meses, em que pese à atenção que todos tivemos de dar às eleições municipais, mas, sobretudo, desde que foram concluídas, o Senado Federal avançou significativamente. Na semana passada, houve a conclusão da votação da reforma do Judiciário. Em meio às eleições municipais, do primeiro para o segundo turno, e logo em seguida ao segundo turno, nós realizamos, na Comissão de Assuntos Econômicos, audiências públicas que permitiram o aperfeiçoamento e o avanço da lei que regula as parcerias público-privadas. Chegamos, agora, a um projeto de lei que conseguiu avançar significativamente, levando em conta as sugestões dos Senadores Tasso Jereissati, Rodolpho Tourinho e tantos outros. Estamos avançando. O próximo passo ocorrerá na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Senador Alvaro Dias, penso que a opinião pública brasileira, que o povo brasileiro verá com bons olhos a votação – se conseguirmos – dos projetos que a própria Oposição também considera relevantes. Às vezes surgem manifestações de que a Oposição buscará impedir a votação mesmo dos projetos que considera importantes, por não desejar ver maior eficiência do Governo do Presidente Lula; de que a Oposição teria em mãos a aprovação da lei de parceria público-privada, permitindo uma melhora no nível de investimentos da economia brasileira, e estaria inviabilizando isso. Alguns chegaram a argumentar assim. Senador Alvaro Dias, avalio que, ainda que alguém tenha considerado isso, não é esse o propósito de V. Ex^a, do PMDB ou do PFL. Acredito que V. Ex^a estará sempre contribuindo para melhorar a situação brasileira. Reporto-me às muitas vezes em que por aqui passaram projetos de interesse do Executivo, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sempre, quando era Líder ou como membro da Oposição, tivemos a maior boa vontade em examinar, em aperfeiçoar as matérias, sem simplesmente obstruir as votações por querer que o Governo Fernando Henrique não desse certo. Esta é uma reflexão de

preocupação, porque imagino que as condições que V. Ex^a acaba de ler tenham um sentido que não é o de atrapalhar o funcionamento do Governo brasileiro, mas de fazer com que as coisas andem melhor. Espero que todos possamos continuar dando exemplos como o que demos nas últimas semanas, quando a Base do Governo e a Oposição, no Senado Federal, souberam conversar e progredir em muitos projetos. V. Ex^a é testemunha e participante disso. Permita agora fazer outra observação, sobre a responsabilidade de V. Ex^a como Presidente da CPMI da Terra. V. Ex^a realiza ali um trabalho de grande responsabilidade e informou-me que está convocando para a quinta-feira uma reunião da CPMI. Até fiz um apelo a V. Ex^a para que, se possível, a reunião ocorresse a partir das 9 horas, a fim de que os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional possam estar presentes, sem conflito de horário. Por que faço a observação? Ocorreu esta semana, em Minas Gerais, um episódio da maior gravidade, que avalio deva ser também do interesse da CPMI. Ontem, fiz um aparte à Senadora Serys Sihessarenko a respeito do assunto, e a CPMI deve acompanhar a maneira como os órgãos de segurança e da Justiça irão apurar a responsabilidade no episódio do massacre de trabalhadores sem terra ocorrido em Minas Gerais. Essa é uma responsabilidade de todos nós, membros da CPMI.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Eduardo Suplicy, muito obrigado pelo honroso aparte de V. Ex^a. Gostaria de informá-lo de que já convidamos e estará presente, na reunião da CPMI, na quinta-feira, o Secretário da Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Sr. Nilmário Miranda, que virá exatamente nos apresentar o elenco de providências tomadas pelo Governo relativamente a esse lamentável e trágico massacre ocorrido ontem em Minas Gerais.

Em relação às preocupações de V. Ex^a com o comportamento da Oposição, cabe-me dizer-lhe que a Oposição tem sido aqui, talvez, a principal responsável pela produção legislativa alcançada, apesar da enxurrada de medidas provisórias remetida pelo Governo ao Congresso Nacional. É exatamente esse espírito de colaboração da Oposição, que negocia até as últimas consequências com as Lideranças do Governo para chegar a consenso e aprovar matérias importantes, que tem permitido avanços fundamentais. Lamentavelmente, eles morrem na Câmara dos Deputados ou permanecem por longo tempo aguardando definição, como ocorre com a reforma tributária e a reforma da Previdência, além da reforma política.

Portanto, Senador Eduardo Suplicy, não foi por falta de colaboração oposicionista no Senado Federal que não houve mais avanços. Não avançamos, num

primeiro momento, em função do excesso de medidas provisórias editadas pelo Governo e, num segundo momento, em razão do descumprimento dos compromissos celebrados no Senado Federal por parte das Lideranças na Câmara dos Deputados.

Por isso, inserimos neste documento – confesso que fui o autor da sugestão – um item em que se admite apenas a celebração de acordo no Senado Federal com a participação das Lideranças na Câmara dos Deputados. Sem essa participação, obviamente, o acordo celebrado no Senado Federal se torna inócuo, já que não há o prosseguimento da deliberação legislativa na outra Casa do Congresso Nacional.

Embora meu tempo já esteja esgotado, com a permissão do Presidente, Senador Magno Malta, concedo, com satisfação, um aparte ao Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador Alvaro Dias, faço um pequeno aparte ao pronunciamento de V. Ex^a, uma vez que aborda os vários itens que a Oposição defende sejam objeto de deliberação por parte do Congresso Nacional – e do Executivo –, porque se constituem, na verdade, prioridades nacionais. Enfatizo uma ótica para a população, que assiste a esta sessão por intermédio dos meios de comunicação do Senado Federal. Faço parte do Partido dos Trabalhadores, mas gosto de proceder a análises pensando no que vem dando certo e nos desafios que devem ser enfrentados. Se toda a população olhar para o Governo Federal, verá que muita coisa vem dando certo sob o ponto de vista econômico, da estabilidade do dólar, do controle da inflação, da austeridade fiscal, do crescimento econômico, da geração de empregos. Estive numa indústria que V. Ex^a certamente conhece – nós dois somos do Paraná –, a Bosch. Essa empresa, por exemplo, de três mil empregados, passou para quatro mil e quinhentos empregados, 50% de aumento. Falando sobre a área social, a área humana, o Ministro Patrus Ananias esteve na Comissão de Assuntos Sociais hoje cedo, onde apresentou dados: R\$14 bilhões vão estar previstos no Orçamento do ano que vem para programas de distribuição de renda. Isso é extraordinário. Se olharmos o trabalho que a Polícia Federal vem desenvolvendo – acompanhamos pelos meios de comunicação –, veremos que ela vem atuando seriamente, eficazmente, no que diz respeito a prefeituras, empresários e comunidades em geral. Isso é uma coisa extraordinária. Então, eu diria que, se observarmos as ações do Governo Federal, veremos que existe muita coisa boa. Agora, todos nós, no Brasil, temos que dizer que queremos enfrentar os desafios que ainda estão aí – desafios que são apontados por V. Ex^a, vários deles, mas que são também preocupações de toda a sociedade. Acho que todos temos que nos

unir nesse sentido para dizer “O Brasil precisa disso”. Vamos caminhar e caprichar. Quero também dizer da satisfação de fazer este aparte ao discurso de V. Ex^a, que já deu uma extraordinária contribuição, e continua dando, para o Paraná e para o Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. V. Ex^a também é uma referência ética no Congresso Nacional e contribui, certamente, para reabilitar a confiança da população na instituição política do País.

Peço permissão ao presidente apenas para concluir, respondendo ao aparte do Senador Flávio Arns.

É claro que o País cresce economicamente, mas muito menos do que deveria estar crescendo. Isso ocorre porque o Governo adota medidas na contramão do crescimento. Estamos crescendo menos do que todos os países da América Latina, com exceção do Paraguai e da Guiana – é evidente que esse dado não nos recomenda, especialmente se levamos em conta que somos um país de potencialidades extraordinárias. Estamos desperdiçando oportunidades preciosas em um bom momento da economia mundial.

Relativamente à questão do anúncio de recursos orçamentários para o próximo ano, lamentamos não poder confiar nisso, já que o que temos visto na prática, até este momento, é a incapacidade do Governo para aplicar os recursos disponíveis no Orçamento. Cito, como exemplo, o Programa Primeiro Emprego, no qual o Governo conseguiu investir apenas 0,58% do que estava previsto.

É claro que há um crescimento no índice de emprego, como sustentou o Senador Flávio Arns. No entanto, parte das estatísticas reveladas pelo Governo devem-se a um esforço para fazer com que os trabalhadores da economia informal tenham suas carteiras assinadas e, com isso, tenham seus empregos contabilizados como empregos gerados, como empregos novos. No entanto, não são novos empregos, mas empregos agora reconhecidos oficialmente.

Por outro lado, deu-se também o crescimento dos empregos no País em razão das demissões em massa do ano passado. Mais de um milhão de trabalhadores ficaram desempregados no ano passado. Agora, foram novamente contratados com redução salarial. É a consequência de uma queda na renda da ordem de 7,2%, principalmente entre os trabalhadores brasileiros.

Portanto, o que a oposição deseja é um novo rumo para o Governo, é a retomada do desenvolvimento econômico de forma sustentada, e esta contribuição a oposição está oferecendo: não são condições que refletem interesses individuais ou partidários, são condições que se estabelecem a favor do Brasil.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Maguito Vilela e Magno Malta, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL – ES)

– Com a palavra o eminentíssimo Senador Leomar Quintanilha. (Pausa.)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Maguito Vilela, do Estado de Goiás, ex-bom governador.

O SR MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs e Sras Senadores, hoje pretendo abordar um tema bem goiano, ou melhor, bem goianiense: a eleição do ex-Senador Iris Rezende para a prefeitura de Goiânia, que representa um marco de esperança para um povo que vê, ao longo dos últimos dez anos, o acúmulo de graves problemas sem que o poder público consiga imprimir as soluções desejadas.

A capital Goiânia, que já teve o orgulho de ser uma das cidades mais seguras e tranqüilas do Brasil, de ter segundo, senão o melhor, transporte coletivo do Brasil, hoje vê esses setores mergulhados no caos. Há um processo visível de favelização em regiões da cidade por falta de uma política de habitação. A saúde sofre com unidades que só funcionam uma parte do dia. E a poeira e o barro persistem em regiões periféricas por falta de ações de pavimentação.

Os quase 60% dos eleitores que escolheram Iris Rezende prefeito no dia 31 de outubro o fizeram confiando em sua reconhecida experiência e capacidade administrativa. Todas as vezes em que assumiu um cargo executivo, seja de governador, ministro ou mesmo de prefeito, Iris deu provas claras de sua competência, desenvolvendo as ações e construindo as obras necessárias para a melhoria da vida das pessoas, goianas e brasileiras.

E é com essa mesma filosofia que Iris governará Goiânia novamente. Com competência, com dedicação, com planejamento e, acima de tudo, com responsabilidade, para fazer, sem dúvida alguma, uma das melhores gestões que Goiânia terá tido em toda a sua história.

Mas a eleição de Iris não representa apenas a certeza de um bom governo na capital de Goiás. Representa o reconhecimento de todo um povo ao principal representante político em toda a história de Goiânia e do Estado de Goiás. Não há dúvida, mesmo entre adversários, de que Iris Rezende é a principal personalidade política da história de Goiás.

A vitória deste brilhante ex-Senador foi retratada pela imprensa como um retorno grandioso, coroado com os votos de 60% dos goianienses. Uma vitória que se iniciou com uma campanha acanhada, em que poucos agentes políticos acreditavam. Mas Iris, como sempre, teve humildade, teve fé e teve persistência. Fez uma campanha limpa, sem agressões, discutindo os problemas de Goiânia e apresentando propostas concretas de melhorias.

Teve contra ele a força da máquina pública municipal e estadual. Teve contra ele, em certos momentos, ações desesperadas de poder que tentavam impedir sua vitória a qualquer custo, como se o povo não tivesse autonomia para definir o seu próprio prefeito, para definir o seu próprio destino. Iris jamais se abateu.

Com poucos aliados políticos, reforçou a grande aliança de que nunca abriu mão em sua vida pública: a aliança com as pessoas, com o povo, especialmente com o povo mais sofrido, que tem mais problemas e que depende em maior grau de ações concretas do poder público.

A campanha cresceu na força do elo que liga Iris e o povo de Goiânia e culminou com uma bela, com uma extraordinária vitória, vitória da soberania democrática e do voto livre, que não se inibe diante da pressão de velhos ou novos caciques.

Foi a vitória do reconhecimento da competência e da capacidade administrativa de Iris, testada e comprovada tantas vezes quanto assumiu um cargo executivo neste País, seja de Prefeito, de Governador ou de Ministro de Estado.

Acima de tudo, Srs. e Srs. Parlamentares, foi uma grande vitória do povo de Goiânia. A eleição de Iris, um administrador de competência comprovada e um político cuja marca é a realização, irá representar um novo marco na administração pública da cidade, com melhorias que serão sentidas em muito pouco tempo em todas as áreas.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Com muito prazer, ouço o ilustre ex-Governador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Maguito Vilela, congratulo-me com o discurso de V. Ex^a e parabenizo não apenas o ex-Ministro, ex-Governador e atual Prefeito eleito Iris Rezende, como também o povo goiano, que fez sua opção por aquele que, como disse muito bem V. Ex^a, é um grande administrador e um grande líder político. Goiânia, conforme mencionou V. Ex^a, é hoje uma cidade cheia de problemas e desafios. Entretanto, conforta-nos saber que, diante desses desafios, estará um homem com

a postura e a capacidade do Prefeito eleito, Iris Rezende. Por isso mesmo parabenizo o povo goiano e congratulo-me com o discurso de V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço o aparte a V. Ex^a, ex-Governador também muito querido, que fez uma administração impecável no Rio Grande do Norte e um dos Senadores mais respeitáveis nesta Casa.

Assomo, hoje, esta tribuna para saudar esse grande homem público, ex-colega de todos nós nesta importante Casa e manifestar a minha mais sincera alegria pela vitória de Iris Rezende em Goiânia, com a certeza de que fará, como sempre fez, uma extraordinária administração naquela capital.

Aqui no Congresso, juntamente com outros membros da Bancada federal de Goiás, do PMDB e de outros Partidos, estarei trabalhando para ajudá-lo na tarefa de fazer a melhor gestão da vida dele, porque Goiânia merece o melhor.

Parabéns, portanto, a Iris Rezende pela majestosa vitória! Parabéns ao povo de Goiânia pela lição de democracia e pela acertada escolha!

Ouço também, com muita honra, o nobre e ilustre Senador, ex-Governador do Piauí, Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Maguito Vilela, como médico, aceitamos a psicologia, que hoje fala de uma teoria chamada neurolingüística, que diz que tem de haver uma modelagem. Se alguém quer ser jogador de futebol, deve seguir o modelo de Pelé. Eleito Governador do Estado do Piauí, fui buscar esse modelo em Iris Rezende. V. Ex^a estava lá, foi eleito no mesmo período, assim como o Senador Garibaldi Alves Filho. E fui lá ver. Iris Rezende é o ícone. Ninguém mais do que ele no Brasil deu um exemplo de construção de habitação popular. Eu presenciei o resultado: em um dia, ele entregou à população de Goiás mil residências. Como um bem nunca vem só, isso me inspirou e, quando deixei o Governo do Piauí, eu tinha construído quarenta mil habitações populares. Permita-me concluir com as palavras de Winston Churchill, que resistiu a Hitler, buscou os Estados Unidos e a Rússia e ganhou a guerra. Ele perdeu as eleições depois de ter sido vitorioso na guerra, depois do Dia D, da paz no mundo. Ele dizia: "Política é como a guerra, com a diferença de que, na guerra, só se morre uma vez e, na política, várias." Iris Rezende ressuscitou e, sem dúvida nenhuma, é o exemplo maior para o PMDB e para os Prefeitos do Brasil.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço muito a V. Ex^a. Lembro-me desse episódio da construção de mil casas em apenas um dia. Isso ocorreu apenas na capital, Goiânia. No Estado inteiro, esse número chegou a três mil casas em um só dia. Aliás, a

primeira cidade visitada foi a minha Jataí, quando eu era Vice-Governador. Às 6 horas da manhã, iniciou-se a construção de casas em Jataí. Em todo o Estado foram 3.000 casas.

Iris Rezende venceu as eleições com o compromisso de continuar construindo casas em sistema de mutirão para as famílias carentes, para as famílias necessitadas. Venceu as eleições também com o compromisso de pavimentar as ruas não pavimentadas de Goiânia; de melhorar o transporte coletivo daquela capital; enfim, de fazer a mais bela de todas as administrações de sua vida.

Acreditamos piamente no Governo de Iris Rezende em Goiânia, assim como acreditamos no Governo de José Fogaça, ex-Senador e que brilhantemente venceu as eleições em Porto Alegre. Um homem extremamente culto, competente, e que fará em Porto Alegre uma grande administração. Registraramos a presença honrosa neste Plenário do Prefeito eleito de Porto Alegre, nosso ex-colega José Fogaça, a quem desejamos muito êxito na administração da belíssima capital do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, na realidade, vim falar da futura administração de Iris Rezende Machado e das recentes eleições municipais em Goiás, mas farei referência também ao PMDB, o meu Partido, que amo muito e que tem uma história neste País, uma história da redemocratização, das Diretas Já! O PMDB, sem dúvida nenhuma, é o Partido com maior história e que tem mais capilaridade no Brasil. Está enraizado em todas as cidades e em toda a sociedade brasileira.

O PMDB fará uma convenção, possivelmente no dia 12 de dezembro, para buscar uma alternativa para o Partido: se deve continuar apoiando o Governo, se deve ficar numa posição de independência, ou se deve fazer oposição ao Governo Lula.

Já expressei, muitas vezes, desta tribuna, o meu sentimento, que não é atual, pois já foi explicitado há mais de dez anos, quando disputei, inclusive, a eleição para Presidência do PMDB com a bandeira da candidatura própria à Presidência da República. Um Partido da dimensão, da grandeza e da história do PMDB não pode deixar de participar das principais eleições deste País, que são a eleição presidencial e as eleições estaduais.

O PMDB deve ser um Partido de muita responsabilidade, como, aliás, sempre foi e deve continuar sendo. Um Partido que defende os interesses do Brasil, dos brasileiros. Um Brasil que ajude a governabilidade, a tão falada governabilidade. O PMDB, sem dúvida nenhuma, é o pêndulo, de tal forma que, na base de sustentação do Governo, ele ajuda muito. Caso saia

dessa base, ele poderá prejudicar o andamento da governabilidade do País.

Portanto, sempre defendi que o PMDB tem que ter candidato próprio à Presidência da República e tem que ter candidatos aos governos estaduais. O PMDB tem de ter independência; não precisa exigir cargos nem apoiar o Governo em função disso. Aliás, no ano passado, eu já dizia isso. Quando disseram que o PMDB de Goiás tinha um cargo, nós, goianos, liderados por Iris Rezende, entregamos o único que tínhamos, justamente para ficarmos em posição de independência, ou seja, para aprovarmos o que é bom para o Brasil e criticarmos aquilo que não convém aos brasileiros e ao Brasil.

A minha posição não mudou nada; continua a mesma. O PMDB, para apoiar o Governo, não precisa de cargos. É lógico que alguns peemedebistas foram convidados a exercer cargos, aceitaram-nos e estão desempenhando um papel relevante para o País, como é o caso do ex-Senador Amir Lando e do Deputado Federal Eunício de Oliveira. Eu, por exemplo, como Senador da República, não tenho nada contra isso. Pelo contrário; creio que S. Ex^{as}s estão desempenhando muito bem as suas funções. O Ministro Eunício de Oliveira é um Ministro que atende, que ouve, que decide; é um Ministro que tem realizado um bom trabalho naquele Ministério, bem como o Ministro Amir Lando, da mesma forma.

Não é em função de haver membros do PMDB no Governo, exercendo a função de Ministro, que o Partido tem que apoiar o Governo. O Partido tem que apoiá-lo para ajudar o Brasil. Os brasileiros elegeram o Presidente da República. A vitória do Lula foi a mais retumbante que este País conheceu.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Portanto, o povo brasileiro quis que o Presidente Lula governasse o Brasil por quatro anos, e não será o PMDB a atrapalhar o Governo Lula. O PMDB tem que ajudar. temos que acender uma vela, e não apagar. O PMDB tem que ter responsabilidade com a governabilidade do País.

Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Maguito Vilela, quero me deter em um ponto do discurso de V. Ex^a — por sinal, sempre equilibrado, brilhante e cheio de ensinamento. Trata-se da eleição do nosso ex-Senador e ex-Governador Iris Rezende para a prefeitura de Goiânia. Quem ganhou foi aquele povo generoso, bom e acolhedor, que reconheceu, finalmente, o trabalho realizado por aquele grande homem público. Como governante do seu Es-

tado, ele pontificou, acima de tudo pela honestidade, pelo espírito empreendedor e pela preocupação com o social, no que, aliás, V. Ex^a o acompanhou durante toda a sua carreira política. Em vez de ser um fator negativo na personalidade de V. Ex^a, isso se constitui, acima de tudo, em uma grande virtude, porque amizade, lealdade e política, infelizmente, não têm sido a tônica dos políticos no nosso Brasil. E V. Ex^a tem demonstrado espírito público, coragem e coerência, aqui, no Senado Federal, e também no seu Estado. Como amigo de Iris Rezende e sendo leal ao seu Partido, V. Ex^a não destoou em nenhum momento da vida pública. Ao contrário, V. Ex^a se engrandeceu e engrandeceu o seu passado. Por essa razão, parabenizo o povo de Goiânia pela eleição do nosso querido Iris Rezende, que foi um grande Senador da República, e enfatizo a personalidade marcante de V. Ex^a, um homem que dá uma lição ao Brasil de como se deve fazer política.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Muito obrigado. Agradeço-lhe as palavras generosas, que partem de um glorioso ex-Governador, também do Estado de Sergipe, e de um Senador muito respeitado nesta Casa. Isso me envaidece muito.

Para finalizar, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido honesto e voltado para os interesses do Brasil e do povo brasileiro. É lógico que enfrenta inúmeras dificuldades, não apenas Sua Excelência, mas qualquer um que se sentasse naquela cadeira teria os mesmos problemas e as mesmas dificuldades. Mas uma coisa tem que ficar clara: o Presidente é honesto e bem-intencionado. Temos que torcer, ajudá-lo e apoiá-lo, para que o País encontre caminhos que levem o povo a dias melhores. Precisamos fazer com que o Brasil acabe realmente com a fome, com a miséria, com o déficit habitacional, com a violência, com tudo aquilo que aflige o povo brasileiro. E, para isso, temos que ajudar, temos que abrir caminhos e fazer o possível e o impossível nesse sentido. Como peemedebista, apoiei o Presidente no primeiro e no segundo turnos. Creio que o PMDB de Goiás foi o primeiro a apoiá-lo, e ele vai naturalmente manter a sua posição, independentemente dos cargos.

É até bom que o Senado saiba que o PMDB de Goiás não tem nenhum cargo na área federal; nunca pleiteou e não pleiteia cargos. Portanto, estamos muito à vontade para apoiar o Governo com responsabilidade e para votar também contra qualquer matéria que não atender os interesses do povo brasileiro.

Para mim, é muito importante o político honesto, o político sério e o político preocupado com os problemas sociais, e o Presidente Lula tem agido assim. A

sua equipe tem se preocupado com os menos favorecidos, e isso é motivo de sobra para que pensemos realmente no futuro do nosso Partido. Mas, acima do nosso Partido, está o Brasil e os brasileiros.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Magno Malta, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Augusto Botelho e Sibá Machado, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Sibá Machado, Sr^{as}s e Srs. Senadores, são diversos os assuntos que me trazem à tribuna hoje, mas considero da maior importância aqui registrar o sentimento de pesar pela morte dos trabalhadores sem-terra em Felisburgo, onde cinco membros daquele Movimento foram assassinados e outros treze feridos à bala, no último sábado.

Segundo relato de hoje, na imprensa, a Polícia Militar encontrou cartuchos de diferentes tipos de calibre, utilizados naquele massacre na propriedade da pessoa que está, em princípio, sendo objeto de suspeição, o Sr. Adriano Chacique, que se encontra foragido.

Considero importante a iniciativa do Presidente da CPMI da Terra, Senador Alvaro Dias, de ouvirmos, na quinta-feira, o Secretário Nacional dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, que inclusive esteve na localidade para averiguar, para apurar os fatos da melhor maneira possível e, ao mesmo tempo, para transmiti-los aos órgãos responsáveis pela Secretaria de Segurança Pública do Governo de Aécio Neves, de Minas Gerais, e também à Polícia Federal, aos Procuradores e a todos aqueles responsáveis pela segurança e pela justiça, para que haja a apuração completa da responsabilidade nesses episódios.

Sr. Presidente, quando foi formada a CPMI da Terra, sugeri que ela trabalhasse para a realização mais rápida da reforma agrária, que ela colaborasse para o entendimento entre todas as partes, para que os sem-terrados pudesse ser ouvidos, assim como os trabalhadores da agricultura, os proprietários de terras e todos os envolvidos no processo. E também para que o Congresso Nacional pudesse ser o catalisador de uma ação profícua para alcançarmos maior justiça na estrutura fundiária brasileira. Uma das razões de ser o Brasil um dos campeões mundiais da desigualdade na distribuição de renda é justamente o fato de termos uma estrutura de distribuição da riqueza tão desigual,

sobretudo com relação à propriedade da terra. É importante que a CPMI examine esse assunto.

Em nossa reunião de quinta-feira próxima, teremos oportunidade, Presidente Sibá Machado, de esclarecer como chegaram à imprensa as informações da documentação reservada que o Presidente Alvaro Dias havia encaminhado aos Deputados e Senadores membros da CPMI. Sugeri ao Senador Alvaro Dias que aproveitasse a oportunidade da primeira reunião para esclarecer o episódio.

Diante das observações que foram feitas nesta tarde por diversos Senadores, dentre os quais Alvaro Dias e Antonio Carlos Magalhães, sobre as negociações e os entendimentos no Senado Federal, quero reiterar que considero importante que haja um bom entendimento entre a Oposição e a base de sustentação do Governo, que considero importante que dialoguemos na defesa do interesse público, aperfeiçoando diversos projetos, como o das parcerias público-privadas, para que não se chegue a um impasse que simplesmente impeça o Senado Federal de continuar com o progresso registrado nas últimas semanas de trabalho.

É importante que os Líderes Arthur Virgílio, do PSDB, e José Agripino, do PFL, e todos os Senadores cumpramos o objetivo de aprimorar cada um dos projetos, em particular esse que agora deve ser objeto da atenção de todos nós, o projeto das PPPs, e que possamos avançar e votá-lo.

Senador Efraim, Senadores como V. Ex^a e o Senador Rodolpho Tourinho deram uma contribuição importante. Espero que possamos amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizar um diálogo tão profícuo como o que resultou das audiências públicas, quando diversos especialistas trouxeram conhecimento e luz para que possamos avançar. Tenho certeza de que o povo brasileiro aguarda de nós, Senadores e Senadoras, a continuidade desse trabalho exemplar que registrou o Senado nas últimas semanas, inclusive com a votação, finalmente, da reforma judiciária, que significou um grande avanço.

Sr. Presidente, o motivo da minha presença aqui é sobretudo o de lembrar aos Senadores, inclusive à Senadora Heloísa Helena e ao Senador Antonio Carlos Valadares, que é preciso que os trabalhos no Senado continuem avançando.

V. Ex^a se encontra sempre pronta para o trabalho, Senadora Heloísa Helena, e, às vezes, o realiza como se pertencesse a um grande Partido. O PSOL já realiza ações que, por vezes, parecem as de uma grande bancada, sobretudo quando interage tão fortemente com outros Partidos.

Assim, o meu apelo é a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, ao PMDB do Senador Mão Santa, ao PSB do Senador Antonio Carlos Valadares e ao PFL do Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador, V. Ex^a me permite?

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Que coloquemos o Senado para trabalhar tão bem quanto fez nas últimas semanas. Podemos divergir, mas o importante é decidirmos e não simplesmente dizermos: “Agora não brinco mais.”

O Senador Antonio Carlos Magalhães disse que vai até haver um jogo de futebol para tentar melhorar as coisas. Eu sou a favor de jogos de futebol, mas não creio que seja isso o principal.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Cortaram V. Ex^a do time?

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Como eu irei representar o Senado Federal, inclusive o Presidente José Sarney, neste fim de semana e na segunda-feira, perante o Congresso Nacional argentino, em Buenos Aires, em uma palestra, não farei parte do time. De outra maneira, não teria nenhuma objeção a jogar bola com o time que fosse.

Saibam que nunca fui convidado para jogar na Granja do Torto.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Isso é um absurdo! É um absurdo!

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Se porventura for, desta vez não poderei jogar.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Com toda certeza, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a falou sobre o funcionamento do Congresso, o andamento dos trabalhos e a necessidade imperiosa de o Senado retomar o ritmo de oito dias atrás, quando aprovamos em parte a reforma do Judiciário – porque a outra parte voltou para a Câmara dos Deputados. Entretanto, é de bom alvitre que tenhamos em mente que o Senado e a Câmara dos Deputados jamais poderão cumprir o seu papel de forma permanente e coerente se não houver uma reforma da Constituição para que as medidas provisórias sejam extintas, ou para que o seu andamento seja mais rápido no âmbito do Congresso Nacional. Às vezes, não temos nem culpa do que acontece aqui, a não ser a de uma regulamentação errada. Temos a nossa culpa, temos que assumir que a regulamentação das

medidas provisórias foi errada, posto que elas foram criadas para um regime que seria parlamentarista e que se transformou em presidencialista. O resultado está aí: um verdadeiro monstrengão atrapalhando a vida do Legislativo. Precisamos, então, criar uma regulamentação mais compatível com a realidade nacional.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Associo-me ao apelo de V. Ex^a e os dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Efraim Moraes, no sentido de que possa o Presidente Lula evitar ao máximo a edição de medidas provisórias. Tenho a convicção de que inclusive a Oposição terá mais boa vontade para apreciar rapidamente as medidas legislativas via projeto de lei. Então, acredito que possa haver até o entendimento do Governo com a Oposição no sentido de passarmos a usar muito mais de projetos de lei do que de medidas provisórias, mediante o compromisso de procedermos sempre à rápida tramitação dos projetos de lei. Sempre que isso for possível, considero extremamente adequado que entendimento nessa direção possa ser realizado.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– V. Ex^a tem inteira razão. Poderemos reduzi-las em 95% no que diz respeito à relevância e à urgência, que elas não têm.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Obrigado.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL – AL) – Meu querido companheiro, Senador Eduardo Suplicy, sabe V. Ex^a que aprendi muito nesta Casa nesses anos em que aqui estou. Algumas vezes, aprendi pela tristeza; outras vezes, pela alegria ou pela discordância, pela convergência de concepções. Por mais que cada um dos Senadores desta Casa, de alguma forma, tenha me ensinado lições perversas ou maravilhosas, as duas pessoas com quem mais aprendi – tenho a Senadora Marina Silva como minha irmã de coração – foram, primeiro, o Senador Lauro Campos, que me ensinou muito pela convicção ideológica. Cada vez que via o Senador nesta tribuna, a mesma que V. Ex^a ocupa neste momento, constatava que sua convicção ideológica, Senadores Mão Santa e Efraim, era imensa! Ele, que já estava com mais de 70 anos de idade, sofria com diabetes e problemas cardíacos, enfermidades que lhe retiravam, dia a dia, um pouquinho da sua vida e da sua plenitude, tinha uma convicção ideológica tamanha que me sentia na obrigatoriedade – e o fazia com alegria – de cada um dos dias repetir a firmeza ideológica. E, segundo, com V. Ex^a, com quem aprendi a essência da democracia nesta Casa. Já disse aqui publicamente, já disse para a sua querida companheira Mônica que

V. Ex^a sempre nos ensinou a essência do respeito. Em muitos momentos, quando eu era Líder da oposição ao Governo Fernando Henrique e V. Ex^a achava que eu estava sendo injusta com algum parlamentar, mesmo que esse parlamentar fizesse parte da Bancada de Governo, V. Ex^a, com serenidade, conversava, pedindo que revissemos algum posicionamento. Tenho um respeito gigantesco por V. Ex^a, uma das poucas pessoas de quem, representando o Governo, aceito sem a irritação que naturalmente tenho quando o Governo vem aqui reproduzir essa cantilena enfadonha e mentirosa de querer que a Casa funcione de alguma forma. Aliás, a metodologia aplicada pelo Governo Lula reproduz a medíocre metodologia do Governo Fernando Henrique Cardoso, de tentar garantir agilidade na Casa não pelo conteúdo programático ou ideológico ou pelo conteúdo dos projetos, mas pela compra de um ou outro parlamentar, pela liberação de emendas, pela agilização dos dados do Siafi. Isso é muito feio. É feio também o Governo assumir isto perante os meios de comunicação: a promiscuidade que existe entre o Palácio e o Congresso Nacional. Esse tipo de metodologia, de agilizar trabalho pela promiscuidade, liberando emenda ou entregando cargo, prestígio e poder, é algo tão vexatório que não aprimora sequer a democracia representativa. Entretanto, sei que o apelo de V. Ex^a é sincero e preocupado. Sei que V. Ex^a conhece muito bem todas as pessoas nesta Casa, conhece as pessoas que vão para a derrota todos os dias, defendendo suas posições. Então, em função de ser V. Ex^a a fazer esse apelo, por mais que tenha parecido, não estou irritada neste aparte. Saiba V. Ex^a do respeito, do carinho, do amor de irmã que lhe tenho e do quanto torço e fico alegre pela felicidade que V. Ex^a hoje vive, inclusive na vida pessoal, que, tenha a certeza, contamina a todas as pessoas nesta Casa, que sabem do homem digno, honrado, democrata que é V. Ex^a. Excedi-me no aparte talvez pela minha natureza, mas não consigo deixar de fazer a crítica a essa metodologia perversa, esnobe, elitista, desqualificada. Isso não existe, Senador Ney Suassuna. É muito feio para um Congresso Nacional agilizar votação conforme recebe. A emenda, se é constitucional, se está dentro da ordem jurídica vigente, está tudo muito bem, deve ser liberada ou trancada de vez. Mas liberar conforme o Parlamentar se comporta, na base de bajulação, fica realmente muito feio. Melhor se o apelo vier de V. Ex^a, que sabe quem está na Casa, que se sente, às vezes, um cretino ou uma cretina por defender determinadas concepções programáticas e ideológicas, mesmo sabendo que a realidade implacável diz “não”, que só legitima vigarice e demagogia. Mesmo assim, sabe V.

Ex^a e nós que estamos aqui bradando legitimidade ao Senado, que aceitamos o apelo de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senadora Heloísa Helena, a V. Ex^a pelas ponderações. V. Ex^a, como eu, sempre agiu de maneira a nunca relacionar seja a liberação de emendas, seja designação de pessoas aqui ou acolá, com o ato de votar matérias.

Acredito, Senadora Heloísa Helena, que o Senado, o Congresso Nacional, estará muito mais saudável, terá avançado muito mais no dia em que cada Deputado Federal, cada Senador, votar aquilo que avalia ser o melhor no conteúdo do projeto e não pelo fato de ter sido designado A ou B em determinado Ministério ou por estar liberada alguma emenda de interesse de um Parlamentar. Essa é a recomendação que faço ao Governo do Presidente Lula, que apóio, e a todo e qualquer governo e a cada Parlamentar.

As ponderações de V. Ex^a me fazem lembrar de um episódio e do diálogo que mantive hoje com o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias de Souza, a respeito de uma pessoa do Governo, afastada na última sexta-feira.

Sr. Presidente, quero concluir a minha fala, referindo-me à Sr^a Ana Maria Medeiros da Fonseca – Senador Sibá Machado, garantirei o direito de fala a V. Ex^a –, que apresentou sua tese de Doutoramento na Universidade de São Paulo. Por alguns anos, ela estudou a matéria: “O debate sobre a renda mínima e os problemas de renda mínima em 2000”. Por ser uma pessoa interessada nesse assunto, fui convidado para estar na Banca de Tese. Nessa oportunidade, reconhecemos nela um trabalho de excelente qualidade. Sugeri, então, que ela fizesse parte da equipe de governo que então estava se formando da candidata Marta Suplicy na Prefeitura de São Paulo. Após, eleita a Prefeita, Ana Fonseca foi designada, dada a sua capacidade, para coordenar o Programa Renda Mínima em São Paulo, juntamente ao Secretário Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, Márcio Pochmann. O trabalho se desenvolveu de maneira exemplar, com São Paulo implementando o melhor e mais significativo programa, atingindo, em três anos, mais de 270 mil famílias, com o seu desenho mais generoso.

Exatamente, por sua capacidade, Antonio Palocci, designado, em meados de dezembro de 2002, como Coordenador do Programa de Transição, convidou Ana Fonseca para participar do diagnóstico de Governo. Foi ela própria, naquele momento, que, no seu relatório, colocou a sugestão de unificar e racionalizar os Programas de Transferência de Renda. Por essa razão, Presidente Lula, em outubro de 2003, a

designou Secretária Executiva do Bolsa-Família, recentemente instituído.

Por essa razão, Patrus Ananias, designado Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, diante da unificação da Secretaria de Combate à Fome com o Ministério de Ação Social, nomeou Ana Fonseca para ser a Secretária Executiva. Algo não deu tão certo para que houvesse harmonia das duas pessoas.

Mas, transmito aqui o que disse pessoalmente ao Ministro Patrus Ananias: que consiga achar uma pessoa para Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social que conheça tão bem e que se dedique com tanto amor ao Programa Bolsa-Família, ao objetivo do Fome Zero, ao programa de erradicar a pobreza absoluta no Brasil como Ana Fonseca estava se dedicando.

Respeito a decisão tomada por S. Ex^a, mas presto a minha homenagem a Ana Fonseca pelo seu trabalho, que sempre avaliei como positivo.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Sibá Machado, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Augusto Botelho e Antonio Carlos Valadares, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, venho hoje à tribuna, em primeiro lugar, para saudar com muita alegria os entendimentos que houve entre o governo brasileiro e o governo alemão a respeito do futuro do acordo nuclear realizado, ainda em 1975, entre esses dois países.

O contrato, que tem duração de 30 anos, se encerra no próximo ano.

A notícia da **Gazeta Mercantil** de hoje trata dos entendimentos entre os Ministros das Relações Exteriores da Alemanha e do Brasil e a visão que o governo brasileiro está tendo do sucesso desse novo contrato que será realizado.

A matéria coloca que o Brasil aceitou encerrar o acordo quando ele expirar, no final do ano, e convertê-lo em um novo pacto de cooperação para a produção de outras fontes de energia mais limpas, no caso a solar, a eólica, a de biodiesel, com o uso de etanol, nossa cana-de-açúcar, e outras fontes de álcool. E principalmente abrindo a possibilidade para a pequena produção familiar brasileira participar desse tipo de investimento.

O Ministro Celso Amorim admite, ainda, que o País ganhou duas vezes com esse contrato. Em primeiro lugar, o Brasil acaba de se tornar autônomo em tecnologia para enriquecimento de urânia. Ou seja, não dependerá mais desse tipo de cooperação. Em segundo lugar, com relação à cooperação em energias renováveis, energia limpa propriamente dita, o País tem condições suficientes de se tornar não apenas autosuficiente, mas de vender esse tipo de energia para a Europa, principalmente para a Alemanha.

Outro assunto que gostaria de tratar, Sr. Presidente, é com relação às queimadas na região Amazônica, principalmente no que diz respeito ao meu Estado. Criou-se a imagem de que o Estado do Acre contribui com o drama vivenciado pela população, que todos os anos, no "verão amazônico", é obrigada a respirar a insalubre fumaça que emana das queimadas. O céu cinzento que encobre o Estado é, aos olhos de muitos, prova suficientemente robusta para culpar o meu Estado por esse grave problema ambiental, pois afinal, como diz o ditado, onde há fumaça, há fogo.

Ocorre que essa imagem é equivocada e injusta. Definitivamente, o Acre não merece receber a pecha de ser um Estado poluidor. É preciso, Sr. Presidente, restaurar a verdade e fazer justiça ao povo acreano, que é, nessa história, a principal vítima.

Apenas uma pequena parcela da nociva fumaça das queimadas que costuma encobrir o céu do Acre tem origem no próprio Estado. Noventa e nove por cento da poluição vêm de fontes externas, principalmente de queimadas na Bolívia, que é um país limítrofe, no Mato Grosso e em Rondônia.

A imagem que faz justiça ao Acre, Sr. Presidente, é a de ser o "fumante passivo da Amazônia", conforme bem assinalou o Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), Dr. Edegard de Deus.

Já não há mais lugar para a polêmica sobre a fonte de fumaça que atormenta a vida dos acreanos.

Desde 1999, estudos detalhados, que foram realizados por uma equipe internacional, composta pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), pela Universidade de Wisconsin, pela Universidade Federal Fluminense e pelo Centro de Pesquisa de Woods Hole, determinaram que grandes incêndios florestais perto da cidade de Santa Cruz, Bolívia, produziram uma parte significativa de fumaça que foi transportada por mais de mil quilômetros, atingindo a cidade de Rio Branco, capital do Acre.

Além disso, sabe-se hoje que a depressão formada pela Cordilheira dos Andes e o Planalto Central forma um corredor climático natural que favorece a entrada das massas polares na região, conduzindo a

fumaça oriunda de queimadas de Mato Grosso, Rondônia e norte da Bolívia para o Estado do Acre.

Mais recentemente, o documento intitulado "Excesso de Fumaça no Acre vem de outros Estados e da Bolívia" demonstrou, de forma cabal, ser ínfima a contribuição do Acre nas queimadas que ocorrem na região amazônica. Os dados obtidos junto ao Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos do INPE comprovam ser o Acre responsável por menos de um por cento dos focos de calor detectados pelos satélites.

Notem, Srs. Senadores, que dos 32.498 focos de calor detectados, o Acre só registrou 216.

E tem mais, os dados das duas primeiras semanas de setembro deste ano indicam que o Estado de Mato Grosso teve 50 vezes mais focos de calor do que o Estado do Acre. Rondônia apresentou um crescimento de quinze vezes. Os bolivianos também contribuem para o problema. No período de 1º a 14 de setembro do corrente ano, a soma dos focos de calor em Santa Cruz foi cerca de 25 vezes maior do que os do Acre.

Não quero dizer com isso que a fumaça produzida no Acre seja desprezível, pois mesmo com um número relativamente muito menor de queimadas elas se constituem em importante fonte de poluição para o Estado, porque emanam gases com maior concentração de agentes nocivos, justamente por estarem mais próximas.

Essas informações demonstram que o problema das queimadas e da fumaça, que todos os anos acaba por afetar o Estado do Acre, somente será resolvido a partir da ação integrada de todos os povos e entes que atuam naquela Região.

Sr. Presidente, o que os estudos científicos e as imagens dos satélites demonstram é, sobretudo, que o Acre não merece a alcunha de ser um Estado poluidor.

Nesse sentido, faço esse registro. E saúdo o brilhante trabalho dos órgãos ambientais do Governo Federal e do meu Estado, por estarem imbuídos no sentido de evitar ao máximo que essa situação continue crescendo naquela Região.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo pela tolerância do tempo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

"Um pacto de cooperação entre Brasil e Alemanha."

entrevista coletiva, Corrêa disse fase de construção, a Termoaçu.

FONTES ALTERNATIVAS DOCUMENTO A QUE SE REFERIU

Um pacto de cooperação entre Brasil e Alemanha

Reuters
de Brasília

O programa nuclear brasileiro perdeu seu aliado mais tradicional, a Alemanha, que anunciou o fim de 30 anos de parceria e propôs ao Brasil que se concentre na exploração de recursos energéticos renováveis. O custo e a segurança do programa nuclear brasileiro despertam preocupações internacionais, especialmente depois que inspetores da Organização das Nações Unidas (ONU) tiveram acesso restrito à instalação nuclear de Resende (RJ), já que o Brasil teme espionagem industrial.

Dante da pressão do Partido Verde, ao qual é filiado, o ministro alemão das Relações Exteriores, Joschka Fischer, disse que o acordo nuclear brasileiro era incompatível com a meta alemã de se livrar da energia atômica até 2025. "Na Alemanha temos uma política de abandonar gradualmente a energia nuclear, e isto está avançando para as nossas relações internacionais", disse Fischer a jornalistas visita a Brasília na semana passada.

O Brasil aceitou encerrar o acordo quando ele expirar, no final do ano, e convertê-lo em um pacto de cooperação para a produção de

energia solar, eólica, com etanol, biodiesel e outras fontes, segundo diplomatas brasileiros. Mas, de acordo com o chanceler Celso Amorim, o Brasil não pretende abandonar a energia nuclear -- pelo contrário. O país busca empresas que invistam para completar a construção da usina de Angra-3, parada há 30 anos. Também é possível que seja ampliada a produção de combustível nuclear para uso doméstico. "O Brasil tem planos concretos para continuar usando a energia nuclear", disse Amorim.

O acordo nuclear entre Brasil e Alemanha começou em 1975, com a perspectiva da construção de oito usinas. Devido aos custos elevados e às crises econômicas recorrentes, só duas delas saíram do papel.

O Brasil recebe 90% da sua energia de usinas hidrelétricas, mas analistas calculam que seria preciso triplicar a produção para que o país chegue a ser uma potência econômica.

Amorim minimizou o fim do acordo nuclear com a Alemanha, dizendo que ele cumpriu seus objetivos. "Nosso programa de enriquecimento de urânio é totalmente autônomo, não depende desta cooperação externa", afirmou.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.463, DE 2004

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento nº 1.374, de 2004, aprovado no dia 11 do corrente, no qual fui autorizado, em nome da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a buscar a repatriação dos brasileiros que se encontram nas prisões americanas, requeiro, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, e do art. 4º, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a prorrogação do prazo para desempenho da referida para o período de 25-11-2004 a 9-12-2004, conforme o disposto no Ofício nº 602/2004-GSMC, dirigido a Vossa Excelência.

Informo que estarei ausente do País no período de 24-11-2004 a 10-12-2004.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2004.

– Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.464 DE 2004

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por V. Ex^a para participar da Décima Conferência das Partes (COP-10) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Buenos Aires, Argentina, requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho da referida missão no período de 6 a 17-12-2004.

Informo que estarei ausente do País no período de 5 a 18-12-2004.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2004.

– Senador **Mário Calixto**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Em Votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será Cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como ainda temos alguns segundos desta sessão, aproveito este momento para estranhar essa reunião que o Presidente Lula fez com os Ministros do PT. Em primeiro lugar, foi divulgado que o PT tem 18 ministros no Governo. Sr. Presidente, acho que isso é um recorde e deveria constar no Livro **Guinness** de recordes, pois creio que hoje nenhum partido do mundo ocidental, do mundo democrático tem 18 ministros no Governo. O pior, Sr. Presidente, é que ainda acham pouco e promovem uma reunião, a pedido do Presidente do PT, José Genoíno, para pressionar o Governo a ter mais ministérios ou, ao menos, para participar com os ministérios que já possui. Estranho esse fato.

O Governo vai de mal a pior. Recentemente, tivemos essa questão no Ministério do Desenvolvimento Social. Já estamos com dois anos de Governo, e tal Ministério ainda não conseguiu estruturar-se. Estão sendo demitidos todos os servidores, inclusive a Sr^a Ana Fonseca, cujo trabalho foi elogiado pelo Senador Eduardo Suplicy. Tudo isso está acontecendo somente por razões de natureza política. Enquanto isso, o Programa Fome Zero não acontece, e o povo brasileiro continua igualmente com fome ou com mais fome do que na época do Governo anterior.

Pedi, Sr. Presidente, a compreensão de V. Ex^a para registrar esse fato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a será atendido.

Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, João Ribeiro, João Alberto Souza, Romero Jucá, Renan Calheiros e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, nenhum brasileiro razoavelmente informado pode desconhecer o notável trabalho desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), ao longo das últimas décadas, em favor da agropecuária e do próprio desenvolvimento brasileiro. Seria fastidioso enumerar as conquistas do meio rural que se viabilizaram graças às pesquisas da Embrapa, bastando lembrar que a Região Centro-Oeste, antigamente considerada uma extensa área sem vocação agrícola, tornou-se um grande celeiro,

que abastece o Brasil e significativa parcela do mercado externo.

Em Roraima, não é diferente. Apesar de sua localização, no extremo norte do País, e da distribuição demográfica rarefeita, com muitas comunidades situadas a longas distâncias umas das outras, a Embrapa ali está presente, pesquisando os cultivares mais adequados, desenvolvendo novas técnicas, ao alcance da população mais carente, e melhorando os níveis de produtividade.

Hoje, Sr. Presidente, quero abordar especialmente o trabalho que a Embrapa Roraima vem desenvolvendo junto às comunidades indígenas, que carecem de apoio não só para garantir seu próprio sustento, mas também para melhorar a renda familiar e sua qualidade de vida.

Embora esteja presente em Roraima desde 1980, quando ali instalou um Núcleo de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa intensificou os trabalhos na região nos últimos três anos, quando foram obtidos os resultados de maior relevância. Nesse período, a instituição, entre outras medidas, reorganizou seus recursos humanos e designou uma equipe de profissionais de elevado nível para pesquisar e também transferir tecnologia do seu centro de pesquisa ecorregional.

Em relação ao trabalho com as comunidades indígenas, conforme esclarece o chefe-geral da Embrapa Roraima, Antônio Carlos Centeno Cordeiro, as ações têm sido realizadas em parceria com entidades representativas das aldeias e com órgãos governamentais. Essas parcerias têm o objetivo de desenvolver sistemas de produção diversificados e sustentáveis para aumentar a segurança alimentar e gerar receita com a venda dos excedentes.

Em 2002, a Embrapa já viabilizara, com bons resultados, a implantação de uma área de consórcio comunitário com o plantio de banana, melancia e feijão caupi. A produção excedente de melancia, naquele ano, foi vendida nas comunidades próximas, e os recursos obtidos com a venda foram reinvestidos no programa, permitindo aumentar a área plantada. Além de implantar o consórcio comunitário, a Embrapa promoveu os encontros denominados "ajuri", com a finalidade de levantar as demandas de pesquisa para posterior transferência de tecnologia aos usuários.

No ano passado, a Embrapa promoveu os chamados "dias de campo", quando são ministradas aulas e realizadas demonstrações práticas de técnicas de cultivo. Durante o "Mucurundá Kon" (Nosso Encontro, no dialeto macuxi), pelo menos 200 índios participaram dos dias de campo e de outros eventos, nas comunidades de Barro, São Jorge e Contão, no município de Pacaraima.

Em São Jorge, os pesquisadores abordaram a cultura do feijão caupi. Em Contão, os índios tiveram ensinamentos e treinamento sobre Manejo Alimentar de Bovinos e Cultivo do Milho.

Este ano, Sr. Presidente, diversas atividades têm sido desenvolvidas em parceria com a Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIRR). Na Comunidade do Milho, foi instalada uma unidade de observação de mandioca e uma demonstrativa de feijão caupi; em Truaru, além dessas experiências, houve orientação técnica para plantio de banana e melancia na roça escolar.

Em Boca da Mata, as unidades de observação e demonstrativas abrangeram as culturas de abacaxi, mandioca sem adubação química, feijão caupi sem adubação química e maracujá. Além disso, os pesquisadores orientaram a implantação de uma horta medicinal para o colégio. No Contão, foram ensinadas técnicas de cultivo de mandioca e de feijão caupi.

As equipes da Embrapa atuaram ainda nas comunidades de Maracanã, Ticoça, Leão de Ouro e Comunidade da Anta, tendo, inclusive, distribuído aos índios sementes de feijão caupi. Na Comunidade do Barro, há um ano e meio os pesquisadores orientam os índios no plantio de melancia, banana e maracujá – este, inclusive, graças ao aumento da produção, vem sendo comercializado em forma de polpa.

A Embrapa realizou também unidade demonstrativa de feijão comum (feijão fleixal), para melhorar a produção já existente com inovações nas técnicas de cultivo e adubação orgânica. Esse feijão orgânico vem sendo comercializado na Capital, Boa Vista, propiciando renda e melhoria das condições de vida para as comunidades indígenas.

De acordo com os pesquisadores da Embrapa, a presença de índios de outras comunidades, nos eventos ali realizados, tem permitido que eles atuem como agentes multiplicadores, difundindo ainda mais os conhecimentos e as experiências.

Por tudo isso, Sr. Presidente, quero cumprimentar os pesquisadores, técnicos e demais servidores da Embrapa, na pessoa do seu presidente, Clayton Campanhola, e do chefe da Embrapa Roraima, Antônio Carlos Cordeiro. E quero destacar que, além das comunidades indígenas, a Embrapa vem se esmerando em atender as demais comunidades rurais. O objetivo da Embrapa é fazer dos cultivos referenciais da região verdadeiros agronegócios, sólidos e sustentáveis, como forma de gerar renda e promover a inserção social dos povos indígenas e das famílias rurais de Roraima.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nos últimos meses, o mundo se viu diante

de uma escolha cujas repercussões são planetárias: a eleição presidencial nos Estados Unidos. Claro está que o pré-requisito para participar das eleições norte-americanas é possuir a cidadania daquele país.

Nem por isso, porém, a campanha eleitoral dos Estados Unidos foi acompanhada com menos interesse em outros cantos do mundo, desde brasileiros no interior do meu querido Tocantins até africanos e asiáticos em cyber cafés no Cairo ou em Pequim. A ansiedade por notícias sobre o dia-a-dia da disputa eleitoral se acentuou, é claro, nas últimas semanas de campanha.

A imprensa mundial registrou o grande interesse pelas eleições norte-americanas, mas, na realidade, o fato que gerou tamanho envolvimento – inclusive no Brasil – não nos é de forma alguma estranho. Os Estados Unidos, na condição de hiperpotência solitária, possui influência decisiva em quaisquer aspectos que pensemos abordar: questões militares, econômicas, políticas, sociais e culturais.

Detentor da maior população no continente e de um mercado consumidor que é maior do que todos os países da América somados, fazem com que os rumos políticos dos Estados Unidos interessem, com particular intensidade, aos países de nosso hemisfério, entre eles, obviamente, o Brasil.

Passadas as agitações eleitorais, vemo-nos diante do fato consumado: George W. Bush foi reeleito e será o Presidente dos Estados Unidos por mais quatro anos. O novo mandato, a ele conferido pela maioria do colégio eleitoral, além de uma margem de pouco mais de 3 milhões e setecentos mil eleitores, concede a Bush legitimidade e uma certeza sobre a vontade popular norte-americana que em nenhum momento houve nas eleições do ano 2000.

O resultado inequívoco das urnas deu margem, bem sabemos, a alívio para alguns, mas também a inúmeros desapontamentos, manifestados, por exemplo, nas primeiras páginas e em editoriais de renomados periódicos europeus.

As razões para tal desânimo são conhecidas, mas sua complexidade faz com que deixemos sua análise para outra ocasião, visto que não dispomos de tempo suficiente para abordá-las com a profundidade necessária.

Feitas essas ressalvas, chego ao ponto principal deste discurso, com as inevitáveis perguntas em relação ao Brasil: teria sido melhor para nós a eleição de John Kerry? Podemos esperar tempos ainda mais difíceis nesses próximos 4 anos de mandato republicano?

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, responder a essas perguntas implica, no mínimo, em vasculharmos as relações bilaterais Brasil – Estados Unidos no

passado mais recente, para apurarmos os prós e os contras da continuidade das linhas mestras que têm norteado o governo republicano sob a liderança de George W. Bush.

Preliminarmente, é relevante ressaltar que a visível empatia que há entre os Chefes de Estado do Brasil e dos Estados Unidos, a despeito de trajetórias e estilos de vida absolutamente diferentes, é um patrimônio que não pode ser desprezado.

Aliás, essa afinidade e a disposição para o trabalho em conjunto ficaram evidenciadas já na primeira visita de trabalho a Washington, realizada em 10 de dezembro de 2002, quando o líder da maior potência mundial encontrou o então Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

A reunião de cúpula realizada em 20 de junho de 2003, com a ida à capital norte-americana do Presidente Lula e uma comitiva de 10 Ministros de Estado, deixaram claro o patamar elevado em que se encontra o relacionamento bilateral, fruto de parceria madura, baseada na reciprocidade e no respeito mútuo.

Aliás, o respeito ao posicionamento político brasileiro que a Casa Branca demonstrou ter durante todo o Governo Bush permite-nos inferir que nossos inúmeros interesses em comum jamais serão afetados por discordâncias pontuais, ainda que profundas. Para ilustrar o que acabo de dizer, vale lembrar que a visita de Lula a Washington foi a primeira de um Chefe de Estado que se havia oposto oficialmente contra a guerra do Iraque.

Nossas diferenças não param por aí: os Estados Unidos foram inicialmente contra a formação do 'Grupo de Amigos da Venezuela', liderado pelo Brasil e destinado a solucionar de forma pacífica e democrática o conflito político criado pelos opositores de Hugo Chávez.

O êxito dessa iniciativa mereceu, posteriormente, elogios e posterior apoio por parte da diplomacia norte-americana. Por sua vez, no plano comercial não faltam disputas com os Estados Unidos, inclusive no âmbito da OMC.

Porém, é preciso ter bem claro, Sr. Presidente, que as diferenças que acabo de apontar são, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, a prova cabal da intensidade de nossos interesses. Manifestar discordâncias de forma franca, direta, só é viável no contexto de relacionamentos maduros, consolidados, a partir do momento em que ninguém mais duvida que um país é indispensável para o outro.

Esse é o caso do Brasil e dos Estados Unidos. Se a interseção de interesses em comum é muito grande, é claro que haverá conflitos. Será que o fato de a Inglaterra possuir uma lista imensurável de contenciosos

comerciais com os Estados Unidos faz dela uma nação inimiga? Ou, ao contrário, demonstra a necessidade de tê-la como fortíssima aliada?

A continuidade de George W. Bush à frente dos Estados Unidos, somada ao capital político internacional conquistado pelo Presidente Lula, permitem-nos almejar renovadas possibilidades na criação de uma Área de Livre Comércio das Américas. Mas uma área de livre comércio equilibrada, que conte com as evidentes assimetrias que há entre a América do Norte e a América Latina.

O comércio aproxima os povos, faz-nos ver que somos, de fato, interdependentes. Mas o comércio deve ser livre, isto é, deve estar expurgado de subsídios, cotas e barreiras que escamoteiam o mais puro protecionismo. É isso o que queremos, e estou certo de que é isso o que os Estados Unidos também buscam. Nesse sentido, nossa tradição multilateralista reforçará o entendimento mútuo e a busca de soluções satisfatórias e democráticas.

O pragmatismo que tem pautado o diálogo governamental Brasil – Estados Unidos, sem deixar que diferenças ideológicas interfiram em nossa imensa agenda em comum, é um alento para os empreendedores privados. O momento é mais que propício para o empresariado brasileiro estreitar os laços com o maior mercado mundial.

Aliás, como afirmou recentemente a ex-Embaixadora dos Estados Unidos Donna Hrinak, se as alianças entre setores da economia forem suficientemente fortes, não há nacionalismo ou protecionismo que resista. Ilustra esse ponto, Srs e Srs. Senadores, a venda de jatos da Embraer para o Pentágono na hipersensível área da segurança nacional norte-americana.

Nesse contexto, nosso Embaixador em Washington, Roberto Abdennur, alerta que o empresariado brasileiro poderia aproveitar melhor as brechas tributárias que o mercado norte-americano oferece em vários setores de sua economia. Participamos relativamente pouco em nichos de mercado em que as tarifas de importação norte-americanas são extremamente baixas ou, mesmo, inexistentes. Mais recentemente, Sua Excelência, no artigo “Brasil e EUA: refletir, dialogar e avançar”, publicado pela imprensa nacional, reforça a posição de se trabalhar a parceria com os norte-americanos de maneira mais consistente quando afirma que “Os EUA e o Brasil foram parceiros-chave no acordo sobre a moldura das negociações da Rodada Doha, e continuaremos a trabalhar juntos para uma reforma efetiva dos mercados agrícolas internacionais, em especial com vistas ao corte dos inaceitáveis subsídios bilionários concedidos pelos países ricos.”

Enquanto isso, continuamos a lutar – tanto em âmbito regional quanto na esfera global, na OMC – pelo fim dos pesados subsídios que incidem sobre produtos considerados sensíveis pelos poderosos lobbies norte-americanos.

O atual Embaixador dos Estados Unidos, John Danilovich, destacou com muita propriedade, em artigo intitulado “Vitórias da democracia”, publicado na Folha de São Paulo no último dia 14 deste mês, que, “passadas as eleições, Estados Unidos e Brasil já podem voltar a atenção aos objetivos comuns que traçamos para nossos países”. Destacou o Embaixador que “temos uma agenda bilateral ambiciosa e produtiva que abrange negociações de comércio nos âmbitos mundial e regional, cooperação para combate à Aids, segurança da região e iniciativas para aliviar a fome”.

Essa postura construtiva do Governo Bush para com nosso País, refletida nas palavras de seu Embaixador no Brasil, me traz uma boa dose de otimismo, Sr. Presidente. Até porque o que tem norteado a política externa do Governo Lula é um pragmatismo lúcido, que, ao mesmo tempo em que não abre mão de suas convicções políticas, é capaz de se mostrar aberto ao diálogo e ao entendimento mútuo, é preciso reconhecer.

Portanto, intensificarmos a cooperação e o comércio em bases eqüitativas significa ensaiarmos os primeiros passos rumo à diminuição da pobreza, da insegurança e do desequilíbrio social, fontes primárias de tantas guerras internas e externas. O Presidente Lula e o Presidente Bush sabem disso.

É por tais razões que devemos buscar um entrosamento cada vez mais forte entre as duas maiores democracias do hemisfério ocidental para que se aperfeiçoe, ainda mais, esse relacionamento que promete ganhos substanciais para ambas as partes.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado!

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, falar das rodovias nacionais, do seu estado de conservação, de suas condições de trafegabilidade tornou-se, na verdade, uma tautologia. Todos sabemos e conhecemos a situação desse setor. Inúmeras vezes e muitíssimos parlamentares já ocuparam esta Tribuna para alertar as autoridades sobre a situação das rodovias e pedir providências para corrigir, para consertar, para evitar prejuízos maiores, seja para os meios que trafegam, seja para os produtores e as indústrias que necessitam das rodovias para terem seus produtos transportados com segurança até aos consumidores.

A situação, no entanto, em grande parte permanece sem providências, obviamente com desgastes e danos cada vez maiores. Nesta fala, quero referir-me, de modo particular, à BR-316, que corre no Pará e no Maranhão, especialmente o trecho entre o povoado Zé Chicão e o município de Santa Luzia do Paruá, na microrregião de Pindaré, no Estado do Maranhão.

O estado em que se encontra a rodovia nesse trecho, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, é indescritível, deplorável. Rodar no leito asfáltico é impossível. Animais de carga que costumam analisar o chão com o olhar antes de pisar e andam vagarosamente, talvez consigam chegar a termo, sem peripécias desastrosas, tantas são as bacias. Trafegar no acostamento também se tornou inviável e temerário, pois o próprio acostamento afundou, desmoronou, inclicou-se para fora, para as margens, eliminando toda e qualquer possibilidade de segurança, por mínima que seja.

Segundo a Associação dos Criadores do Estado do Maranhão, essa rodovia deverá ser interditada proximamente, com a chegada do período das chuvas, caso não haja uma intervenção imediata e decisiva do Ministério dos Transportes.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, faço um apelo veemente ao Governo Federal, para que determine ao seu Ministério dos Transportes interveniência urgente, para recuperar a rodovia 316. Essa recuperação não é apenas do interesse dos produtores da região, nem só do Estado do Maranhão, mas de todo o País, pois a infra-estrutura econômica em boas condições é a que impulsiona e sustenta o desenvolvimento.

Muito Obrigado!

Senador **João Alberto Souza**.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, chegou às minhas mãos, há alguns dias, o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2003, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ouso dizer que a importância do Relatório não se dá exatamente pelo ineditismo de suas reflexões, mas pela importância do gesto político de dar voz e legitimidade a aspirações há muito acentuadas pelos países em desenvolvimento.

Com efeito, é lícito afirmar que as conclusões a que chega o Relatório do PNUD estão longe de ser inéditas. O enfoque do Relatório de 2003, que aborda os objetivos do desenvolvimento do milênio, são os desafios que têm impedido a diminuição drástica ou mesmo a erradicação da pobreza no mundo.

Bandeiras como a universalização do ensino, a igualdade entre os sexos e a redução da mortalidade

infantil, há muito, são defendidas por aqueles minimamente preocupados com o tema da desigualdade social, tanto no Brasil como no contexto regional sul-americano.

Por que, então, os velhos desafios insistem em persistir? Por que, apesar de todos os avanços tecnológicos – na cidade e no campo –, a desigualdade não diminui no Brasil e no mundo?

É claro que não existe resposta única a esses questionamentos. Tais perguntas são, evidentemente, refratárias a respostas rápidas e a simplificações grosseiras. O que o Relatório do PNUD faz, e o faz com competência, é apontar caminhos e identificar problemas comuns à grande maioria dos países em desenvolvimento.

No plano interno de cada um dos países, por exemplo, o Relatório aborda o problema da corrupção endêmica e do favoritismo de ordem personalista, que grassam não só nos lugares mais recônditos da África, mas também – e desgraçadamente – em nosso próprio País.

Não é por outro motivo que os noticiários não cessam de denunciar esquemas, laranjas, propinodutos, gafanhotos e demais espécimes abstrusas. É claro que o avanço institucional brasileiro, nesse particular, é evidente, com uma imprensa ativa, um Ministério Público forte, um Legislativo atento. Mas nossos avanços ainda são insuficientes e precisam de nosso esforço diário para frutificarem de modo definitivo em nossa sociedade.

O Relatório aborda, também, o problema representado pelas políticas concentradoras de renda, que mantêm – ou até pioram – a vexaminosa concentração de renda que se verifica em inúmeros países, entre eles o Brasil.

Nesse quesito, aliás, devemos louvar a iniciativa do Presidente Lula de não medir esforços em colocar o combate à fome e à pobreza no centro do debate nacional. Pois de muito pouco valerá o cumprimento estrito do receituário econômico para países em desenvolvimento se, ao cabo de 4 anos de Governo, o índice de desenvolvimento humano do Brasil continuar demonstrando nossa inépcia em combater nossas contradições sociais tão antigas quanto bem conhecidas.

Já no plano externo, o que mais me chamou a atenção no Relatório foi a identificação muito clara de alguns dos problemas que existem no comércio internacional. As políticas comerciais dos países ricos continuam a ser altamente discriminatórias em relação às exportações dos países em desenvolvimento.

As tarifas de importação praticadas por países-membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, um clube de ricos por

excelência, sobre produtos manufaturados provenientes dos países em desenvolvimento, são mais de quatro vezes superiores às que incidem sobre bens manufaturados provenientes dos países membros desse seletíssimo clube.

E isso, Sr. Presidente, para não falar nos absurdos subsídios que os países ricos praticam em relação à produção agrícola. Segundo dados do próprio Relatório, os países ricos gastam a “bagatela” de 300 bilhões de dólares a cada ano para protegerem os privilégios e a ineficiência de seus produtores agrícolas.

Isso significa dizer que os signatários dos mais nobres e elevados documentos da ONU, formulados em nome de uma globalização mais justa e digna, são os mesmos que não hesitam em distorcer, sem dó, as regras mais comezinhas do livre-comércio, principalmente em um setor em que alguns países em desenvolvimento são notoriamente competitivos.

É por isso que a recente vitória do Brasil na questão do algodão, obtida na OMC contra os Estados Unidos, é fundamental: a vitória brasileira transcende as fronteiras nacionais, para sinalizar a todo o mundo as injustiças e as assimetrias promovidas pelos “baluartes” do livre-comércio. Por outras palavras, livre-comércio nos olhos dos outros é refresco, como se pode depreender dos bilhões gastos pela União Européia em sua Política Agrícola Comum.

É por esses motivos que devemos louvar a iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no sentido de congregar – e de divulgar – esforços, medidas e sugestões para o combate à pobreza no mundo.

Quando se discute a criminalidade no Brasil e o terrorismo no mundo, é bom não nos esquecermos de que a pobreza, a fome e a falta de perspectivas são as perigosas ante-salas da violência e do fanatismo religioso. Como, aliás, os dados do Relatório não cessam de reiterar.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sras e Srs. Senadores, economista brasileiro de maior prestígio internacional, com obras traduzidas em meia centena de idiomas, o paraibano de Pombal Celso Monteiro Furtado, de 84 anos, morreu na manhã do sábado, 20 de novembro, em sua residência, no Rio de Janeiro, de um ataque cardíaco.

Participante ativo da eterna peleja teórica que contrapõe os que, como ele, vêem os fatos econômicos como fenômenos sociais e históricos aos que os encaram como manifestações coletivas de comportamentos individuais, Furtado, com saúde frágil há alguns anos, vinha restringindo suas manifestações públicas. Em todas, porém, manteve uma férrea coerência, a mesma

que orientou uma trajetória inigualável de acadêmico e homem público.

Celso Furtado integrou uma geração de economistas latino-americanos de frondosa produção intelectual. Juntamente com o argentino Raúl Prebisch, esteve no centro do laboratório de idéias desenvolvimentistas do qual resultou, no imediato pós-Guerra, a criação da Cepal, o escritório econômico das Nações Unidas para a América Latina.

Fez parte também, na primeira metade dos anos 50, do grupo que desenhou o sistema brasileiro de financiamento ao fomento econômico, cujo ponto de origem foi o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que depois agregou um “S” de social à sigla. Nesta empreitada -- destaque-se -- esteve ao lado de Roberto Campos, outro economista brasileiro ilustre, ainda que de posições políticas e ideológicas opostas às de Furtado.

Celso Furtado foi o idealizador e primeiro dirigente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Para mim, a melhor homenagem que o Congresso pode fazer ao economista é justamente aprovar com celeridade a recriação da Sudene. O projeto já foi votado na Câmara dos Deputados e tramita nas comissões do Senado. Este órgão precisa ser recriado, mas com estruturas modernas e inovadoras, dotadas de mecanismos eficientes de fiscalização e gerência. Por outro lado, é preciso manter uma de suas melhores características: a formação de técnicos competentes.

Ministro do Planejamento de João Goulart, Furtado foi obrigado a exilar-se, em 1964. Fora do país, lecionou na Sorbonne, em Washington e em Cambridge, entre 1964 e 1974, quando voltou ao Brasil. Nessa época, aprofundou suas idéias sobre o caráter estrutural do subdesenvolvimento. Mais tarde, foi ministro da Cultura no governo Sarney, entre 1986 e 1988. Em 1997, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, tendo ocupado a cadeira 11, vaga meses antes com a morte de seu amigo Darci Ribeiro, por um conjunto sólido de escritos sobre desenvolvimento econômico, no qual sobressai o clássico **Formação Econômica do Brasil**.

Em 2003, num movimento que contou com a adesão de mais de 600 economistas de várias partes do mundo e o patrocínio de quatro vencedores do Nobel, além de entidades e instituições internacionais, foi lançada a candidatura de Furtado ao Prêmio Nobel de Economia. O brasileiro, o primeiro a disputar a indicação, infelizmente, não foi escolhido.

O resultado da hegemonia de um pensamento econômico tecnocrático e sem compaixão humana – da qual Celso Furtado encontrava-se a anos-luz de distância – é que, apesar do progresso tecnológico

e material, tem aumentado e já supera a marca de 2 bilhões o exército de seres humanos na face da Terra condenados a sobreviver com menos de US\$2 por dia. Na América Latina, especificamente, abaixo dessa linha de pobreza encontram-se hoje mais de 130 milhões de pessoas - cerca de um terço do total e 10 milhões a mais do que em 1990.

Com a morte de Celso Furtado, o Brasil perde seu mais destacado e influente economista, intelectual de envergadura e homem público que dedicou a vida ao progresso do país. Teoria e prática foram dimensões indissociáveis em sua trajetória, que se entrelaçou com momentos fundamentais da história brasileira no século 20.

Seus esforços se concentraram na tentativa de compreender as razões do atraso social e econômico do país e de formular diretrizes para superá-lo. Na concepção de Furtado, o desenvolvimento não é um processo natural e espontâneo que decorre da dinâmica dos mercados, mas um projeto social a ser planejado e impulsionado por meio de ações racionais do Estado.

O desenvolvimento não se confunde com o mero crescimento da economia e encerra, segundo suas palavras, uma "dimensão política incontornável". As idéias do economista, que exerceram forte influência interna e lhe conferiram prestígio internacional, começaram a ser afastadas da cena política oficial a partir de 1964.

A crise do Estado, o descontrole inflacionário e a ascensão de propostas liberais num cenário internacional marcado por profundas mudanças acabaram relegando Furtado e suas proposições a um passado que, embora meritório, na visão de seus críticos não mais conteria respostas para os problemas do país.

É uma avaliação, no entanto, que o tempo não parece de todo sancionar. Se o modelo econômico daquele Brasil está vencido, não há dúvida de que as preocupações que animaram Furtado permanecem presentes, pois os seus adversários teóricos não foram capazes de oferecer soluções para o baixo crescimento econômico e as dramáticas assimetrias sociais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores: nesta oportunidade, gostaria de registrar a importante presença, hoje, do Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, no meu Estado de Roraima.

Trata-se de visita de especial interesse para a população de Roraima. Por ocasião desta visita, serão assinados diversos convênios visando o reaparelhamento das polícias Civil e Militar. Além disso, na pauta

do Ministro, consta um reforço adicional para a Campanha do Desarmamento e conversações em torno da polêmica demarcação da Raposa/Serra do Sol.

Segundo nos informa o Jornal Fonte Brasil, a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Militar investirão num curto prazo R\$8.307.202,00. A maior parte – exatos R\$5.627.758,83 – serão provenientes de convênios com a União. O Ministério da Justiça, através da Senasp, disponibilizou outros R\$2.054.470,00 para compra direta. O Governo de Roraima entrará com uma contrapartida de R\$624.973,18. O secretário de Segurança Pública, coronel João Batista Fagundes, declarou ontem que o dinheiro dará um novo gás às polícias Civil e Militar. Os recursos podem ser aplicados ao longo dos próximos dois anos.

Thomaz Bastos participa de reunião para tratar da Campanha Nacional de Desarmamento, no Palácio Hélio Campos, com o governador Ottomar Pinto (PTB), organismos de segurança (Polícia Militar, Política Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Bombeiros), entidades representativas de Igrejas, OAB e ONGs.

Logo em seguida, o ministro assinará convênios do Sistema Único de Segurança Pública, oportunizador de liberação de recursos ao Estado. Ottomar Pinto pretende aplicá-los com rapidez na aquisição de mais armamento e viaturas, no treinamento de policiais e em reforça de delegacias.

No início de dezembro, como resultado de acordo para compra direta, o Governo do Estado receberá 63 veículos da Senasp. São 12 motos Honda XR 250 Tornado e 21 Parati para a Polícia Militar, enquanto que a Polícia Civil terá a sua estrutura reforçada com 30 Chevrolet Classic.

Deve ganhar destaque, também, o tema da demarcação da Raposa/Serra do Sol. Esta demarcação, conforme já tivemos oportunidade de nos manifestar por diversas vezes dessa Tribuna, nos preocupa muito, pois durante inspeção na reserva, em junho do ano passado, Thomaz Bastos garantiu que tinha vindo com um 'papel em branco na mão para ouvir toda a sociedade'. Apesar de ter, na oportunidade, verificado posições divergentes entre os índios da região, o ministro declarou que a reserva seria homologada em área única com 1,786 milhão de hectares, como defende a maioria das ONGs internacionais e o CIMI.

Sr. Presidente, a visita do Ministro da Justiça é de grande relevo para o Estado de Roraima, sobremodo porque privilegia a segurança pública. Porém, espero que esta visita sirva, também, para que o Ministro Márcio Thomas Bastos, se convença, definitivamente, da inconveniência da demarcação contínua da reserva Raposa/Serra do Sol.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Srs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999 (Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.274, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Waldeck Ornelas, favorável com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002 (Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)*.

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2003 (Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, tendo

como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios*.

Parecer sob nº 549, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2003 (Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2000 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000)

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual*.

Parecer sob nº 103, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável à matéria e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000, que tramitam em conjunto.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, DE 1999 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que imprime força

cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2000**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 22, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Pedro Simon, que dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal. (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais).

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 81, DE 2003**

Quarta sessão discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.

Parecer favorável, sob nº 270, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2001 (nº 1.071/99, na Casa de origem), que dispõe sobre normas gerais para celebração de consórcios públicos, nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 1997.

Parecer sob nº 1.383, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2003 (nº 6.057/2002, na Casa de origem), que denomina "Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha – MG – Carlos Drummond de Andrade" o aeroporto da cidade de Belo Horizonte – MG.

Parecer favorável, sob nº 101, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senador Aelton Freitas.

13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. (Apropriação indébita contra associação ou fundação).

Parecer sob nº 1.693, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favo-

rável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

14

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 35, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senhores Senadores, que altera o Regimento Interno do Senado Federal criando a Comissão de Desenvolvimento Regional.

Pareceres sob nºs 1.728 e 1.729, de 2004, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

- Diretora, Relator: Senador Alberto Silva, favorável, com a Emenda nº 3 –CDIR (Substitutivo), que oferece.

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 27, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do sistema brasileiro de poupança e empréstimo (SBPE) e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.794, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição, com voto contrário do Senador César Borges, e em separado, do Senador Paulo Octávio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 34 minutos.)

ATA DA 171^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1995
(Publicada no DSF de 19 de outubro de 1995)

RETIFICAÇÃO

Nas páginas 01223 a 01224, segunda e primeira colunas respectivamente, na lista nominal de votação da Emenda nº 2, da Senadora Júnia Marise, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1995, que “altera o § 1º do art. 177 da Constituição Federal,

Onde se lê:

VOTARAM SIM OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Carlos Valadares –
Benedita da Silva – Bernardo Cabral – Darcy Ribeiro
– Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Ermândes
Amorim – Josaphat Marinho – José Dutra – Junia
Marise – Lauro Campos – Marina Silva – Pedro Si-
mon – Roberto Freire – Roberto Requião – Sebas-
tião Rocha.

VOTARAM NÃO OS SRS. SENADORES:

Antônio Carlos Magalhães – Artur da Tavola –
Bello Parga – Beni Veras – Carlos Bezerra – Couti-
nho Jorge – Edison Lobão – Elcio Alvares – Epitácio
Cafeteira – Esperidião Amin – Fernando Bezerra –
Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto –
Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda –
Guilherme Palmeira – Humberto Lucena – Iris Re-
zende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João
França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pi-
nheiro – José Agripino – José Alves – José Arruda –
José Bianco – José Fogaça – José Inácio – Júlio
Campos – Levy Dias – Lucídio Portella – Lucio Al-
cântara – Lúdio Coelho – Luiz Alberto – Marluce Pin-
to – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna
– Odacir Soares – Osmar Dias – Pedro Piva – Ra-
mez Tebet – Renan Calheiros – Romero Jucá – Ro-
meu Tuma – Ronaldo C. Lima – Sérgio Machado –
Teotônio Vilela – Valmir Campelo – Vilson Kleinü-
bing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram
Sim 17 Srs. Senadores; e Não 56.

Não houve abstenções.

total: 73 votos

A emenda foi rejeitada.

Leia-se:

EMENDA NO. 02. A PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO NO. 39, DE 1995

SIM	17
ABSTENÇÃO	0
NÃO	56
TOTAL	73

NOMES:

ADEMIR ANDRADE	S		
A CARLOS MAGALHÃES	N		
A CARLOS VALADARES	S	JOSE DUTRA	S
ARTUR DA TAVOLA	N	JOSE FOGACA	N
BELLO PARGA	N	JOSE IGNACIO	N
BENEDITA DA SILVA	S	JULIO CAMPOS	N
BENI VERAS	N	JUNIA MARISE	S
BERNARDO CABRAL	S	LAURO CAMPOS	S
CARLOS BEZERRA	N	LEVY DIAS	N
COUTINHO JORGE	N	LUCIDIO PORTELLA	N
DARCY RIBEIRO	S	LUCIO ALCANTARA	N
EDISON LOBAO	N	LUDIO COELHO	N
EDUARDO SUPLICY	S	LUTZ ALBERTO	N
ELCIO ALVARES	N	MARINA SILVA	S
EMILIA FERNANDES	S	MARLUCE PINTO	N
EPITACIO CAFETEIRA	N	MAURO MIRANDA	N
ERNANDES AMORIM	S	NABOR JUNIOR	N
ESPERIDIÃO AMIN	N	NEY SUASSUNA	N
FERNANDO BEZERRA	N	ODACIR SOARES	N
FLAVIANO MELO	N	OSMAR DIAS	N
FRANCELINO PEREIRA	N	PEDRO PIVA	N
FREITAS NETO	N	PEDRO SIMON	S
GERALDO MELO	N	RAMEZ TEbet	N
GERSON CAMATA	N	RENAN CALHEIROS	N
GILBERTO MIRANDA	N	ROBERTO FREIRE	S
GUILHERME PALMEIRA	N	ROBERTO REQUIAO	S
HUGO NAPOLEAO	N	ROMERO JUCA	N
HUMBERTO LUCENA	N	ROMEU TUMA	N
IRIS REZENDE	N	RONALDO C. LIMA	N
JADER BARBALHO	N	SEBASTIAO ROCHA	S
JEFFERSON PERES	N	SERGIO MACHADO	N
JOAO FRANCA	N	TEOTONIO VILELA	N
JOAO ROCHA	N	VALMIR CAMPELO	N
JOEL DE HOLLANDA	N	VILSON KLEINUBING	N
JONAS PINHEIRO	N	WALDECK ORNELAS	N
JOSAPHAT MARINHO	S		
JOSE AGRIPIINO	N		
JOSE ALVES	N		
JOSE ARRUDA	N		
JOSE BIANCO	N		

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram

Sim 17 Srs. Senadores; e Não 56.

Não houve abstenções.

total: 73 votos

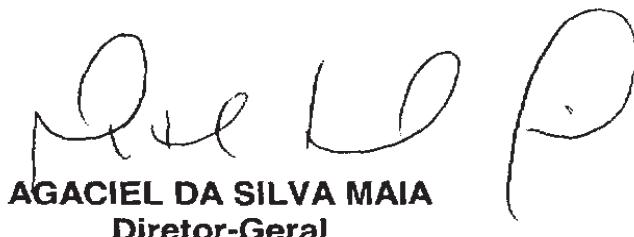
A emenda foi rejeitada.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1949 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 09, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor **AIRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR**, matrícula nº 538, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, da Função Comissionada, Símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Integração de Dados - SID, da Subsecretaria de Atendimento Senatorial – SSDAS, e **designa-lo** para a Função Comissionada, Símbolo FC-06, de Técnico Legislativo, da Diretoria Geral, com Iotação na Consultoria da Diretoria - CON, da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN.

Senado Federal, em 22 de novembro de 2004



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1950 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 09, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor **MARCELLO FERNANDES DE SOUZA**, matrícula nº 3539, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo/Proc. Ind. Gráfico, do Quadro de Pessoal da SEEP, da Função Comissionada, Símbolo FC-06, de Técnico Legislativo, da Diretoria-Geral, e **designa-lo** para a Função Comissionada, Símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Integração de Dados – SID, da Subsecretaria de Atendimento Senatorial – SSDAS, da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN.

Senado Federal, em 22 de novembro de 2004



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1951, DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **KATHERINE BECK GUERRA MACHADO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar _ AP-2, da Assessoria Técnica do Gabinete da Presidência, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 23 de novembro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1952 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016316/04-5**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CÉLIO PAULO PIOVESAN**, matrícula n.º 35745, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 23 de novembro de 2004.



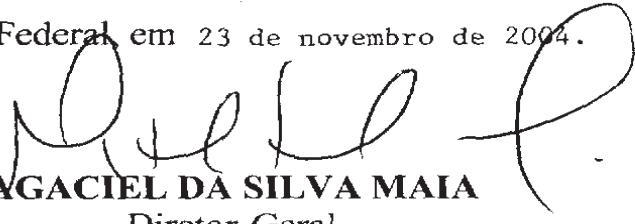
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1953, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016312/04-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ALBERTO ANDRÉ PEREIRA**, matrícula n.º 35742, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 23 de novembro de 2004.

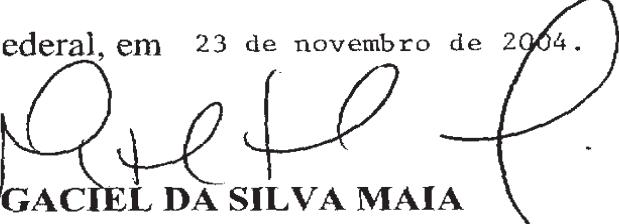

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1954, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016314/04-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARCOS AURÉLIO MACHADO**, matrícula n.º 34443, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 23 de novembro de 2004.

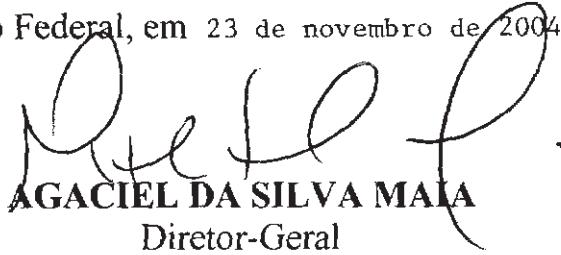

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1955, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016315/04-9**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CARMEN LÚCIA DE OLIVEIRA ZITZKE**, matrícula n.º 35714, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 23 de novembro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1956, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016313/04-6**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA NOELSI TEIXEIRA HOMERO**, matrícula n.º 35748, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

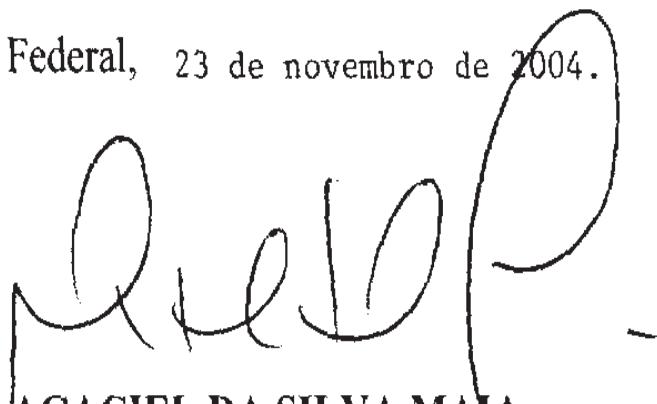
Senado Federal, em 23 de novembro de 2004.

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1957 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016132/04-1,

RESOLVE dispensar o servidor ADALBERTO DE MENEZES DANTAS, matrícula 4150, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Sérgio Guerra, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 19 de novembro de 2004.

Senado Federal, 23 de novembro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52^a LEGISLATURA)

BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL César Borges	PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL Edison Lobão		ALAGOAS
PFL Roseana Sarney	S/Partido	Heloísa Helena
PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB Hélio Costa	PT	Tião Viana
GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT Paulo Paim		TOCANTINS
PTB Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB Luis Pontes	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB José Maranhão	PT	Mário Calixto
ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PPS João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB Gerson Camata		RORAIMA
PL Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora:	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/3489/3491 Fax: 1095
------------------	------------------------------------	---

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Diretor:	Wanderley Rabelo da Silva	Ramal: 3623 Fax: 3606
-----------------	---------------------------	--

Secretários:	Francisco Naurides Barros Dulcídia Ramos Calhão Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	Ramal: 3508 Ramal: 3514 Ramal: 3511 Ramal: 4854
---------------------	--	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Diretor:	Sérgio da Fonseca Braga	Ramal: 3507 Fax: 3512
-----------------	-------------------------	--

Secretários:	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	Ramal: 3520 Ramal: 3503
---------------------	---	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Diretor:	José Roberto Assumpção Cruz	Ramal: 4608
-----------------	-----------------------------	--------------------

Secretários:	CAE	- Luiz Gonzaga da Silva Filho	Ramal: 4605
	CAS	- José Roberto Assumpção	Ramal: 4608
	CCJ	- Gildete Leite de Melo	Ramal: 3972
	CE	- Júlio Ricardo Borges Linhares	Ramal: 4604
	CFC	- José Francisco B. de Carvalho	Ramal: 3935
	CI	- Celso Antony Parente	Ramal: 4354
	CRE	- Maria Lúcia Ferreira de Mello	Ramal: 4777
	CLP	- Maria Dulce Vieira de Queirós Campos	Ramal: 1856

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1.Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Shhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA

**VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)**

TITULARES	SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDE利 SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2-PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Moraes (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Moraes	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
 Telefone 3111856 Fax: 3114646
 E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilhou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995
2^a Eleição Geral: 30.06.1999

3^a Eleição Geral: 27.06.2001
4^a Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9^a Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Réginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Luiz Piauhylino (PTB-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
1º SECRETÁRIO Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	1º SECRETÁRIO Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
2º SECRETÁRIO Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	2º SECRETÁRIO Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	3º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	4º SECRETÁRIO Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	LÍDER DA MINORIA Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Deputado Maurício Rands (PT-PE)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Edison Lobão (PFL-MA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Carlos Melles (PFL-MG)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPILY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÉ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	LÍDER DA MINORIA Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador EDUARDO SUPlicy (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

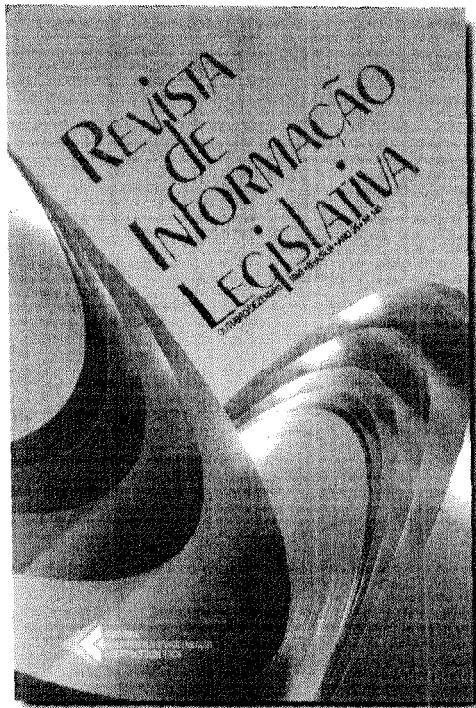
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141^a edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição comprehende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

**ug = 020002
gestão = 02902**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X - Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 - Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 108 PÁGINAS